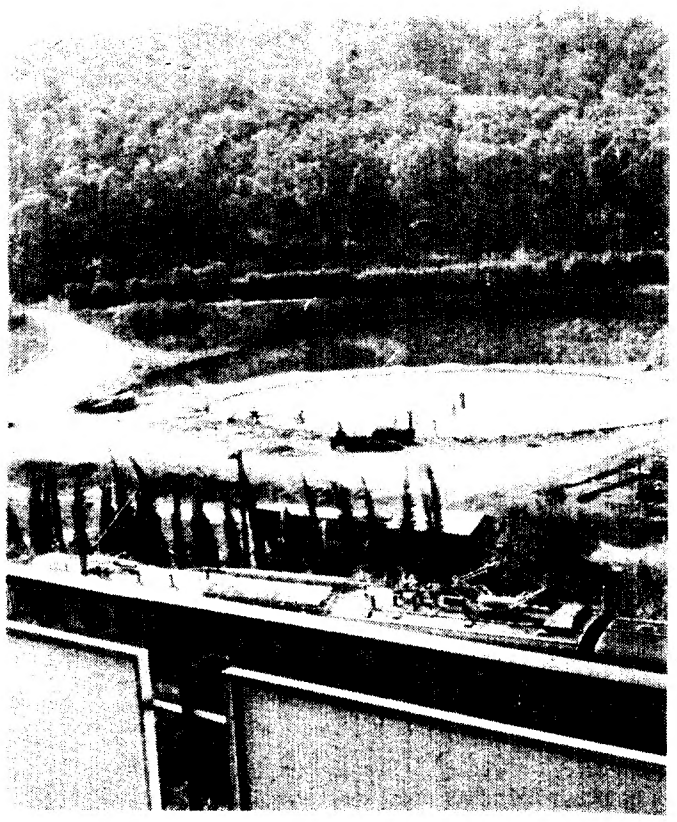
Diário de Lisboa

Fundador **Joaquim Manso** Director **A. Ruella Ramos** Director-adjunto **Fernando Piteira Santos**

Agosto 1977
Sexta-feira
19
ANO 57.º
N.º 19 433
6 escudos



GASÓMETRO DO CALHARIZ

Piquetes de moradores contra obras em curso

Apesar de a Direcção-Geral dos Combustíveis só em 22 de Julho passado ter publicado nos jornais um edital em que anuncia a intenção de se instalarem reservatórios de gás da CRGE-EDP, com o volume de 40 000 metros cúbicos cada, um na Calçada de Carriche (Impasse F à Avenida Padre Cruz) outro no Parque de Monsanto, junto à Rua D. Carolina Michaelis de Vasconcelos, e de nesse edital se apelar a todas as entidades singulares e colectivas para que apresentassem reclamações «no prazo de vinte dias», dada a perigosidade deste tipo de construções, certo é que as obras do gasómetro de Monsanto, já se encontram em fase adiantada.

Conforme já noticiámos, a instalação deste reservatório, a menos de cem metros, de uma zona de grande aglomerado populacional, tem a oposição dos moradores, que nele vêem uma constante ameaça à sua segurança. Assim, a comissão de moradores do Calhariz de Benfica já dirigiu uma exposição, reunindo mais de mil assinaturas, ao Presidente da República, ao Governo, à Comissão Nacional de Ambiente, à Câmara Municipal de Lisboa e a várias outras entidades, onde tomam posição contra a obra e requerem o seu embargo. Num plenário ontem realizado, os moradores de Calhariz de Benfica decidiram exigir das autoridades no prazo de oito dias uma decisão sobre o assunto. Decorrido este prazo, ficou assente que os próprios moradores tomarão as suas medidas, organizando piquetes para impedir a continuação da obra. Entretanto, a comissão de moradores, através de um advogado, irá requerer à Procuradoria-Geral da República o embargo da construção.

O reservatório de gás está a ser construído numa área do Parque de Monsanto em flagrante violação de uma lei do 2.º Governo Provisório, de 22 de Agosto de 1974, na qual é expressamente revogada legislação do tempo do fascismo que permitia em certas condições a alienação, pela Câmara Municipal de Lisboa, de terrenos naquela zona verde. Por outro lado, é estranho que tenha sido dado início à obra, cuja primeira fase de instalação da base em cimento, com um diâmetro de muitas dezenas de metros, está praticamente concluída em prévia licença da Direcção-Geral de Combustíveis.

A população vive seriamente preocupada com a perspectiva de que o reservatório acabe mesmo por ser construído. Em conversa com a CRGE-EDP, que consultámos esta manhã pelo telefone, não nos chegou a ser confirmado se o outro reservatório previsto para a Calçada de Carriche já está a ser construído.

CAMPANHA DENTRO E FORA DO PAÍS?

Direita pretende desacreditar escudo

A possibilidade de se estar perante uma bem organizada campanha, montada dentro e fora do País, contra o escudo, visando objectivos políticos mais profundos, nomeadamente a tão propalada remodelação governamental (desejada pelo PSD-PPD e CDS) começa a ganhar foros de credibilidade nos meios políticos nacionais, incluindo os do actual Governo.

As dúvidas começaram a surgir após a polémica, e pouco clara, notícia do «Expresso» sobre tentativa de um «membro do Governo» de cambiar sete mil contos num banco suíço. O Governo reagiu com um desmentido e anúncio de inquérito somente quatro dias depois da notícia, quando (e por via desta) já se tinha dado quebra da nossa moeda no mercado de câmbios da Suíça.

Segue-se, dois dias depois, o envio pelo ELP de um falso ofício, com timbre da Região Militar de Lisboa, para as agências noticiosas estrangeiras anunciando a entrada em circulação de notas «novas» de 500 e 1000 escudos, emitidas em Junho de 1976, de cotação fixada em 1/marcos-conforme refere a edição de hoje de «O Jornal».

A tentativa de dar projecção internacional a esta iniciativa, «envolvendo» até instituições militares visara assim, acentuar ainda mais o descrédito do escudo, cuja desvalorização, por outro lado, «O Expresso» tem insistentemente anunciado como iminente e inevitável.

Na mensagem que o ELP datou de Sagres, anuncia-se como «inevitável a desvalorização do escudo, que provocará uma nova espiral inflaccionária, cujas consequências funestas se abaterão inevitavelmente sobre a população», para concluir que a «acelerada deterioração económica nacional», é resultado da «incapacidade dos governos marxistas que desde o 25 de Abril detiveram o Poder em Portugal».

As «novas» informações que o «Expresso» prometeu para amanhã, clarificarão melhor o problema, mostrando se a sua notícia era ou não especulativa e se estamos, ou não, perante uma tal campanha com efeitos políticos mais vastos, que a própria desvalorização da moeda.

Um funcionário superior de um dos bancos suíços disse esta manhã à Anop que «se a informação do «Expresso» tem origem numa inconfidência de um funcionário bancário de nacionalidade portuguesa o facto é grave, pois representa uma «grave violação do segredo bancário». E acrescentou: «o caso será ainda mais grave se se tratar de uma informação falsa»...

COM SEIS RÉUS EM LIBERDADE

Julgamento dos bombistas marcado para 19 de Outubro

O julgamento dos bombistas está marcado para o próximo dia 19 de Outubro, às 14 horas, no 5.º Tribunal Militar Territorial de Lisboa.

As incriminações referem-se a pouco mais de 15 por cento dos atentados terroristas verificados em Portugal e a cerca de 22 por cento dos atentados bombistas. Dos 16 incriminados, 6 encontram-se em liberdade, exactamente os que são arguidos de planear e dar ordens para as operações terroristas, de as financiar e de obter armas e explosivos.

Os implicados são Ramiro Moreira (autor de 60 atentados bombistas e de 4 crimes de morte), Manuel Teixeira Gomes (cúmplice de Ramiro), Gonçalo Gonçalves Martins (fornecedor de explosivos ao MDLP e de armas a um grupo de retornados), José Marques da Costa (da «equipa» do Ramiro), António Júlio Regadas (ex-agente da Polícia Judiciária e homem de mão do industrial Joaquim Ferreira Torres), António Torres Rangel, Joaquim Ferreira Torres (que ordenou a execução de 90 por cento dos atentados atribuídos ao bando do Ramiro), Abílio de Oliveira, Mota Freitas (acusado de ter aliciado o Ramiro para a execução de acções de intimidação), João «Veríssimo» (fornecedor de explosivos para os atentados), Décio Sottomayor, António Silva Santos, José Caimoto Duarte, Pedro Meneses, Manuel Macedo e José Ribeiro da Silva.

Dos seis que se encontram em liberdade, destacam-se o comendador Abílio de Oliveira, de Santo Tirso, instalado num hotel de Vigo, e o industrial de Murça, Joaquim Torres, também ausento no estrangeiro. O comendador, que financiou largamente a actividade dos bombistas, é suspeito ainda de recentemente ter dado cobertura ao major Rodrigues — fugido para o Brasil — acusado de assassinar uma mulher viúva.

Novo cheque bancário

Saiu hoje no «Diário da República» um diploma do Ministério das Finanças anunciando que um novo modelo de cheque bancário vai ser introduzido brevemente em Portugal. Uma das vantagens do novo modelo será a possibilidade que tem de tratamento mecanizado.

A legislação em vigor é de 1926, e as alterações ora introduzidas impõem que o selo dos cheques seja pago antes de circularem e que a sua impressão se faça por intermédio das instituições de crédito.

sete PONTO sete

Novos elementos sobre o caso dos sete mil contos

O «Sete-Ponto-Sete» suplemento semanal do «DL», publica amanhã importantes revelações sobre o caso dos sete mil contos, uma tentativa de fuga de divisas ventilada por um semanário lisboeta que põe em causa todo o elenco governativo.

No prosaico intuito de fazer chegar ao leitor a verdade do que se passou na Suíça, o «Sete-Ponto-Sete» vai mais longe e dá à estampa a primeira entrevista concedida pelo «membro do governo» envolvido na «operação Genebra».

A referida entrevista, obtida em rigoroso exclusivo para o nosso suplemento de sábado, é ilustrada com fotos do implicado e do local onde foi tentada a transacção.

39ª VOLTA A PORTUGAL EM BICICLETA 1977

Reportagem nas páginas de desporto

Pelo enviado especial Neves de Sousa

Black & Decker

RENAULT
INDÚSTRIAS LUSITANAS RENAULT, S.A.R.L.

TISSOT

Av. Liberdade 233
Tel. 536 121
Lisboa 2
Europeia

Preocupação em França com alargamento da CEE

. «O alargamento do Mercado Comum aos países mediterrânicos candidatos não se fará senão depois da prévia revisão das regras comunitárias insuficientes, nomeadamente quanto a vinho, fruta e legumes» — afirmou o presidente francês Valery Giscard d'Estaing, durante a sua visita a regiões agrícolas do leste da França.

O Primeiro-Ministro Raymond Barre declarou, por seu turno, durante uma visita de 24 horas à província de Herault, no Sudeste do país, que o Governo francês defende a necessidade de um «reequilíbrio da política agrícola da CEE, de modo a favorecer as produções das zonas mediterrânicas».

Barre acrescentou serem necessárias todas as precauções a fim de se evitar que a concorrência espanhola se torne catastrófica para as regiões francesas produtoras de vinho, fruta e legumes, «quando e se a Espanha vier a ser admitida no Mercado Comum».

MISSÃO DE PORTUGAL

Dezanove permanentes junto da ONU

. Uma portaria conjunta dos ministérios das Finanças e dos Negócios Estrangeiros publicada hoje no «Diário da República» vem alterar a composição da missão permanente de Portugal na ONU.

A missão passa a ser composta por um total de dezanove elementos (mais dois do que o estabelecido em portaria que a presente revoga): um chefe de missão (actualmente Vasco Futscher Pereira), cinco membros e treze assalariados.

O aumento, de dois, verificou-se no quadro de pessoal assalariado.

Lei orgânica do MAI publicada no "DR"

Consideradas como «preenchidas» as «condições institucionais que permitem a sua reestruturação em termos adequados aos objectivos que lhe estão cometidos», o Ministério da Administração Interna vê hoje publicada no «Diário da República» a sua Lei Orgânica.

Do diploma, consta entre outros pontos, o âmbito que a actividade do Ministério abrange, fundamentalmente: a articulação da administração local com os departamentos centrais; a planificação, o estudo, o apoio técnico e estatístico das eleições a realizar quer a nível nacional, quer local a organização do registo dos cidadãos eleitos para os diversos órgãos de soberania, do poder local e das regiões autónomas; e a direcção e coordenação da actividade das forças e serviços de segurança, «por forma a que — diz o texto legal — em todo o país seja garantido aos cidadãos, em paz e no respeito pelas leis e instituições, o exercício dos direitos que estas lhes conferem».

A Lei Orgânica do MAI diz respeito também, naturalmente, não só às Secretarias de Estado que funcionam no âmbito do Ministério, mas ainda aos diversos serviços, entre eles o Secretariado Técnico para os Assuntos Políticos e Eleitorais, STAPE.

Emigrantes em Santo Tirso

O Dia do Emigrante é amanhã celebrado em Santo Tirso, por iniciativa da União dos Sindicatos do Porto e dos sindicatos do distrito. O convívio abrange canções e folclore, prevendo-se intervenções a cargo de um sindicalista de Santo Tirso, um representante da USP e um emigrante.

20%... LOUCURA? NÃO.

Não fazemos só 20 % muito mais, 30 % e alguns artigos mais de 40 % e até 50 % nos artigos de Estação. Quem se recorda dos nossos preços anteriores?

Venha ver para crer.

Um Exemplo: Camisas a 290$00 agora **200$00** Calças Indigo 950$00 agora **650$00**, Jeans Branco (MODA) 650$00 agora **300$00**. Saias e vestidos de 750$00 agora **255$00 350$00** e **450$00** etc. etc.

Em pleno Rossio n.º 85 ... na

TOP ROSS

Cooperativa 31 de Janeiro contra proposta do MAP

. PORTO, 19 — «Não há razões para o Grémio estar integrado na «Coopagri» por que isso longe de ser a liquidação do Grémio e a criação duma cooperativa, seria ressuscitar o Grémio do passado» — considera a direcção da Cooperativa Agrícola 31 de Janeiro, de Vila Nova de Gaia, a propósito de uma sugestão apresentada pelo «Grupo de Trabalho para a Extinção dos Grémios da Lavoura e Federações», organismo do MAP.

Isto porque, conforme se lê no comunicado que nos foi enviado, a Coopagri «é um grupo de grandes proprietários absentistas que não exploram directamente as terras, são alguns senhores doutores que conseguiram arrastar alguns outros agricultores honestos». Muitos deles, salienta, a «31 de Janeiro», são os mesmos que faziam parte do Conselho Geral do Grémio, antes do 25 de Abril. Nesta conformidade perguntam: «Serão estes senhores que vão defender os nossos interesses?»

. Afirma também a direcção da Coooperativa «31 de Janeiro» que o grupo de trabalho do MAP «tenta pressionar a Comissão Liquidatária no sentido da integração do Grémio na tal Coopagri «sem se ter dignado a responder a uma circular que lhe foi enviada por aquela cooperativa. Nessa circular era proposta a liquidação do Grémio e a sua integração na «31 de Janeiro». Salienta-se ainda que não compete ao Grupo de Trabalho decidir, mas antes propor soluções, de acordo com o despacho para que foi nomeado.

Considerando que a «31 de Janeiro» é a única cooperativa da zona que «serve e servirá os interesses dos agricultores do concelho adianta a sua direcção que o Grémio foi integrado na Coopagri «teremos uma cooperativa de nome mas de facto dirigida e ao serviço de meia dúzia de grandes senhores, teremos a política duma minoria que deixará o campo aberto para os intermediários encherem os bolsos que dará apoio crédito etc, apenas aos grandes proprietários e senhores ricos».

A «31 de Janeiro» criada por iniciativa da Liga dos Pequenos e Médios Agricultores, abrange mais de mil agricultores e tem vindo a espalhar o seu apoio por cerca de 16 freguesias do concelho de Gaia.

No seu documento os dirigentes da «31 de Janeiro» apelam à unidade de todos os agricultores «contra a entrega do Grémio aos grandes proprietários absentistas».

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

Estrutura e atribuições definidas em diploma

. Saiu hoje no «Diário da República» um decreto-lei da Presidência do Conselho de Ministros sobre a estrutura orgânica da Secretaria de Estado da Cultura, SEC.

«Com a SEC directamente dependente da Presidência do Conselho de Ministros encontram-se reunidas as condições para que a cultura em Portugal possa libertar-se de situações ambíguas que até agora a comprometiam» — diz-se no preâmbulo do diploma. — «Desvinculada, finalmente, de intenções didácticas e de conotações de propaganda, passa a dispor dos fundamentos e meios necessários para promover e coordenar, a nível nacional e internacional, as acções de organismos que dela dependem e de alguns mais até hoje dispersos por outros departamentos de Estado e instituições particulares, bem como para apoiar ou articular, sem propósitos centralizadores ou dirigistas, projectos e planos apresentados por tais organismos».

«A SEC — diz — é o departamento governamental ao qual compete definir e orientar a política nacional de cultura, bem como conduzir e executar, em concordância com as directrizes do Ministério dos Negócios Estrangeiros, as actividades externas nesse domínio, e coordenar as acções que se compreendem nesse sector» — diz o texto legal.

O diploma define ainda as numerosas atribuições da SEC.

Secretariado da Imprensa para combater Projecto Roque Lino

. Por proposta dos sindicatos dos Gráficos, dos Jornalistas e de Trabalhadores na Imprensa foi ontem aprovada, durante uma reunião efectuada ontem à tarde no Sindicato dos Gráficos, a constituição de Secretariado que tem por objectivo dinamizar e coordenar a luta dos trabalhadores das empresas jornalísticas, editoriais e distribuidoras abrangidas pelo projecto Roque Lino de forma a lutar contra a sua aplicação.

Da ordem de trabalhos da reunião de ontem, constava, para além da eleição do Secretariado, um ponto destinado a análise da situação das empresas abrangidas por aquele projecto governamental. Após uma intervenção de Maria Antónia Fiadeiro, da direcção do Sindicato dos Jornalistas, usou da palavra um representante da Comissão de Trabalhadores da Empresa Pública dos jornais «Diário de Notícias» e «A Capital» que forneceu elementos relacionados com o encontro momentos antes mantido por trabalhadores daquela empresa com o adjunto do Primeiro-Ministro, Pelágio Madureira.

No decorrer da primeira reunião do Secretariado, pelas 15 horas da próxima quinta-feira, deverá proceder-se à eleição de um Executivo, cuja principal função será representar o novo organismo sempre que tal for decidido, devendo por outro lado incumbir-se da realização de todas as tarefas que lhe forem atribuídas pelo Secretariado. Deverá, ainda, encarregar-se da edição de todos os documentos considerados necessários.

Outro estrangeiro desaparece

. «Desaparecimento em circunstâncias estranhas e anormais, em que o rapto aparece como uma hipótese viável», foi como o director da Polícia Judiciária, dr. Gomes Dias, classificou esta manhã o desaparecimento em Portugal de outro cidadão estrangeiro, surgido na sequência do ocorrido com o arquitecto nicaraguense José Baez Aviles, em princípios de Julho, do Hotel Estoril-Sol, em Cascais.

Esta afirmação do dr. Gomes Dias, tenta clarificar o teor do comunicado divulgado ontem à tarde a propósito deste segundo desaparecimento, em que a PJ refere «não ser possível revelar, por enquanto, mais pormenores relacionados com os factos, para não prejudicar as averiguações» assegurando que «continua a dedicar o melhor atenção e o maior esforço para conseguir esclarecer convenientemente os acontecimentos».

Observadores bem colocados, são, entretanto, unânimes em reconhecer que a tratar-se de um rapto, este nunca poderia ter sido cometido por uma organização política responsável (recorde-se que notícias provenientes de Madrid atribuiam o rapto do arquitecto nicaraguense a um grupo de guerrilheiros italianos), que neste caso teria exigido um resgate de 500 mil dólares a uma família sem possibilidades económicas para o satisfazer.

Navios da RFA visitam Lisboa

. Inicia-se hoje, até ao dia 22 a visita das fragatas «Koln», «Emden», «Karlsruhe», e dos navios «Braunschweig», e «Eifel» pertencentes à 2.ª esquadra de Navios de Escolta da Marinha da República Federal da Alemanha.

As duas fragatas atracaram pelas 10 horas à Doca da Marinha e as outras duas ao Cais da Rocha, ficando os abastecedores fundeados ao largo. Ainda hoje, pelas 19 horas, realizar-se-á uma conferência de Imprensa a bordo do «Braunschweig», atracado à Doca da Marinha.

Os navios que vêm de Nápoles e partem com destino a Wilhelmshaven, efectuam uma viagem de instrução e simultaneamente de estreitamento das relações entre a República Federal da Alemanha, Portugal e a Itália. Para além disso, deverá também melhorar-se a cooperação das marinhas da NATO sendo dada oportunidade aos navios de conhecerem as águas do Atlântico e do Mediterrâneo. A viagem de instrução prolonga-se por todo o mês.

Noticiário breve

GALVÃO DE FIGUEIREDO

Regressou ontem aos Açores o ministro da República para esta Região Autónoma, general Galvão de Figueiredo, que se deslocara a Lisboa para tratar de assuntos respeeitantes à transferência de serviços centralizados em Lisboa para o âmbito da autonomia administrativa do arquipélago.

ASSOCIAÇÃO URSS-PORTUGUAL

Morreu em Moscovo o prof. Rem Kholvo. Era reitor da Universidade Lomosonov e — ponto que interessa pelo menos à curiosidade portuguesa — presidente da Amizade URSS-Portugal. Tinha estado em Portugal em 1976 e era sócio-correspondente da Academia de Ciências de Lisboa.

DELEGAÇÃO MDM NA URSS

Maria Rosália Ferreira, Maria Filomena Delgado e Gilda Quintas, do Movimento Democrático de Mulheres Portuguesas. encontram-se de visita à União Soviética Objectivo da visita — segundo Rosália Ferreira, em notícia que vem de Moscovo: «examinar problemas actuais do Movimento Mundial das Mulheres e questões concretas de cooperação, tanto no âmbito da Federação Democrática Internacional das Mulheres, como entre o Comité das Mulheres Soviéticas e o MDMP».

JS EM ESTUGARDA

Uma delegação da JS (Paulo Cunha à frente) encontra-se em Estugarda, na RFA, representando a organização juvenil do Partido Socialista no Congresso da União Internacional das Juventudes Socialistas (IUSY), onde a JS é a única organização de juventude portuguesa filiada.

SOUSA GOMES

O ministro do Plano e Coordenação Económica encontra-se desde ontem nos Açores. Sousa Gomes foi em visita de carácter particular.

Costa Brás em Fátima

. Fátima passa oficialmente, hoje, à categoria administrativa de vila, de acordo com uma determinação do Governo de 27 de Julho passado, que obteve confirmação legal no dia 13 do corrente, com a publicação, no «Diário da República», da respectiva portaria do Ministério da Administração Interna.

Costa Brás, titular do MAI, está presente nas festividades, além de outras individualidades, nomeadamente elementos da Igreja, como o bispo de Leiria, D. Alberto Amaral e o reitor do santuário, padre Luciano Paulo Guerra.

Segundo a tradição, o povoado teve a sua origem numa propriedade doada por Gonçalo Ermingues aos monges de Alcobaça, após o falecimento de sua esposa, a moura Fátima, de quem procede provavelmente o nome da povoação. Em 1568 Fátima constituiu-se em paróquia independente.

post-scriptum

«Socialismo do bom»

E agora o povo pode ir queixar-se ao D. Pedro?

Talvez nunca um povo tivesse sido tão rapidamente dominado, tão facilmente menosprezado, tão cinicamente violentado. Quando um povo consente na «entrega» de uma revolução aos seus inimigos históricos, o resultado só pode ser a miséria, o caos, a catástrofe fascista.

A troco dos votos «eles» apossaram-se da «quinta» e agora tudo decidem sem dar cavaco, como se fossem os únicos donos e senhores de todos nós. Quando resolvem falar-nos em inflamados discursos limitam-se a insultar-nos e a descompor-nos. Quando pensam em nós é apenas para nos mandarem vergastar pelas suas polícias.

Os novos senhores poderosos tudo decidem em conluio nas jantaradas ou em negociatas nas suítes dos hotéis de luxo. Viajam em «Mercedes e Jaguares», fumam charutos caros e dizem às massas: isto é «socialismo do bom». Vocês são menores mal comportados, não percebem nada disso, são todos uns «Gonçalvistas», a gente é que sabe como é que se enxofra...

Nas suas passeatas vão vendendo a banha da cobra perante o Zé pacóvio atónito e envergonhado: «O povo vive feliz, vai tomar banho encantado da vida, isto agora é que é democracia, mas andam por aí uns fulanos a falar de eleições, querem mudar de governo e isso não é democrático». Tanto mais que desta vez é a Esquerda a reivindicar...

E assim vai Portugal e os portugueses: tudo na lua, todos cada dia mais lunáticos, e por isso cada dia mais humilhados e ofendidos, pela nova oligarquia de trapaceiros e impostores, ambiciosos manipuladores sem escrúpulos. A «sua» televisão é incansável neste trabalhinho.

É tempo de perdermos o medo e expulsarmos impiedosamente os corruptos vendilhões do Templo que é a nossa querida Pátria, antes que seja demasiado tarde. A independência nacional está em perigo.

Perante um novo fascismo que sobre nós avança lentamente, é tempo de perder o medo e lutar pela liberdade obrigando a cumprir a Constituição da República a todos os seus inimigos mais ou menos encapotados sob as mais diversas máscaras.

Agora, quando já falam abertamente em reorganizar uma nova PIDE, quando misturam «socialismo em liberdade» com terroristas fascistas e bombistas à solta, é tempo de dizermos: «Se não quisermos ir não mamos»...

L. Barroso
LISBOA

Lembras-te Maria?

Esta noite, Maria, quando te vi na televisão ao lado do Primeiro-Ministro do Governo Constitucional, lembrei-me das duras horas de luta que conjuntamente travámos na campanha da Oposição às eleições de 60.

Lembras-te Maria?

Lembras-te das inúmeras vezes em que os «representantes da autoridade» nos impediam de falar de liberdade, de justiça..., da verdade? Arrancavam-nos violentamente o microfone das mãos, interrompiam constantemente sessões de esclarecimento, proibiam-nas mesmo, lembras-te Maria?

E mandavam-nos arrancar os panos e cartazes que continham as nossas verdades. Lembras-te Maria?

E em Pernes, Maria, lembras-te? A GNR cercou-nos e deu-nos escassos minutos para abandonarmos a vila, findos os quais carregariam sobre nós, lembras-te Maria?

A PSP hoje, arranca os panos e os cartazes que dizem o mesmo (por outras palavras) que diziam os nossos, em 69.

A GNR hoje carrega sobre os trabalhadores, que, lutando pelos seus direitos, como nós lutávamos em 69, não acatam as ordens dimanadas do Governo Constitucional, cujo Primeiro-Ministro apareceu hoje a teu lado na televisão, Maria.

Já não te lembras, Maria?

Maria Lopes
LISBOA

DÊ-NOS NOTÍCIAS PELO TELEFONE 320272

Contacte a Redacção do «Diário de Lisboa» através do nosso serviço automático de gravação de telefonemas, ao seu dispor entre as 21 horas e as 8 da manhã.

DE FÉRIAS COM O Diário de Lisboa

Aceitam-se assinaturas de férias pelo período mínimo de 10 dias, ao preço de 6$00 por exemplar

NÃO SE ENVIAM RECIBOS À COBRANÇA

A LIBERTAÇÃO DA MULHER E A IMPRENSA FEMININA — 3

ANA BENAVENTE

De que falam hoje as revistas femininas?

«Que revistas tem cá para as mulheres», perguntei na papelaria. A «Donas de Casa», a «Mulher d'Hoje», a «Crónica», «Pessoas» e «Gente»; olhe, e a «Gabriela». «Porquè «Pessoas» e «Gente» perguntei porque as senhoras é que gostam dessas coisas, foi a resposta.

Peguei nas três primeiras: a «Ela, Donas de Casa», a nova (velha, muito velha) «Mulher d'Hoje» que apareceu mal a «Mulher, Modas e Bordados» foi suspensa e a velha «Crónica Feminina».

Que encontramos nas páginas destas revistas? Que imagens e valores veiculam, que ideologia, que visão da mulher, que visão da realidade?

a) «Ela, Donas de Casa».

Qualquer revista ou publicação que se pretenda hoje «moderna», «desempoeirada» e «eficiente», adopta um tom de pretenso «feminismo» sobretudo quando se dirige a um público feminino de classe média que já não consome facilmente as trágicas e amarguradas fotonovelas.

Com efeito, em todo o mundo capitalista avança de modo mais ou menos político, mais ou menos radical, um movimento que já ninguém pode ignorar: o da libertação da mulher. Movimento complexo que assume diversas formas orgânicas, divergindo nas estratégias e nas táticas, evoluiu através da história e traduz-se hoje, tal como as outras frentes de luta por correntes reformistas e correntes revolucionárias.

Ainda hoje se confunde feminismo com igualdade de direitos entre homem e melhor. Confundem-se os objectivos profundos duma libertação que põe em questão a divisão social e sexual do trabalho e que só poderá ser conseguida na tal sociedade sem classes de que fala a Constituição, com uma igualdade de direitos dentro das actuais estruturas de dominação e exploração. Ter formalmente os mesmos direitos que o homem na sociedade capitalista significa libertação? Claro que não! Sobretudo quando os deveres continuam a ser profundamente diferentes, apesar da formal igualdade de direitos!

É deste pretenso «feminismo», «gadget» da sociedade burguesa, que a revista «Ela, Donas de Casa» se faz eco.

Pegámos em dois números ao acaso (Maio no de 1977 n.º 310 e Julho de 1977 n.º 314) e o esquema é sempre o mesmo: Moda, Culinária, Beleza, Filhos, Bordados, factos diversos e uma nota de «feminismo» que no primeiro caso se traduz por uma entrevista à Presidente da Comissão Instaladora da Comissão da Condição Feminina e no segundo por um confuartigo intitulado «As cadeias da mulher doméstica».

A revista apresenta-se como um produto de consumo para as mulheres, um produto fabricado e acabado que se vende tal como se vendem os numerosos artigos que anúncios sem fim apresentam nas suas páginas. Preocupa-se a revista com «as rugas» e seus possíveis tratamentos (...) «hoje em dia temos muitas possibilidades de disfarçar o desgaste dos anos, de aparentar menos idade do que a que realmente temos» E fala-se então de vários tratamentos possíveis. Para além dos termos «disfarçar» e «aparentar» que mereceriam análise, não serão estas preocupações um atributo específicos da mulher) há ainda anúncios e diversos e um artigo intitulado «As coisas da mulher doméstica». Explora-se aqui o conflito homem-mulher sem qualquer referência às estruturas económicas e sociais capitalistas e ao seu funcionamento. Considera-se que «há exploração da mulher pelo homem» e não se distinguem as causas dessa exploração; não se fala das diferentes situações da mulher nas diferentes classes sociais (se o burguês bate na mulher, isto quer dizer que ela também é escrava e proletária), não se aponta qualquer caminho de saída, a única causa de tudo isto são «as cadeias do casamento», o que nos levaria a pensar que as mulheres solteiras são livres e emancipadas, não conhecem exploração nem opressão.

Todos sabemos que assim não é e que o problema da libertação da mulher ultrapassa o simples comportamento individual dos maridos, autoritários e dominadores, para afrontar a complexidade da actual sociedade patriarcal capitalista. A Revista pretende no fundo dirigir a mulher no consumo e fornecer-lhe aquele «verniz» cultural feito de informações superficiais, dispersas e mundanas que é de bom tom nos salões e que nunca ajudou mulher nenhuma a compreender a sociedade em que vive.

b) A «Mulher d'Hoje»

Revista «clássica» que ocupa a grande parte das suas páginas — em papel de boa qualidade — com modas, modelos, decoração, culinária e beleza. Muito pouco texto, prefere as fotos clássicas e típicas de qualquer revista de modas dum país ocidental. So nas últimas páginas se encontram alguns conselhos e informações. A informação é apenas descritiva — constata e não explica — sem considerar casos concretos da vida concreta; os conselhos são gerais e de princípio, sem estarem integrados em nenhuma realidade. Informação e conselhos abordam factos em que se toca com a ponta dos dedos.

De custo elevado, aparecendo uma vez por mês, a Revista dirige-se a mulheres das classes médias e pretende acompanhá-las nas «necessidades» da sua vida doméstica. Nunca esta separação de universos entre homem e mulher é posto em causa, nunca os papéis tradicionalmente atribuídos a um e a outro são contestados.

Revista que não pretende suscitar colaboração nem debate, pois como se pode ler no n.º 5 de Maio de 1977 «A colaboração em princípio é pedida pela Direcção», nada traz de novo antes pelo contrário reforça o isolamento das mulheres entre a moda, a decoração, os filhos e a beleza. O seu modelo de mulher é o da classe média e da burguesia (elegância e distinção!) ao qual se pretende que adiram todas as mulheres (seria então a dupla mulher, criada e jarrão!).

c) A «Crónica Feminina»

A «Crónica» é uma revista barata que há muitos anos se vende muito, nos meios populares e na pequena burguesia, tem público certo e a sua função é clara: manter a mulher na sua situação de inferioridade e passividade, nas queixas e lamentações, no individualismo feroz de «a minha vida e a vida dos outros», nos sonhos duma ilusão impossível: a riqueza, a beleza, a vida mundana. As suas páginas veiculam opiniões, conselhos, históricos e notícias eivadas de ideologia conservadora sobre o papel da mulher, o amor e o casamento, a vida a sós e em sociedade.

Propaganda política sobre a idílica América (não se esqueçam que apesar da «menina Carter» ser «uma criança como as outras», a falta de luz durante 24 horas em Nova Iorque provocou roubos sem fim, distúrbios e assaltos, desordens e brigas — uma sociedade que só funciona com a política, os alarmes, as barreiras e o controlo permanente sobre a população), contos de péssima qualidade literária cujo fim «tirar a moral da história», uma fotonovela intitulada «Nasci no dia em que te encontrei» (a mulher sem fim em si própria, realizando-se de maneira sórdida num outro, homem belo e estroina), protestos contra os aumentos de preços sem nenhuma explicação das razões desses aumentos (queixas, lamentos de «isto assim não pode ser» — o que é verdade — mas sem apontar qualquer perspectiva racional, antes deixando pairar o sentimento irracional do «antes era melhor»), eis algumas das rubricas que encontramos no n.º 1069 da Crónica. Um exemplo ainda: a rubrica «A Mulher no Mundo» contém uma notícia sobre a princesa Ana de Inglaterra, outra sobre a decadência de Rita Hayworth. Eis «a mulher» e eis «o mundo» que é proposto às leitoras: artistas, princesas e costureiros. Onde estão as notícias sobre as condições de trabalho das mulheres portuguesas, sobre a saúde, a contracepção e a educação dos filhos, sobre os múltiplos e importantes acontecimentos do nosso país? Só lá encontrei não sei que jovem artista que não sabe se continuará a cantar se o namorado a proibir. Ela gostava, mas...

Pequemos agora noutro número, o n.º 1077. Aqui a fotonovela intitula-se «O Amor tudo descobre»,, multiplicam-se os anúncios de astrólogos e diversas «madames» que «tratam com sucesso todos os problemas», grande dispersão de pequenos artigos tratando os temas mais variados (para não dizer incríveis): a vida amorosa de Napoleão, a vida amorosa duma cançonetista, a ama dos filhos de Isabel II, etc., etc. A informação é superficial, pobre descosida e por vezes falsa, Uma crónica retém neste número a nossa atenção: «Quando o tema é Mulher». Aí podemos ler o seguinte: «(...) Quanto a mim, a Mulher justifica-se por si própria e foi feita para regalar os olhos de quem a vê (...) Atrevo-me a afirmar que a Mulher que não transforma quem a vê numa ameaça de si mesma não deve ser vista com bons olhos» (...) E a crónica continua neste tom. Para quê comentários? O aviltamento e degradação, o desprezo e paternalismo são por demais evidentes!

Leituras deste tipo pretendem retirar as mulheres da sua vida real, das suas preocupações e prazeres de todos os dias, dar-lhes uma pílula adocicada que as fará sonhar com a bela vida dos outros e ao mesmo tempo resignaram-se com a sua, terem pena da Rita Hayworth, admirar princesas, reis e presidentes, ter consciência da sua própria insignificância e falta de interesse face aos «grandes» deste mundo, às vezes compensada por uma foto de casamento ou baptizado.

Alienante e empobrecedora, verdadeiro narcótico das consciências de quem a lê, eis a «Crónica Feminina» sem problemas financeiros, rendosa para os seus proprietários.

Influenciando comportamentos e atitudes, reforçando uma visão tradicional e conservadora da mulher e da sociedade, esta revista não é de modo algum um instrumento de pro-

Continua na pág. 4

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES

DE ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE LISBOA

QUOTIZAÇÃO SINDICAL

(Decreto-Lei 57/77).

Informam-se todos os trabalhadores de escritório que por força da legislação em vigor, brevemente irão receber através dos CTT as declarações individuais que autorizam o desconto da quotização sindical acompanhadas de um comunicado nformativo.

Apelamos a todos os trabalhadores para a necessidade do seu urgente preenchimentoentrega às entidades patronais com remessa ao Sindicato de um exemplar da declaração devidamente visada, como recebida pela entidade patronal.

No SADS encontram-se também, à disposição de todos os colegas e muito especialmente dos delegados sindicais, exemplares da referida declaração.

COLEGAS:

O STEDL que conta com cerça de 65 000 trabalhadores sindicalizados tem sido um poderoso obstáculo às forças que persistem travar a luta dos trabalhadores na salvaguarda das conquistas obtidas bem como impedir a consolidação da democracia. No campo dos despedimentos e no domínio da contração colectiva de trabalho, têm as forças sabotadoras feito incidir toda a sua acção. A necessária resposta dos trabalhadores face à ofensiva do capital resultará tanto mais eficaz quanto os trabalhadores se mantiverem organizados nos seus Sindicatos. Não permitamos, que milhares de colegas nossos sejam presas fáceis das entidades patronais. Vamos todos preencher a declaração individual, esclarecer os colegas que eventualmente o não pretendam fazer, dos riscos a que se expõe o trabalhador dessindicalizado sem a protecção jurídica de que o Sindicato é garante.

A Liberdade Sindical é uma vitória de todos os trabalhadores. Vamos pois, utilizá-la.

LISBOA; «?:?:"

PEL' A DIRECÇÃO

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA CORTICEIRA DO DISTRITO DE SETÚBAL

SEDE: MONTIJO — Av. dos Pescadores, 72-74 — Telef. 231 02 49
Secção em: SEIXAL ● BARREIRO ● ALMADA ● GRÂNDOLA

CONVOCATÓRIA

De harmonia com o preceituado nos estatutos, convocam-se os associados deste sindicato a comparecerem à assembleia geral extraordinária, a realizar no próximo dia 3 do mês de Setembro, pelas 15.30 horas, na sociedade cooperativa operária de crédito e consumo, sita na avenida da Bela Rosa em Alhos Vedros, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º — apresentação e votação dos elementos para preencher os lugares vagos dos corpos gerentes.
2.º — Informações sobre o CCTV e possíveis formas de luta.
3.º — Diversos

Montijo, 16 de Agosto de 1977

O Presidente da Assmelbiea Geral
António Aires Silva

ANO LECTIVO DE 1976/7

Mais de oitenta mil estudantes frequentaram o Ensino Superior

No ano lectivo de 1976/77, 80.500 estudantes frequentaram, na meia centena de estabelecimentos existentes, cursos do Ensino Superior. As maiores frequências registam-se nas Faculdades de Letras de Lisboa e no Instituto Superior Técnico.

Com efeito, segundo os números que apurámos, frequentaram a Faculdade de Letras de Lisboa, 7891 estudantes, registando-se a maior participacão no curso de História frequentado por 2739 alunos. O Instituto Superior Técnico com uma população discente e estimada em 7188, apresenta sobretudo números elevados de frequência nos cursos de engenharia electrotécnica e civil, respectivamente 2744 e 2191 alunos.

A Faculdade de Ciências que ministra 13 cursos foi frequentado por 2824 alunos; a Faculdade de Direito de Lisboa por 4560; a Faculdade de Medicina de Lisboa por 3193 alunos.

Registe-se que em todos os números apresentados é sempre o actual terceiro ano de cada curso (o curso imediatamente após ao 25 de Abril) que apresenta menos frequência, devido ao Serviço Cívico Estudantil. No caso concreto de Medicina, em que já funcionou neste ano lectivo o «numerus clausus», enquanto o actual 1.º ano apresenta uma frequência de 301 alunos, o segundo comporta 1069.

Este ano frequentaram a Faculdade de Farmácia de Lisboa 1183 alunos; o Instituto Superior de Economia, 3389; a Escola Superior de Medicina Veterinária, 540; Instituto Superior de Agronomia, 1394; Instituto Superior de Educação Física de Lisboa, 947; Curso de Engenharia da Construção Naval, 18; Faculdade de Direito de Coimbra, 2431; Faculdade de Letras de Coimbra, 2941 (também aqui é o curso de História o mais frequentado com 1040 alunos); Faculdade de Medicina de Coimbra, 2142; Centro Hospitalar de Coimbra, 92 alunos do 5.º ano de Medicina; Faculdade de Farmácia de Coimbra, 208; Faculdade de Economia de Coimbra, 895; Faculdade de Ciências e Tecnologia de Coimbra, 2388; Faculdade de Ciências do Porto, 1261; Faculdade de Economia do Porto, 3112; Faculdade de Engenharia do Porto, 3204; Faculdade de Farmácia do Porto, 398; Faculdade de Medicina do Porto, 3070; Instituto de Ciências Biomédicas «Abel Salazar», a funcionar apenas há um ano, 200; Instituto Superior de Educação Física do Porto, 198; Curso Superior de Nutricionismo (Porto), 61;

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 2020; Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, 3058; Instituto Superior de Engenharia de Coimbra, 885; Instituto Superior de Engenharia do Porto, 2374; Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, 1973; Instituto Superior de Contabilidade e Administracão de Coimbra, 380; Instituto Superior de Contabilidade e Administração, 1158; Universidade Nova de Lisboa, 2606; Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, cerca de 1400; Instituto Universitário de Évora, 276; Universidade do Minho, 450; Universidade de Aveiro, 349; Faculdade de Letras do Porto, 5241; Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro, 206; Instituto Politécnico de Vila Real, 112; Instituto Politécnico da Covilhã, 234; Escola Superior de Belas-Artes do Porto, 726; Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa, 1668.

REUNIÃO MEIC-SINDICATO DOS PROFESSORES

Passo positivo com pontos negativos

A longa entrevista de quatro horas (totalmente gravada) entre uma delegação do Sindicato dos Professores da Zona da Grande Lisboa e os secretários de Estado da Orientação Pedagógica, Administração Escolar e Ensino Superior foi objecto de balanço, esta manhã, em conferência de Imprensa, na sede do Sindicato dos Professores.

Se por um lado esta entrevista, que vem na sequência de um memorando enviado ao MEIC pela Direcção daquele Sindicato representa um passo positivo «no sentido da reabertura do diálogo e da discussão concreta das posições da classe e do MEIC», ao mesmo tempo que certas afirmações produzidas por responsáveis do MEIC durante a entrevista «constituem sintoma de não insensibilidade à importância e justeza de muitas das posições defendidas pelo Sindicato», argumentos houve contudo que os representantes da classe consideram «preocupantes e inaceitáveis». Concretamente os argumentos apresentados pelos secretários de Estado «na defesa das opções que consideram irredutíveis, em especial quanto à legislação já publicada» que o Sindicato dos Professores contesta «por incompleta, arbitrária ou lesiva de direitos e interesses dos professores nomeadamente a que tem implicações nos concursos e colocações do ensino primário, preparatório e secundário e na continuidade da existência legal de cursos do ensino superior».

O Sindicato dos Professores da Zona da Grande Lisboa fez esta manhã para os órgãos de comunicação social um balanço da reunião havida no passado dia 16 com responsáveis do MEIC. Pelo Sindicato estavam presentes Helena Cruz, Lurdes Soares, João Serra e Carmo Levy

PROPOSTAS DO SINDICATO

Durante a entrevista com os três secretários de Estado do MEIC, o Sindicato dos Professores que se fazia representar por Helena Cruz e Lurdes Soares (sector primário), Carmo Levy (sector preparatório e secundário) e João Serra (direcção) apresentou uma proposta que se fundamentava na explicação exaustiva do memorandum anteriormente enviado, que se resume aos seguintes pontos: contagem de todo o tempo de serviço docente para todos os efeitos legais; pagamento em data fixa dos vencimentos dos professores do ensino primário e pagamento urgente, aos mesmos professores, dos vencimentos em atraso; pagamento integral do subsídio de itinerância, ainda em dívida, relativo ao ano lectivo de 1976/77 (ensino especial) e pagamento do mesmo subsídio a partir do início do próximo ano lectivo, até à reestruturação do ensino especial; atribuição das fases a todos os professores que a elas têm direito; contratos para todos os professores em exercício, que não pertençam aos quadros, automaticamente renováveis e com prioridade de colocação sobre os novos candidatos; suspensão do Decreto-Lei 263/77 que regula o concurso ao quadro geral dos professores do ensino primário; revogação do Despacho 113/77 que retira a professores em exercício a habilitação própria; consulta dos sindicatos sobre a nova legislação a publicar pelo MEIC.

Por sugestão do Sindicato do Sul que também esteve presente à reunião foi incluído na agenda um ponto sobre os concursos para os professores agregados do ensino primário.

O orçamento surgiu durante toda a entrevista como um problema de fundo. O próprio Ministério, para certas propostas apresentadas pelo Sindicato, sentir-se-ia ultrapassado pela importância das questões. O orçamento, assunto sensível neste momento em que sofre acertos para a sua apresentação à Assembleia da República, com tudo o que, questão política, está subjacente a esses acertos, poderá vir, em última instância, a «obrigar» o MEIC a manter-se irredutível em pontos que para lá de outras reivindicações apontam reajustamentos ou desfazer de injustiças de ordem salarial.

Por outro lado, seria preocupante que esta abertura do MEIC ao Sindicato dos Professores, após longos meses de relações tão tensas, não significasse mais que um adiar de soluções e sobretudo um quebrar de possíveis ondas por parte da classe até à apresentação do Plano na Assembleia da República.

LIBERTAÇÃO DA MULHER

Continuação da pág. 3

moção e libertação da mulher, de informação e conscientização mas sim um «entretém» pernicioso, um peso de longos e longos anos de discriminação e desigualdade, de opressão e exploração, de obscurantismo e superficialidade um peso das velhas sociedades e valores que se decompõem, que a realidade contradiz todos os dias mas que continuam a ser vendidos (e comprados) nesta nossa sociedade portuguesa a alguns escudos por semana.

Em Conclusão

Estas revistas mereceriam um estudo mais atento e uma análise mais completa: muitos aspectos foram deixados de lado: o vocábulo que utilizam, a visão do actual momento político que transmitem, o modelo de consumo que veiculam, o modelo masculino para que apontam, etc., etc.

Estas breves notas permitem-nos no entanto concluir que nada temos a esperar da actual imprensa feminina para um esclarecimento correcto das leitoras, para um despertar das suas consciências, para fazer frente aos múltiplos problemas que se nos põem hoje em Portugal.

Não podemos deixar o passado retomar oseu peso em silêncio. Não podemos permitir que diante de nós esteja outra vez a ignorância, a dependência, a humilhação e a resignação. É urgente que a Revista «Mulher, Modas e Bordados» reapareça. É urgente que se dê a voz que se tirou à publicação feminina mais coerente com a construção da sociedade democrática que o Governo PS tanto apregoa. Então?!

ESCOLA-PILOTO DA BOLAMA (GUINÉ-BISSAU)

Filhos de antigos combatentes aperfeiçoam-se em Lisboa na Língua Portuguesa

Sessenta estudantes da Guiné-Bissau da Escola-Piloto da Bolama, todos filhos de antigos combatentes e que, na maioria conheceram pessoalmente, em Conacri, Amílcar Cabral, encontram-se em Lisboa, instalados no Centro de Estágio, do ISEF, com o objectivo de se aperfeiçoarem na expressão da Língua Portuguesa

. Chegaram na madrugada do dia 14 a Lisboa, capital do País onde vêm pela primeira vez, 60 alunos da Escola-Piloto da Bolama, Guiné-Bissau, todos eles filhos de antigos combatentes contra o Exército Português e que fizeram a sua vida no mato e no mato aprenderam as primeiras letras de uma língua — a Portuguesa — que hoje pretendem aperfeiçoar.

Instalados no Centro de Estágio do Instituto Superior de Educação Física estarão entre nós até aos fins de Agosto. São 60 jovens cujas idades vão dos 17 aos 19 anos. Muitos deles conheceram Amílcar Cabral em Conakry onde inicialmente, antes do 25 de Abril, funcionou a Escola-Piloto. Muitos deles souberam de seus pais mortos na guerra. E todos eles têm uma história. Uma história própria para contar. Entre eles é «proibido» falar outra língua que não seja o Português. São futuros quadros da Guiné-Bissau. A sua vinda a Portugal é possível pelas vontades congregadas da Força Aérea que para o seu transporte pôs à disposição um avião, da Direcção-Geral dos Desportos, que cedeu as instalações e do Gabinete Coordenador para a Cooperação a funcionar no Ministério dos Negócios Estrangeiros que muito fez para que a sua visita, não de turismo, mas de trabalho e aperfeiçoamento, seja positiva.

Os alunos da Escola-Piloto de Bolama que estão em Lisboa, apresentam como estudos da sétima à 11.ª classe, correspondente esta ao nosso segundo ano do curso complementar seja: ao antigo sétimo ano). Após esta visita a Portugal integrar-se-ão os que fizeram a nona classe em brigadas pedagógicas que vão leccionar, sobretudo em Bissau, alunos da 5.ª e 6.ª classes. Este serviço é considerado «trabalho produtivo», obrigatório para qualquer estudante, seja na horticultura, seja noutra tarefa qualquer.

UM DIA NA ESCOLA-PILOTO

Ao todo a Escola-Piloto tem 12 professores, dois dos quais na categoria de cooperantes. Além de outras disciplinas, como línguas, a partir da sétima classe, aprendem o Português, o Inglês e o Francês. A coadjuvar a direcção da escola existe um comité da escola formado pelos alunos eleitos, e ainda um estudante com a responsabilidade de comissário político. A ele lhe cabe representar os colegas diante do director. O Comité de Escola reúne semanalmente às sextas-feiras. Todos os temas relacionados com a vida da Escola aí são abordados e aí se faz a crítica e a autocrítica.

A Escola-Piloto de Bolama funciona em sistema de internato. E, como internato que é, a vida começa às seis da manhã com ginástica e atletismo seguidos de banho. Às sete horas é o pequeno almoço (o leite é alimento fundamental de todos os dias). As aulas começam às oito prolongando-se até às 13 horas. Depois é o almoço seguido de descanso até às 15 horas. Meia hora depois reiniciam-se as aulas que terminam às 17 horas. Seguem-se actividades desportivas e trabalho produtivo. O jantar é às 19 horas. A partir das 20 até às 22 horas, os alunos concentram-se nas aulas-estudo.

Mas, para lá desta azáfama puramente lectiva, outros trabalhos (produtivos se chamam) ocupam os jovens da Escola-Piloto da Bolama.

Assim a cozinha é campo de-les também. Têm dois cozinheiros para orientar. De resto, existem 15 grupos, tendo cada grupo oito estudantes (seis rapazes e duas raparigas já que o internato é misto) que na cozinha prestam o seu contributo, mediante uma escala que a todos atinge e contempla.

Para o tratamento da horta foram formados cinco grupos de seis elementos cada que funcionam à semelhança dos grupos destacados para o serviço de cozinha.

Mas outras actividades há a considerar. Por exemplo: a existência de um jornal (de parede), semanal, o «No Djunta», em que a problemática da Guiné-Bissau, da África e os problemas mais imediatos da Escola recebem o seu tratamento. A somar: a existência de um grupo de teatro, «Esta é a Nossa Pátria Amada», que além de ser o humilde embrião do «ballet» nacional (regista-se a recente exibição de umas danças Nai) já foi (pelo menos alguns dos elementos do grupo já foram) ao Festival de Berlim e representou, aquando da celebração de mais um aniversário da independência, a peça homónima do grupo em Bissau.

PEQUENA HISTÓRIA DA ESCOLA-PILOTO

A Escola-Piloto é a escola-modelo dos Internatos do Instituto de Amizade e que pretende a formação não só dos alunos, mas também para professores. Além das disciplinas de Formação Militante, a Escola-Piloto ministra ainda a História de África, Português, Matemática, Desenho, Geografia, Ciências Naturais, Física, Química, Trabalhos Manuais, Educação Física e Desportos, etc.

Os antecedentes da Escola-Piloto de Bolama remontam a data ainda anterior em Congresso de Cassaca, sendo desenvolvidas de início actividades rudimentares de instrução primária entre os elementos do PAIGC que viviam no antigo Lar de Bonfim em Conakry, onde funcionava a Escola de Formação dos Primeiros Quadros Políticos daquele movimento de libertação.

Após o Congresso de 1964, e dando seguimento a uma das palavras de ordem daí emanadas «Todos os que sabem devem ensinar os que não sabem», a Escola-Piloto começou por acolher os filhos dos combatentes e de alguns responsáveis do PAIGC com o intuito de os proteger e educar.

A Escola-Piloto foi fundada por Domingos Brito, actualmente secretário-geral do Comissariado de Estado da Educação Nacional e Cultura, em Ratoma, na República de Guiné-Conakry, em 1965.

A NECESSIDADE DE PROFESSORES

O grande objectivo da estadia destes 60 jovens da Escola-Piloto em Lisboa é o aperfeiçoamento na língua Portuguesa. Para tal, necessitam de monitores, já conseguidos em parte (estudantes da Guiné-Bissau nas universidades portuguesas), e de professores portugueses que escasseiam. Precisam por outro lado de conseguirem possibilidades de contactos com a vida portuguesa, seja com o teatro seja com o cinema português. Precisam, em suma, de conseguirem, neste mês e meio, um melhor conhecimento do povo português e da sua língua, veículo fundamental de uma nova África liberta do colonialismo.

Para lá dos apoios oficiais que têm existido na medida do possível outros apoios são precisos — é o caso do teatro, do cinema e de outras manifestações que sejam também a dimensão e expressão de uma cultura portuguesa, da língua Portuguesa, em última instância.

Albufeira vai ter novo parque de campismo

Espera-se que em breve a Vila de Albufeira terá um parque de campismo para dois mil amadores deste desporto. Neste sentido, as organizações de hotelaria locais acabam de apresentar pedidos de financiamento aos responsáveis do sector turístico e outras entidades, com vista à viabilidade de um projecto de construção não só de um novo parque de campismo como de outros empreendimentos de interesse turístico.

Além do parque, os empreendimentos projectados na área de Albufeira incluem a construção de um complexo de duas mil camas, e a criação de 150 mil postos de trabalho, substituídos por instalações de «self-service», bar salas de convívio, piscina e parque infantil.

Entretanto, decorreu, na cidade de Portimão, o terceiro concurso de cinema não profissional do Algarve.

O júri, composto por Gentil Marques, Joaquim Moreira de Pinho e Américo Teixeira de Santa Cruz, atribuiu medalhas aos filmes: «Abordagem», do grupo pré-juvenil-74, de Lisboa, e «Homem Nascido» de Fernando Matos, de Moscavide.

Foram atribuídos diplomas de menção honrosa às películas «Tu serás o futuro», do grupo Acaso de Portimão, «Fantasia», de Júlio Capela da Cruz de Viana do Castelo, e «Barreiro-74-75», de José Lança Pereira, desta vila.

O júri distinguiu especialmente o filme «Os Tomates», de Carlos Nascimento, de Portimão, «Pelo seu aspecto didáctico, que aponta possíveis rumos de divulgação no campo do cinema educativo».

Em FARO o DIÁRIO DE LISBOA vende-se no CAFÉ BRASILEIRA

Campanha no Porto contra poluição sonora

PORTO, 19 — Integrado na campanha contra os ruídos de viaturas, da iniciativa do comando geral da PSP, foi montado ontem nesta cidade junto ao hospital de S. João, piscinas do Fluvial e em Gaia, na Rua de Vasco Fernandes um serviço destinado a fazer testes gratuitos aos veículos. Junto àquele estabelecimento hospitalar, a afluência foi enorme chegando os veículos a formar bicha.

Segundo uma informação da PSP em relação ao ano passado, está a verificar-se uma baixa sensível quanto a ruídos de viaturas.

SÃO SALDOS... É DE ARROMBA..!
MONUMENTAIS..!
COM DESCONTOS ATÉ 50%
NAS 15 LOJAS DOS armazéns do CONDE BARÃO
PREÇOS ? LEIA !
ISTO ATÉ PARECE MENTIRA
Pronto a vestir confecções de qualidade e modernas
Alcatifa de pêlo alto não há melhor em alcatifa e do melhor que se fabrica
Chantung é trevira é branco é tão lindo 300 mt. largo vendemos por
com desconto 50% vale ~~300~~ 175. vale ~~275~~. 149.50
Cretones para decoração é mesmo bom tem mesmo nível vendemos por
Geleiras são quase um frigorífico são boas são grandes e giras
Toalhas de rosto turco mesmo bom toalhas grandes toalhas lindas vendemos a
vendemos por
vale ~~110~~. 69.50
195.
vale ~~49.50~~ 29.50
DESPIMOS O CASACO...!
ECONOMIZE
NÃO FALTE AOS SALDOS
DA ORGANIZAÇÃO DOS armazéns do CONDE BARÃO

EMPRESA GRÁFICA

ADMITE :

— Costureira Oficial (Encadernação)

OFERECE :

— Vencimento mensal — 6 500$00
— Regalias sociais — férias, subsídio e 13.º mês proporcionais ao tempo de serviço prestado.
— Situação estável

EXIGE :

— Referências pessoais e profissionais
— Conhecimentos vastos no domínio da sua arte
— Dinamismo, adaptação e qualidades metódicas que conduzam a bom rendimento na produção.

As respostas, com curriculum profissional devem ser enviadas a este Jornal ao n.º 1936.

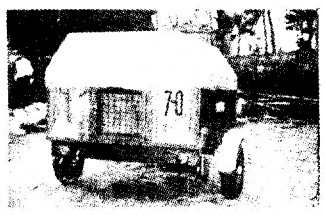
UNIVERSIDADE DO MINHO

ANÚNCIO

Aceitam-se candidaturas para um lugar de Técnico Auxiliar para o Laboratório de Micro-Ensino e de Meios Audio-Visuais.

Os candidatos devem reunir o seguinte perfil :
— Técnico de imagem e som com conhecimentos e experiência de :
— Laboratório fotográfico
— Montagem de diaporamas, diapositivos, etc.
— Operador de CCTV com conhecimento e experiência de :
— Video-Tape VCR
— Montagem de cassetes para Micro Ensino
— 5.º ano dos liceus

As respostas, com todas as referências, deverão ser enviadas, pelo correio, para a Universidade do Minho, Largo do Paço, Braga, até ao próximo dia 31 de Agosto de 1977.



ATRELADOS

SARGVIL

PARA CAÇA CAMPISMO E CARGA

3 MODELOS — 3 PREÇOS
CARGA ÚTIL 200 Kg — Peso A prox. 75 Kg.
Pode ser rebocado por qualquer veículo

Em exposição na:

LUARCAMPO

Praça Gonçalo Trancoso, 2-B
(ao Bairro de S. Miguel) — Telefone 766834

PNEUPARQUE

Rua Castilho, 201-A (Frente ao Parque)
Telef. 68 40 65

PNEUS NOVOS
E
RECAUCHUTADOS

- Assistência técnica por pessoal especializado
- Equilibragem ELECTRÓNICA de rodas e alinhamento de direcções.

RONDA DAS ASSOCIAÇÕES DE AMIZADE

Portugal-Moçambique: Um acto de amor sem equívocos

Muitos equívocos têm surgido relativamente ao que se espera do funcionamento das Associações de Amizade. Estes equívocos criam, por vezes fricções que vão do simples apelo dramático ao pormenor anedótico. Por exemplo: há quem suponha que uma Associação de Amizade funciona mais ou menos como um consulado, isto é, que pode mesmo fazer por sua conta e risco coisas que só a um consulado competem, como seja passar vistos, tratar de problemas de emigração, etc.

Neste aspecto, a Associação de Amizade Portugal-Moçambique tem sido das mais assediadas, embora não a única. As pessoas vão ali e identificando a Associação (erradamente, claro) com um consulado, exigem o impossível. Quando obtivemos a entrevista com os directores da AAPM para esta série de apontamentos sobre os referidos organismos, contaram-nos este pequeno incidente: um homem, com muitos desejos de ir trabalhar para Moçambique, achando que a AAPM lhe «devia» proporcionar algo nesse sentido, entrou um dia na sede da Associação, dizendo que «tinha todos os papéis em ordem» só lhe faltando **visto** que lhe permitiria a entrada naquela ex-colónia». Resposta do funcionário da Associação:

— Mas nós aqui não passamos vistos, nem interferimos em coisas desse género.

Homem:

— Mas disseram-me que sim, que vocês já têm feito isso.

Funcionário:

— Trata-se de um equívoco. O que o sr. terá de fazer, enquanto não houver embaixada em Portugal, é dirigir-se por escrito às entidades moçambicanas no Maputo.

Homem:

— Assim nunca mais... Então, se vocês aceitam inscrições para Moçambique, também deviam dar o visto.

Funcionário:

— Aceitamos inscrições, sim senhor, mas depois, são os serviços competentes do governo moçambicano quem trata do resto: selecção dos candidatos, vistos, etc.

Homem:

— Mas era só um carimbo.

Funcionário (sorrindo):

— Não, não é só um carimbo.

Homem:

— Olhe: eu estou a ver aí um carimbo dos vossos, é só sujarem-me aqui dois ou três papéis e facilitam-me a vida.

Claro que, apesar da pertinácia do homem, houve forma de lhe explicar que uma Associação de Amizade, seja ele de que país for, não funciona (nem tem que funcionar) como um consulado ou algo que o valha. Como o seu próprio nome indica, pode-se dizer que é um elo estabelecido entre dois países, um elo profundo, sem dúvida, mas que contempla aspectos mais subjectivos da amizade entre os povos: o intercâmbio cultural, a solidariedade, o conhecimento mútuo. Falamos em aspectos **mais subjectivos** (em comparação, naturalmente, com os aspectos burocráticos do funcionamento de um consulado), embora este subjectivismo, não o esqueçamos, congregue em si mesmo uma actuação real de objectivos muito concretos.

Colocado este ponto, que nos parece fundamental para afastar os equívocos que têm rodeado a actuação das Associações de Amizade, passemos à história da Associação de Amizade Portugal-Moçambique.

Na foto: Silva Graça, Pedro Borges e António Rodrigues, num encontro com Samora Machel, no Maputo. De quando em quando e ainda na senda dos esforços para uma maior amizade, directores da AAPM deslocam-se a Moçambique

DESENTERRAR AS SIMPLES INTENÇÕES

Pedro Borges, Silva Graça e António Rodrigues, foram os directores da AAPM que, por maior disponibilidade, estiveram presentes na hora da entrevista. E foi Silva Graça quem iniciou o diálogo desta maneira:

— A história da Associação, como já afirmei na sessão comemorativa da Independência da República Popular de Moçambique, em Junho último, no S. Luís, não foi obra do acaso, nem uma mera congeminação partidária. Um grupo de amigos começou a reunir-se com esse fim em vista, em Agosto-Setembro de 1974. Procurámos desde sempre um leque muito vasto na composição desse grupo, exactamente para não haver qualquer equívoco que englobasse este ou aquele aspecto mais partidário. Desde que os amigos para tal reunidos fossem antifascistas convictos pensávamos ser o suficiente nessas primeiras reuniões, recordamo-lo, que estavam quase sempre presentes nós, o Manuel Alegre, o então general Otelo Saraiva de Carvalho e o comandante Almeida e Costa, que ainda hoje é o presidente da Assembleia-Geral da nossa Associação. Houve determinadas pessoas deste grupo inicial que, mais tarde e de **motu** próprio, se afastaram. De modo nenhum, isto poderia ter incidências tão profundas no trabalho já realizado e na ideia original, de forma a que a Associação não prosseguisse o trabalho a que se tinha proposto quando da sua fundação. Seria um absurdo, se bem que um absurdo que muita gente aceitaria de bom grado, como muitos dos absurdos criados neste país nos últimos tempos.

Uma vez fundada, segundo os nossos entrevistados, a AAPM não mais deixou de fazer crescer a árvore da amizade e da compreensão mútua que acabaria por dar frutos tão belos como aquele da Semana de Cultura de Moçambique em Portugal, de inevitáveis consequências históricas, mas não só. A Semana Moçambicana, que tão esforçadamente foi levada a cabo entre nós, ajudou em muito as excelentes relações que hoje vingam entre o nosso país e a República Popular de Moçambique. De resto, diria Pedro Borges, «ao realizá-la estávamos apenas dando cumprimento ao espírito e letra dos nossos estatutos. Por outro lado» — acrescentaria Pedro Borges — «era importante que a Associação, dentro das suas possibilidades e dentro dos limites da sua actuação, contribuísse o mais profundamente possível, para a aproximação entre os dois povos. Ora nós cremos que iniciativas desta ordem facilitam enormemente essa aproximação e bom presságio foi o apoio que obtivemos do governo da República Popular de Moçambique, através do respectivo Ministério da Informação, que nos facultou todos os elementos que constituiram a essência da semana — o filme sobre o primeiro ano de independência daquela ex-colónia (e este é um termo que devemos banir cada vez mais, como devemos banir tudo o que se ligue ao passado), as obras de arte que estiveram expostas, os livros, etc. Em contrapartida, a compreensão e o apoio obtidos junto de certos membros do governo português foi, igualmente, um bom presságio que, honra nos seja feita, nós desenterrámos da simples intenção.

Também António Rodrigues adiantaria:

— É importante não deixar esquecer que esta Semana de Moçambique em Portugal, terá a contrapartida duma Semana de Portugal em Moçambique. Neste momento e agora com a colocação em Lisboa da Embaixada daquela República Popular, podemos dizer que tal contrapartida se encontra encaminhada para se tornar um êxito tão pleno como foi a Semana Moçambicana. Esperamos que tenha lugar em Outubro e sabemos que à volta da iniciativa há muita expectiva em Moçambique.

NÃO PARAR

Com sede em Lisboa e várias centenas de associados, a AAPM desenvolve, como se vê, uma actividade extraordinária no sentido da aproximação e da amizade com o povo moçambicano. Até ao momento em que ali fomos entrevistar os seus directores, contavam-se por cerca de setecentos os trabalhadores inscritos com a intenção de que a sua ida para Moçambique fosse «negociada» pela Associação. No entanto, com a embaixada de Moçambique ora colocada em Lisboa, decerto que a situação passará a ser outra, havendo muito mais facilidade, certamente, para dar rumo a estas aspirações de muitos dos portugueses que pretendem ir ajudar a reconstrução daquela República Popular em África.

Estamos, pois, diante de um caso de extraordinária vitalidade. A AAPM, com todas as iniciativas que lhe competem e que tem levado a bom termo (incluindo a cooperação com outras Associações congéneres), conta no seu «palmarés» excelentes vitórias no campo da aproximação e solidariedade entre o povo português e o povo moçambicano. O que, nos tempos que vão correndo, requer, sempre, muita honestidade de intenções, muito desejo de bem servir, muito acreditar no futuro. E no futuro acreditam os directores da AAPM quando nos dizem:

— Não. pararemos. Há ainda muito que fazer e fá-lo-emos, embora as dificuldades que se nos deparam e as más vontades que nos espreitam. Os inimigos da solidariedade e amizade entre os povos progressistas bem poderão especular a nosso respeito, porque seguiremos adiante, tendo como base a nossa linha estatutária e o impulsionador aplauso dos nossos associados.

JOSUÉ DA SILVA

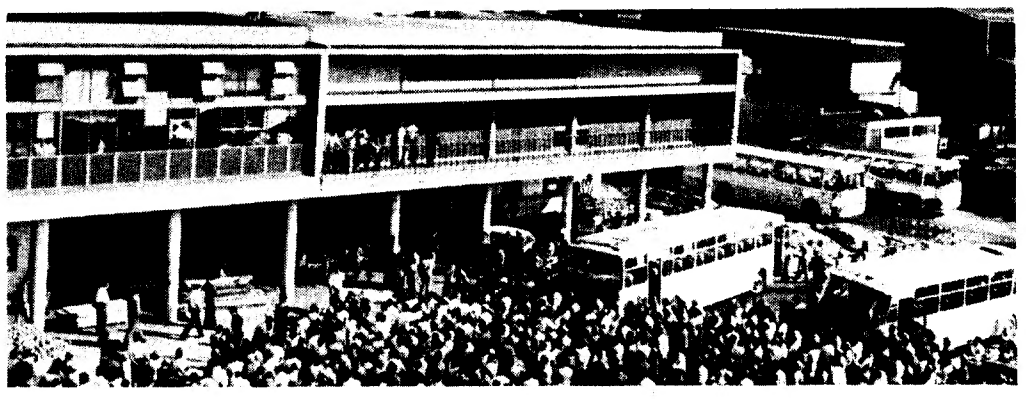
PUB

Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Lisboa

BOLSAS DE ESTUDO

De acordo com a proposta aprovada na A. G. de 31-3-77 estão abertas as inscrições durante o mês de Setembro. Os boletins de inscrição e respectivo regulamento encontram-se na Secção de Delegados Sindicais e devem ser enviados pelo correio ou entregues directamente depois de preenchidos.

Pel'A DIRECÇÃO



Trabalhadores da Lisnave concentrados ontem na Margueira para tomar conhecimento da actual fase do conflito

Governo cria dificuldades na Lisnave e na Setenave

— acusam os trabalhadores

Os órgãos representativos dos trabalhadores da Lisnave e da Setenave encontravam-se hoje reunidos para analisarem em conjunto as formas de actuação a adoptar proximamente, em apoio do processo reivindicativo em curso nas duas empresas.

Em ambos os casos os trabalhadores foram ontem informados, ao fim da tarde, dos entraves e dificuldades que as administrações e o Governo vêm opondo à concretização das suas aspirações. Está em causa a aplicação integral da matéria negociada e o respeito pelo compromisso de revisão salarial, a levar à prática aquando da aplicação do novo horário de acordo com os princípios acordados.

«Ninguém pode acusar os trabalhadores da Setenave e da Lisnave de não se terem interessado pela defesa, consolidação e progresso das empresas. Ninguém pode acusar os trabalhadores de não serem ponderados e realistas, tanto mais que desde a nacionalização da Setenave não houve qualquer conflito grave nesta empresa. Mas também ninguém espere que os trabalhadores da Lisnave e da Setenave estejam dispostos a ceder naquilo que foi acordado com as Administrações, sabendo-se que se está no limite daquilo que se pode exigir para fazer face ao constante aumento do custo de vida» — afirmavam ainda há dias as comissões de trabalhadores e os secretariados de delegados sindicais das duas empresas.

O novo tipo de horário que os trabalhadores desejam ver aplicado permitiria tornar as empresas mais competitivas e reduziria encargos com o pessoal em horas extraordinárias, que reverteriam posteriormente em benefício de uma revisão salarial para o segundo semestre do corrente ano.

No entanto, o Governo opõe-se à aplicação dos resultados das negociações já realizadas com a administração da Setenave.

Nesta empresa, de todas as reivindicações apresentadas (promoções automáticas, reclassificações, prémios e revisão salarial), só as reclassificações obtiveram luz verde, mercê das economias resultantes dos novos horários, e apenas com retroactividade a 1 de Agosto. Quanto a ordenados, seriam aplicados os mínimos da portaria, com desprezo pelos subsídios de turno. Tudo isto, segundo os trabalhadores, entra em contradição com o que ficara anteriormente estabelecido com a administração.

No caso da Lisnave, deparam-se dificuldades à aplicação da revisão salarial, conforme ficara aprovado, com efeitos retroactivos a 1 de Junho. Por outro lado, levantam-se obstáculos ao novo horário de trabalho, no que respeita ao princípio da semana de cinco dias para o turno das 17-01 horas. A Administração pretende ainda que a aceitação e o pagamento da revisão salarial só seja feito depois de mobilizados voluntários que assegurem o funcionamento dos novos horários. No entanto, algumas reivindicações (promoções automáticas, prémios e diuturnidades) haviam já sido aceites.

O processo reivindicativo decorre em simultâneo nas duas empresas, tanto mais que, segundo os trabalhadores, o Governo tem em vista «autonomizar a Setenave relativamente ao Movimento Sindical, pretendendo ainda criar condições para que se pratiquem tabelas salariais e regalias sociais diferenciadas nas duas empresas».

Para os órgãos representativos dos trabalhadores, o que se passa na Lisnave e na Setenave é mais um reflexo da política de recuperação capitalista seguida pelo Governo, que estaria empenhado em «levantar às empresas nacionalizadas toda a espécie de dificuldades, obrigando-as a reduzir os défices à custa dos trabalhadores e restringindo o crédito concedido ao sector público — como propõe o relatório do FMI — o que na prática na Setenave se concretiza na imposição de condições às reivindicações internas dos trabalhadores que passam pela redução substancial das regalias sociais».

Entretanto, hoje de manhã decorriam novos contactos com as Administrações. Espera-se que do conflito haja proximamente um conhecimento público mais detalhado, na sequência de uma conferência de Imprensa a realizar pelas CTs e delegados sindicais no princípio da próxima semana.

AS DESINTERVENÇÕES

"Política do facto consumado" na Companhia Portuguesa Higiene

«É a política do facto consumado. Tudo foi decidido sem que os trabalhadores fossem ouvidos.» Aconteceu na Companhia Portuguesa de Higiene, propriedade da Farmácia Estácio, desintervencionada há cerca de um mês.

Faz-se notar que tanto a Higiene, como a Celsus, como a União Fabril Farmacêutica (UNIFA) pertenciam, de formas várias, ao ex-Grupo CUF. No caso da primeira destas firmas, essa «pertença» resultava da compra feita pelas seguradoras do referido ex-Grupo: Império, Sagres e Universal.

Trabalham na Companhia Portuguesa de Higiene cerca de 187 trabalhadores. Trata-se de uma empresa que produz especialidades farmacêuticas que são distribuídas, num esquema característico dos circuitos capitalistas, pela UNIFA, «curiosamente» a proprietária da Celsus. Como pano de fundo, claro está, aparecia o ex-Grupo CUF.

Ao desintervencionar a Higiene, segundo nos afirmaram os delegados sindicais na empresa, «a Comissão Interministerial encarregada de analisar a situação não auscultou a opinião de quem trabalha, contrariamente ao que insinuou, a pretexto de se ter realizado uma reunião de carácter informal». Nessa reunião, segundo nos adiantaram, a dita Comissão Interministerial limitou-se a informar que «já possuía as soluções para a desintervenção, pelo que a opinião dos trabalhadores em nada podia modificar o que já estava resolvido».

A «política do facto consumado» tem expressão também no facto de o Grupo de Trabalho nomeado pelo Instituto de Participações do Estado (IPE) ter apresentado relatórios sobre a situação da firma sem dar qualquer conhecimento do seu conteúdo aos delegados sindicais e aos trabalhadores em geral. Na Celsus e na UNIFA esses mesmos relatórios foram, ao contrário, facultados a quem os quis apreciar, em manifesta «discriminação», conforme nos foi dito.

Os representantes dos trabalhadores da Higiene solicitaram de imediato uma entrevista ao IPE, entrevista que lhes foi concedida no dia 30 de Junho passado. No IPE lhes foram «precisadas as funções que estão atribuídas a este Instituto na supervisão da gestão de empresas com participação estatal, «de acordo com as directrizes dimanadas através dos ministérios, sem que tal implique o gerir, directamente, essas empresas». Entretanto, o Grupo de Trabalho formado pelas Comissões de Gestão da UNIFA, da Celsus e da Higiene ficou de apresentar o «estudo da situação» até fins de Agosto.

Estranhamente, o Conselho de Ministros reunido em 7 de Julho resolveu cessar a intervenção do Estado na Companhia Portuguesa de Higiene, SARL com efeitos a partir do dia 15 do mesmo mês. «A tal política do facto consumado», sublinharam os trabalhadores que connosco conversaram. De recordar que vem sendo referida, com preocupante insistência, a eventualidade do regresso de altas figuras do ex-Grupo CUF. «Isto anda tudo ligado», comentaram-nos.

Será mentira?

Actualizadas as reformas dos trabalhadores do Estado

Vão sofrer actualizações as pensões transitórias ou definitivas de aposentação e as de reforma dos antigos servidos do Estado, conforme determina um decreto-lei da Presidência do Conselho de Ministros e dos Ministérios da Defesa Nacional, da Administração Interna e das Finanças, hoje publicado no «Diário da República».

O decreto que terá efeitos rectroactivos a partir de 1 de Julho passado, determina a actuação das pensões citadas e das reformas calculadas antes da aplicação dos regimes definidos respectivamente nos Decretos-Leis nºs 330/76 e 461-A/75 ou antes dos regimes especiais de diuturnidades. As actualizações serão feitas, incluindo ná base as diuturnidades que, de acordo com aqueles diplomas ou regimes, correspondam aos anos de serviço contados na fixação das pensões.

As disposições são aplicáveis aos reformados militares e aos pensionistas do Montepio dos Servidores do Estado, desde que façam prova do tempo e do serviço prestado, bem como ao pessoal das ex-colónias, aos deficientes das Forças Armadas e ao pessoal da Guarda Nacional Republicana, Polícia de Segurança Pública e Guarda Fiscal.

ENCONTRO DE REFORMADOS

Reformados da Previdência reunidos num Encontro na Baixa da Banheira aprovaram uma moção a enviar ao Presidente da República, presidente da Assembleia da República, Conselho da Revolução e Comissão Constitucional, em que chamam a atenção para a «urgente necessidade do Governo tomar medidas que assegurem a tranquilidade e defesa de todos os Reformados deste país, de maneira a dar-lhes uma velhice digna, sem miséria e fome.» Os reformados reclamam também a revogação da Portaria 94 — 77, bem como a revogação das leis da Reforma Agrária e das indemnizações.

TAP

Portaria sobre aumentos não será revista tão cedo

A Comissão Sindical da TAP, que ontem foi recebida pelo ministro Rui Vilar, informou este membro do Governo da sua firme disposição de não apoiar a substituição do actual Conselho de Gerência por outro cuja acção dê cobertura aos interesses tendentes a desmantelar a companhia nacionalizada.

Um dos pontos focados pela CSE no encontro com o titular dos Transportes e Comunicações foi a revogação da Portaria 418, que condiciona os aumentos dos vencimentos dos trabalhadores da TAP.

A revogação da Portaria é um dos objectivos da Comissão Sindical, no que foi apoiada pelo último plenário de trabalhadores dos Transportes Aéreos Portugueses. O ministro no entanto declarou que a Portaria só poderá ser revogada quando a actual conjuntura do País for alterada.

Rui Vilar referiu ainda o seu encontro com o Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil, no qual foi nomeadamente focada a admissão da possibilidade de revisão de horário de trabalho, a pretensão de equiparação dos pilotos ao restante pessoal da companhia (no que toca ao pagamento de horas extraordinárias, por exemplo), e funcionamento correcto das escalas. O Serviço de Escalas, um dos que mantém a estrutura de antes de 25 de Abril, tem sido acusado até pela Comissão de Trabalhadores de não funcionar com a necessária «limpidez», distribuindo apenas uma parte do pessoal as escalas consideradas mais vantajosas. O ministro deu mostras de estar sensibilizado para a resolução destes problemas.

Entretanto os atrasos dos voos TAP e os conflitos com passageiros daí decorrentes tendem de novo a agravar-se, por um lado devido ao cumprimento rigoroso das normas de segurança por parte dos pilotos e, por outro lado, à falta de estruturas da TAP para fazer face ao programa previsto para este Verão.

As negociações do ACT prosseguem esta tarde, com a ausência do Sindicato dos Pilotos e a presença, sob protesto, do Sindicato do Pessoal de Voo da Aviação Civil, que decidiu participar nas negociações depois de fazer exarar em acta um voto de solidariedade com a posição do Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil.

MUNDET

Segundo aniversário da intervenção

Passa hoje o segundo aniversário da intervenção estatal na Mundet, grande unidade corticeira do Seixal que os trabalhadores conduziram, «não sem enormes dificuldades e sacrifícios, à recuperação convertendo-se um estado de falência e de desemprego iminente para 1200 numa situação de crescente estabilidade».

Assinalando a data, a comissão de trabalhadores da Mundet lembra, ainda, que durante estes dois anos a empresa «deixou de ser o que durante muitos anos foi, um sorvedouro de dinheiros conseguidos através de empréstimos nem sempre liquidados, para se tornar numa empresa estável e já uma força impulsionadora na recuperação da economia nacional».

O despacho de intervenção na empresa foi publicado em 19 de Agosto de 1975 após a conclusão dos inquéritos mandados instaurar à empresa, que se encontrava sob gestão dos trabalhadores desde 31 de Maio de 1974. A resolução final confirmava as razões que durante muito tempo haviam sido invocadas pelos trabalhadores, em exposições que fizeram chegar ao conhecimento das entidades governamentais a propósito da gravíssima situação económica e financeira em que se encontrava a empresa.

RESPONSABILIZAM A DIRECÇÃO

Escritórios do sector químico desconhecem a portaria

O grupo de trabalho do sector químico do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do distrito de Lisboa decidiu responsabilizar a direcção daquele organismo pelo desconhecimento entre a classe da portaria de regulamentação do trabalho já elaborado.

Num documento distribuído à classe, este grupo de trabalho exige que os dirigentes do seu Sindicato se justifiquem perante a classe, depois de no mês passado se terem furtado, sem sequer invocar razões, a um plenário do sector, que havia sido solicitado para fazer o ponto da situação.

Na verdade, as informações provenientes da comissão negociadora sindical sobre o andamento dos trabalhos de elaboração da PRT vertical do sector químico não chegaram aos trabalhadores de escritório por ela abrangidos, por motivos que se desconhecem e que só a direcção do Sindicato poderá explicar.

Soube-se agora que os trabalhos da comissão técnica encarregada de elaborar a portaria já terminaram, devendo toda a matéria acordada ser publicada oportunamente no Boletim do Trabalho e Emprego, publicado pelo Ministério do Trabalho. Os trabalhadores de escritório ignoram o seu conteúdo.

Técnicos de prótese dentária em assembleia

O Sindicato dos Técnicos de Prótese Dentária leva a efeito na próxima quinta-feira uma assembleia geral extraordinária para discussão a aprovação do regulamento interno de provas práticas para a profissão.

Durante a assembleia, que se realiza no Instituto Superior Técnico a partir das 21 horas, serão divulgadas informações de interesse sobre o contrato colectivo de trabalho no sector.

Seguros do Norte descontentes

O Sindicato dos Trabalhadores de Seguros do Norte considera que a arbitragem de algumas cláusulas do seu futuro Contrato Colectivo de Trabalho não foi totalmente favorável.

Em comunicado agora distribuído a direcção daquela associação de classe afirma que será necessário «procurar outros meios de acção por forma a serem obtidos resultados que permitam resolver as dificuldades provocadas pelo constante aumento do custo de vida».

Evolução dos preços dos alimentos

Segundo o Ministério do Comércio e Turismo, houve uma sensível descida dos preços dos produtos alimentares durante o mês de Julho, correspondendo a uma «clara desaceleração do processo inflacionista», estando-se pois, de acordo com as opiniões expressas pelos responsáveis por aquele departamento de Estado, «longe das previsões que, sem bases objectivas, certos sectores de opinião vinham formulando».

Contudo, segundo números divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, os preços de alimentação e bebidas acusaram no passado mês de Julho au aumento de 33,5 por cento relativamamente aos preços médios de 1976. Os maiores aumentos, revela o INE, registaram-se no café (180,6 por cento), frutas 101,8 por cento) grão (88,5), cacau (87,8), chá (87,8) chá, (76,2), carne de vaca (72,6), conservas de peixe (55,6) e produtos lácteos (49,9).

A nota divulgada pelo Ministério do Comércio e Turismo esclarece que os índices de preços no consumidor relativos ao mês de Julho e agora publicados pelo INE «não beneficiam do efeito da recente portaria do Ministério do Comércio e Turismo sobre os preços de algumas espécies de fruta», acrescentando que a maior parte dos aumentos referidos se verificou nos quatro primeiros meses deste ano.

Não esclarece, contudo, que a tal «clara desaceleração do processo inflacionista» (afinal não tão clara como isso, pois se cifra apenas em menos 1,7 por cento), não se deve ao «assinalável êxito», que a nota do MCT refere triunfalmente, «das várias medidas de contenção dos preços dos produtos alimentares — entre as quais se contam a instituição do «cabaz» de compras», e a fixação de preços máximos para uma vasta gama de bens», mas tão-só ao abaixamento de preços de certos produtos sazonais, normal, nesta época do ano, para uma vasta gama de produtos agrícolas, nomeadamente as frutas.

O panorama é muito diferente do que o Ministério do Comeprcio e Turismo pretende apresetar. Vejamos, por exemplo, o boletim mensal, referente ao mês de Agosto, da Secretaria de Estado do Planeamento. Aí se refere que as perspectivas respeitantes à cultura de sequeiro são insatisfatórias e que os rendimentos por hectare de feijão, batata, milho e grão-de-bico prevê-se que sejam inferiores à média do último decénio em 39, 43, 30 e 14 por cento respectivamente.

As áreas de regadio semeadas são, de um modo geral, inferiores à média do último decénio. Os arrozais, em certas regiões, foram atacados por doenças (quiromonos), pelo que apresentam aspecto vegetativo variável. O cômputo geral das vinhas é desfavorável, prevendo-se uma produção de uva inferior em 25 e 39 por cento relativamente ao ano anterior e ao último decénio respectivamente. A produção de azeitona deverá ser inferior em 16 por cento à média dos últimos dez anos. A produção de frutas é escassa, inferior à do ano passado, graduando-se as quebras de produção, em relação àquele período, entre 55 por cento para o pêssego e a cereja a 38 por cento para a ameixa e a maçã de Inverno.

Quanto à pesca desembarcada, apresentou em Maio valores inferiores em 5 por cento aos do mês homólogo do ano passado.

Tudo leva a crer, portanto, que mantendo-se a insuficiência do nosso auto-abastecimento em produtos agrícolas, se manterá também a importação de alimentos, nas condições desfavoráveis que conhecemos devido à desvalorização do escudo. Assim, a pressão inflacionista, por um lado, e o desequilíbrio entre a oferta e a procura, por outro, manterão as mesmas características que têm mantido até agora, porventura mais agravadas.

DIRECTOR DO IPI EM LISBOA

Almoçar com o "Tempo" e convidar "O Dia" para a Alemanha

. No prosseguimento de uma visita em que se propõe «colher informações sobre o estado da Imprensa em Portugal», Peter Galliner, director do Instituto Internacional de Imprensa, com sede em Londres, que se encontra desde quarta-feira em Lisboa, teve ontem uma reunião no Palácio Foz com o secretário de Estado da Comunicação Social, Roque Lino, e o director-geral da Informação, José da Fonseca.

Antes destes contactos, Peter Galliner já recolhera informações durante um jantar com o director do «Tempo», numa entrevista com o director de «A Luta» e num almoço com o director do «Expresso». No âmbito da sua missão a Lisboa, o director do IPI endereçou convites a várias personalidades ligadas ao jornalismo «independente», para uma viagem à Alemanha, em Setembro, com destaque para Carlos Pina, subdirector de «O Dia» e Proença de Carvalho, director do «Jornal Novo». Nuno Rocha, de «O Tempo», foi outro dos comtemplados.

Para completar a sua laboriosa tarefa, Peter Galliner apresentou um «plano de auxílio aos jornalistas portugueses», que consiste na oferta a jornalistas portugueses, que dominem o idioma inglês, para estagiarem durante alguns meses em jornais regionais dos Estados Unidos.

Série de conferências sobre Alexandre Herculano

PORTO, 19 — Inicia-se, no próximo dia 13 de Setembro, uma série de conferências sobre Alexandre Herculano com a participação de Óscar Lopes, Jacinto Prado Coelho, Vitorino Nemésio, Vitorino Magalhães Godinho e Veríssimo Serrão.

A participação foi decidida durante a reunião de ontem do Executivo Municipal do Porto em que se aprovaram igualmente concursos para várias empeitadas de arruamentos e de construção de infraestruturas nas zonas de Fracos, Lapa e S. Vítor. Na próxima quinta-feira serão tornadas públicas estas propostas.

REESTRUTURAÇÃO NO "JORNAL NOVO"

"Boatos sem fundamento" — afirma Torquato da Luz

Torquato da Luz, subdirector do «Jornal Novo», considerou como «boatos sem fundamento» as notícias ontem postas a circular sobre a possível reestruturação daquele vespertino, que aprontavam para a sua passagem a matutino, aproveitando a administração esta mudança para alterar também os quadros directivos e a linha editorial.

De acordo com Torquato da Luz, o que se passou foi ter havido uma convocatória para uma reunião geral de todos os serviços, facto que causou uma certa estranheza por ser feita no momento em que o director do jornal, Proença de Carvalho, se encontra de férias. Mas tudo teria ficado esclarecido, após um contacto com a administração, que justificaria a sua atitude, dado ignorar que Proença de Carvalho estava de férias.

Torquato da Luz reconheceu, no entanto, a situação difícil em que aquele vespertino se encontra, a qual decorre, em sua opinião, devido às medidas de apoio à Informação previstas pelo Governo não estarem a ser aplicadas.

Pelágio Madureira recebeu CT da empresa "DN-Capital"

A Comissão de Trabalhadores da Empresa Pública dos jornais «Diário de Notícias» e «A Capital» (EPNC) foi ontem recebida pelo adjunto do primeiro-ministro, Pelágio Madureira, a quem expôs problemas relacionados com a situação interna da empresa e com a sua reestruturação, tendo sido acentuado durante a audiência o interesse dos trabalhadores na recuperação económica dos dois jornais e reivindicada a prévia audição da CT nas decisões a tomar pelo Governo quanto a esta questão.

No decorrer do encontro foi abordada a situação dos trabalhadores suspensos após o 25 de Novembro, e feita a análise dos projectos de reestruturação da Imprensa, divulgados até agora. Quanto a este ultimo aspecto, a CT salientou que «a iminência de despedimentos, que é apontada nos vários projectos, cria um clima de instabilidade interna que prejudica as relações de trabalho e a laboração da empresa».

Segundo referiu à ANOP, um membro da CT, Pelágio Madureira teria prometido para breve uma resposta à reivindicação dos trabalhadores da EPNC de serem ouvidos nas decisões relativas à recuperação económica da empresa.

PUB

COMPANHIA DE SEGUROS "A NACIONAL"

RELATÓRIO DO EXERCÍCIO DE 1976

1 — INTRODUÇÃO

O Conselho de Gestão tomou posse num quadro institucional definido e com linhas programáticas de orientação de gestão por parte do Governo, muito diferentes das acções e decisões, naturalmente precárias, que as Comissões Administrativas tiveram de desenvolver por efeito do próprio Decreto-Lei n.º 135-A/75 de 15 de Março que nacionalizou as Companhias de Seguros.

Assim, e porque foi neste quadro institucional que o Conselho de Gestão comprometeu desde o início a sua actividade e empenhamento importa salientar alguns aspectos de natureza programática que nos parecem mais significativos:

Decreto-Lei n.º 72/76 de 27 de Janeiro

«Constitui um dos mais firmes passos no processo de transição para o socialismo.»

«Dado o seu carácter urgente e transitório, as medidas nele contidas deverão ser reformuladas logo que, a nível geral, se defina o quadro institucional em que deverá moldar-se a intervenção dos trabalhadores no domínio da gestão e orientação global da economia. Só assim se evitará a constituição de uma superstrutura social dependente do Estado, portadora das já conhecidas tendências para a burocratização, com prejuízo da participação efectiva e concreta que aos trabalhadores em geral deve caber em sistema de transição para o socialismo.

Outras medidas legislativas igualmente urgentes darão o necessário impulso para a socialização dos seguros.»

«Será criado em breve o Instituto Nacional de Seguros, que terá como objectivo principal a coordenação da actividade seguradora nos seus múltiplos aspectos.»

Decreto-Lei n.º 11-B/76 de 13 de Janeiro (cria o INS)

«Com a publicação do Decreto-Lei n.º 135-A/75, que nacionalizou as Companhias de Seguros de capital português deu-se o primeiro passo para a socialização da actividade seguradora. Igualmente neste diploma foi fixado o regime provisório que condicionaria os poderes de gestão atribuídos às respectivas Comissões Administrativas.»

«Todavia, sente-se hoje uma imperativa necessidade de exigir à actividade seguradora a indispensável autonomia que lhe proporcione quer o desejável equilíbrio económico quer as mais eficientes condições para a sua gestão.»

«Finalmente, será cometida à Comissão Instaladora deste órgão a incumbência de proceder aos estudos que proporcionem uma mais adequada cobertura do País, atendendo a condicionalismos de natureza geográfica e técnica.»

Coerente com esta orientação programática legalmente fixada, afirmava o Senhor Subsecretário de Estado de Seguros, na presença do Senhor Ministro das Finanças, na cerimónia da tomada de posse dos membros dos Conselhos de Gestão:

«O período que vamos iniciar tem como intenção predominante, para além da consolidação das nacionalizações, a execução de passos decisivos para uma autêntica socialização dos seguros.»

«Estão criadas condições para se fazer uma coordenação eficaz de todas as empresas de Seguros sejam quais forem as suas características. Deseja-se que evoluam em paralelo as empresas nacionalizadas, as mistas, as mútuas, e as agências de companhias estrangeiras. Essa missão foi confiada à Comissão Instaladora do Instituto Nacional de Seguros que, a muito curto prazo, apresentará as bases estatutárias que vão permitir a formação deste Instituto. Essas bases serão apreciadas, discutidas, e, se possível, melhoradas pelos trabalhadores do sector.»

«Na actividade dos Conselhos de Gestão vão predominar duas intenções: a de equilibrar técnica, económica e financeiramente as empresas e a de as preparar para profundas transfonnações em ordem a que se integrem num complexo adequado à cobertura global e regional do País.»

«O Seguro é ainda factor para apoiar o desenvolvimento económico do País pela garantia de segurança, pela capacidade de captação de poupança, pelo estímulo do investimento produtivo e pela capacidade de canalizar recursos para o desenvolvimento regional.

Para que tudo isto seja possível, é necessário que a actividade seguradora se baste a si própria e isso só acontecerá se se fizer uma boa gestão técnica, uma adequada racionalização administrativa e, principalmente, se se proporcionar aos trabalhadores uma possibilidade efectiva de realização profissional e aos utentes uma concreta satisfação das necessidades específicas no sector.»

Entretanto no final do primeiro exercício da sua gestão, constatamos que a expectativa existente no início do seu mandato, e legalmente permitida, quanto à participação dos trabalhadores e dos próprios Conselhos de Gestão na elaboração dos diplomas e regulamentos então anunciados nem sempre se concretizou, bem como a acção de orientação e coordenação global da actividade seguradora previstas para a CIINS e depois para o INS se desenvolveu com a coerência e o aprofundamento indispensáveis num sector desde há muito em latente crise estrutural.

Seja-nos permitido expressar a nossa convicção de que nesta área a nota perdominante foi a ausência de coordenação e a «distante» ligação com a actividade concreta das Companhias e frequante «hesitação política» e consequente formalização institucional dos mecanismos indispensáveis à eficaz coordenação global da actividade nos seus múltiplos aspectos (cf. Decreto-Lei n.º 72/76) e adopção dos «Planos de evolução estrutural» (cf. art.º 8.º Decreto-Lei 11-B/76). E sob este aspecto parece-nos ainda não ter tido correspondência com a expectativa existente no início de 1976 o desenvolvimento de algumas importantes funções cometidas ao INS pelo Decreto-Lei n.º 11-B/76 no seu art.º 9.º:

«Planeamento geral da actividade seguradora e adequação das relações comerciais às exigências nacionais;
Coordenação da actividade de todos os ramos de Seguros;
Definição de directrizes globais sobre os recursos humanos para optimização da segurança de emprego, formação profissional e criação de novos postos de trabalho;
Normalização técnica e administrativa da actividade seguradora.»

No caso concreto desta Companhia houve desde o primeiro momento e na linha de coerência anteriormente seguida pela Comissão Administrativa a preocupação muito exigente de não perder de vista o cumprimento dos princípios legais que nos obrigam em particular os objectivos previstos com a nacionalização das Companhias de Seguros.

Tarefa tanto mais difícil quanto a «real» situação da empresa em 15.3.75 dificilmente o permitia conforme evidencia o Relatório da Comissão Administrativa em particular quanto à eventual permanência futura dos condicionamentos estruturais próprios e da indústria.

No entanto, os resultados francamente positivos obtidos em 1976 excedem as nossas próprias expectativas, admitimos, além de alguma «chance» quanto a sinistralidade, por excepcional empenho, esforço e responsável cooperação da generalidade dos trabalhadores da Companhia. Por outro lado as decisões tomadas quanto à revisão da organização e equipamento, de difícil equacionação face à permanente expectativa de definição da reestruturação da actividade, revelam-se oportunas e ajustadas, face ao «congelamento» da gestão global da actividade seguradora que se registou em 1976 e porventura continuará em 1977.

2 — A NACIONAL EM 1976 NO DOMÍNIO DA INFORMAÇÃO INTERNA, POLÍTICA DE PESSOAL E ORGANIZAÇÃO DE SERVIÇOS

2.1 Caracterização genérica

As limitações estruturais e as graves dificuldades financeiras que a Companhia defrontava à data da nacionalização, e na generalidade caracterizada no

Continua na pág. 9

COMPANHIA DE SEGUROS "A NACIONAL"

Continuação da pág. 8

Relatório da CAP, mantiveram-se e agravaram-se naturalmente nalgumas áreas durante o ano de 1975 por impossibilidade de naquele exercício poderem ser tomadas as medidas correctoras de fundo que se impunha, face às próprias limitações do Decreto-Lei n.º 135-A/75 e à permanente expectativa de promulgação da legislação prevista no próprio decreto, o que originou a adopção pela CAP de medidas precárias de conjuntura que permitiam recuperar o seu equilíbrio mas impediu a resolução de situações de crise sectoriais. Assim das primeiras decisões tomadas pelo Conselho de Gestão após a sua tomada de posse foi a determinação dos sectores em crise e encará-los como áreas críticas e adequar os escassos meios disponíveis, financeiros e humanos, de forma a obviar com prontidão os evidentes estrangulamentos e repercussões negativas sobre a generalidade dos trabalhadores.

Concomitantemente procurou-se desenvolver de forma mais sistemática uma ampla informação interna, na linha seguida pela CAP, susceptível de estimular uma transparência de relações entre todos os trabalhadores e entre estes e o Conselho de Gestão, condição imprescindível na concretização dos objectivos de melhoria dos serviços e da situação financeira da empresa.

As saídas de trabalhadores registadas em 1975 e a insuficiência de pessoal já do antecedente verificada, face à orgânica concreta dos serviços e rotinas implantadas, e tradicionalmente suprida com a prática de horas extraordinárias. originava em Janeiro um atraso grande dos serviços em particular quanto à Contabilidade e Centro Mecanográfico de que o fecho do balanço de 1975 em Junho de 1976 é óbvia confirmação. Por outro lado na área de pessoal verificava-se a pendência de esclarecimento e resolução de inúmeras questões de delicada e demorada resolução, nomeadamente quanto a situações incorrectas face ao CCT e não integração do Imposto Complementar pago pela Companhia e que deveria ter sido resolvido em 1 de Janeiro de 1975 por força legal.

A inadequação do organigrama dos serviços, impunha com «urgência» o desencadeamento de acções de estruturação com definição de funções, revisão de instalações, equipamento e mobiliário, em particular nas áreas dos Serviços Comerciais, Administrativos e Informática.

2.2 Informação Interna — normalização da comunicação escrita

Ao longo do ano de 1976, o Conselho de Gestão ensaiou uma ampla difusão na Companhia das medidas que iam sendo tomadas em diversas áreas de actividade, bem como das instruções específicas dirigidas a determinados sectores. Igualmente se procurou divulgar os dados disponíveis de natureza económica e financeira da Companhia respeitantes à sua actividade ou susceptíveis de caracterizar a empresa nestas áreas. Simultaneamente estimulou-se a comunicação escrita dos diversos sectores entre si e para o Conselho de Gestão. Neste capítulo merecem ser salientados os relatórios de actividade que foram solicitados aos responsáveis dos diferentes sectores da empresa e que na generalidade representam um esforço de reflexão global sobre o sector e nalguns casos apontando ainda medidas e orientação de razoável rigor técnico que ultrapassam o âmbito da Companhia e se projectam na desejada melhoria de serviço da Indústria.

Importa salientar a nossa convicção de que face à raridade e irregular comunicação escrita existente do antecedente na Companhia até mesmo de decisões importantes tomadas pela Administração, por vezes conferindo direitos e criando elevadas responsabilidades, uma mudança de «estilo» tão pronunciada não seria de imediato apreendida por todos e os seus efeitos positivos, nalguns casos até de instruções imperativas que exigiam adequado cumprimento, se viessem a esbater ou não se revelarem com suficiente eficácia de resposta.

Porém, a evidente necessidade de transmissão escrita das resoluções tomadas pelo Conselho de Gestão, bem como a exigência de fundamentação objectiva que o actual regime de empresa pública obriga em muitos actos de gestão, justificou a nossa orientação de produzir frequentes notas de serviço e comunicações internas.

Reconhece-se que a excessiva extensão das notas de serviço e comunicações internas, emitidas em 1976, por intencional atitude formativa e circunstanciada fundamentação poderia ter sido para muitos colegas dispensada, e até contraproducente pôr «esbater» o conteúdo imperativo das normas dimanadas. Admite-se ainda que por confronto com o «estilo» das comunicações do Conselho de Gestão tivesse havido, pelo menos de início, um retraimento e até recusa na apresentação de relatórios ou notas que ao longo do ano foram pedidos a diversos responsáveis.

De qualquer modo estamos convictos que os resultados foram amplamente positivos e reconhece-se que de futuro haverá que aligeirar o estilo, solicitar a imperatividade das normas produzidas e padronizar com mais rigor a formalização da comunicação entre os vários níveis da Companhia, sem prejuízo de se privilegiar a forma escrita sobre a oral, a telefónica incluída, sem que isso represente um estímulo à institucionalização da burocracia. Pretende-se aumentar a operacionalidade da Companhia e eliminar os tempos mortos ou os esforços desconexos e inúteis que a ausência de instruções do conhecimento generalizado origina. E neste sentido notamos que a burocracia respeita a outra ordem de questões, no essencial tem muito que ver com a ausência de espírito de iniciativa, na recusa de assumir riscos ou na fuga a tomar decisões, representando em última análise uma forma de conservadorismo e espírito rotineiro de que a existência afinal de transmissão verbal acaba por facilitar.

Entretanto com base na experiência adquirida em 1976 e tendo em atenção:

- a orientação expressa de facultar à generalidade dos trabalhadores da Companhia o acesso directo à informação básica imprescindível não só à realização das suas tarefas específicas bem como para a compreensão do seu enquadramento na empresa, na indústria e no próprio País no contexto das relações de trabalho, económico e financeiro;
- a necessidade de obter o máximo de eficácia na utilização da informação difundida na Companhia por parte da generalidade dos trabalhadores, sobre matéria legal e normativa, sobre a situação económica e financeira da Companhia e da indústria e ainda de assuntos e questões de carácter formativo;
- a limitada possibilidade que os serviços da Companhia, em particular dos próprios membros do Conselho de Gestão, apresenta quanto à selecção, tratamento e difusão da informação que chega permanentemente à Companhia e ainda na elaboração dos adequados suportes materiais, em especial textos policopiados;
- a desejada optimização da utilização da informação com economia (minimização) de custos e esforços e maximização dos seus resultados e efeitos;

Foi normalizado para os diferentes tipos de informação com exclusão de quaisquer outros entre os diversos sectores e níveis hierárquicos da empresa, bem como a padronização dos respectivos suportes e níveis de difusão.

2.3 Política de Pessoal

A situação quanto a esta área mostrava-se difícil e nas suas linhas gerais salienta-se os seguintes aspectos:

● A inexistência do antecedente na Companhia de normas objectivas e escritas em praticamente todaa área da Política de Pessoal com a prática de decisões subjectivas e casuísticas na resolução da multiplicidade das situações que se apresentam no dia a dia nomeadamente quanto a férias, dispensas, pontualidade, transferências, formação, promoções, transferência de serviços, adiantamento de vencimentos e obtenção de empréstimos, reformas e admissões;

● A existência de diversas situações irregulares face ao CCT, algumas já há muito reclamadas outras só denunciadas após a nacionalização além de não estar sendo efectuada a integração da comparticipação no Imposto Complementar pago pela Companhia e que deveria ter sido em 1 de Janeiro de 1975 por força da lei;

● A carência de quadros e de trabalhadores, por saídas registadas em 1975 por reforma, pedidos de demissão e uma morte e não substituídos, além da evidente ruptura de alguns sectores decorrente do crescimento não orientado registado nos últimos dois anos;

● A deficiente estruturação dos serviços de pessoal que enquadrados num serviço genérico de Secretaria desenvolvia uma multiplicidade de tarefas não só incompatíveis mas naturalmente deficientes por falta de capacidade disponível e de formação específica.

Esta situação exigiu na sua superação não só a implantação de normas genéricas e objectivas mas ainda a apreciação casuística que se impunha no dia a dia o que ocupou de forma intensa a generalidade do Conselho de Gestão e os próprios serviços em simultâneo esforço de auto-organização.

Assim tendo presente a adopção de uma linha de actuação muito exigente quanto à sua coerência e compatível com os objectivos de equidade e ponderada apreciação de situações injustas sofridas pelos trabalhadores e ainda as disposições do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 72/76 foram adoptadas normas nas seguintes áreas, além de outras avulsas menos significativas.

● Admissão de novos trabalhadores

Atende aos seguintes aspectos:

- prévia inventariação dos recursos humanos existentes na Companhia
- análise dos circuitos de serviços e rotinas dos diversos sectores da Companhia
- desejável ajustamento de lugares, sempre que possível, criando oportunidades internas de promoção.

Admite-se no entanto o preenchimento de vagas que venham a surgir por saída de trabalhadores e que não seja possível satisfazer por transferência interna de forma mais expedita.

Quanto ao critério de admissão de cada trabalhador, entende-se que deve preencher os requisitos profissionais imprescindíveis e respeitando o CCT dar prioridade sempre que haja vagas aos funcionários regressados da Delegação de Moçambique e da Companhia de Seguros «A Nacional de Angola».

Benefícios complementares de reforma

Não existia na Companhia à data da entrada em vigor da cláusula 68.ª do actual CCT «um sistema geral de pensões complementares de reforma»

As pensões complementares que nesta data estão a ser pagas a trabalhadores reformados foram estabelecidas caso a caso pela Administração da Companhia e embora se possa encontrar princípios globais de equidade não permitem configurar-se como superiores ao critério fixado pelo CCT, excepto na parte que respeita aos funcionários com 50 ou mais anos de serviço na Companhia, pelo que foram precisados todos os aspectos relacionados com esta matéria.

Ausência ao Serviço e Pontualidade

Definição de competências para apreciar todos os casos surgidos dentro do disposto nesta matéria no CCT.

Plano de férias

Definição de competências para apreciação dos planos de férias e dentro da desejável cooperação responsável dos trabalhadores quanto ao normal funcionamento dos sectores.

Definição de conceitos e procedimentos quanto a regularização de situações incorrectas face ao CCT.

Adiantamentos a trabalhadores

Face à existência na Companhia, à data da sua nacionalização de diversas formas de adiantamento de vencimentos aos trabalhadores que pelo espírito subjacente à sua admissão e pela apreciação casuística e subjectiva que eram objecto por parte da ex-administração se entende não serem compatíveis com o estatuto actual de empresa pública da Companhia, implantou-se critérios objectivos nesta matéria e determinou-se a cessação de todas as formas casuísticas de adiantamentos como sejam entre outros vales sobre o vencimento, antecipação total ou parcial do subsídio de férias e 13.º mês e adiantamentos sobre comissões.

Definição dos critérios de cálculo e formas de integração da participação da Companhia no Imposto Complementar dos trabalhadores.

Importa salientar o clima de entendimento e discussão franca permanentemente assegurada com a Comissão de Trabalhadores e a generalidade dos trabalhadores, bem como a sua compreensão sobre a demora na análise das inúmeras questões que se puseram ao longo do ano, e decorrentes de situações na sua grande maioria provenientes do passado, que permitiu durante o ano de 1976 não só a definição das normas e conceitos praticamente sobre toda a área de pessoal mas ainda a resolução de quase todos os casos existentes.

2.4 Acções de organização, revisão de estrutura e definição de funções desenvolvidas na Companhia

Salientam-se as orientações mais significativas tomadas neste domínio e decorrentes não só de ultrapassar as carências provenientes do antecedente mais ainda da necessidade de com os meios disponíveis adequar os serviços com capacidade de melhorar os serviços prestados e a possibilidade de controlo e exercício da gestão. Naturalmente muitas das acções estão em curso de desenvolvimento e aperfeiçoamento.

2.4.1 Serviços Administrativos

No contexto dos problemas estruturais da Companhia, existentes no início do primeiro exercício do mandato do Conselho de Gestão, os Serviços Administrativos não constituíam excepção às limitações que neste campo foram apontadas no Relatório de 1975 da CAP.

Sabendo-se que a função administrativa de qualquer empresa se caracteriza fundamentalmente pelo facto de constituir suporte das restantes funções, devendo contribuir para a sua harmonização nos múltiplos aspectos parcelares que conduzem à prossecução dos objectivos fundamentais da Empresa, revelou-se necessário promover o reajustamento da estrutura desta área de actividade de forma a superar eficiência de actuação.

Nesta conformidade, e como primeira linha de força, considerou-se o seguinte tipo de intervenção

1. autonomização por desanexação da Secretaria do posto de trabalho Património, atribuindo-se-lhe autonomia e meios humanos e técnicos adequados à gestão do parque de imóveis
2. formalização da definição de funções dos diferentes centros de actividade da área dos Serviços Administrativos
3. definição e ampliação de poderes, e respectiva delegação (descentralização)
4. criação de modelos de participação, por forma a dinamizar os trabalhadores no campo de intervenção produtiva.

Como segunda linha de actuação considerou-se a dinamização de acções específicas dirigidas a satisfazer algumas das respostas fundamentais da indústria nacionalizada, mais designadamente as relativas à melhoria da capacidade produtiva e qualidade de serviços prestada.

Dentro destes parâmetros desenvolveu-se uma acção nos seguintes termos:

A — no reforço da capacidade produtiva
1. continuação da recuperação das instalações dos escritórios da sede e nos restantes ao longo do País
2. adequação de meios, (mobiliário e equipamento de escritório), por forma a obter, numa economia de esforços dos trabalhadores a maximização da sua produtividade
3. dinamização dos trabalhadores através de acções participativas-formativas, numa primeira fase embrionária de reciclagem (reuniões sectoriais, plenários a nível nacional, informação técnica, etc.)
4. melhoria de condições sociais na Empresa traduzida pela recuperação das instalações onde funcionava a Cantina da Sede.

B — no reforço qualitativo dos serviços prestados
1. recuperação do parque imóvel por obras e beneficiações
2. factores aludidos na alínea 1 do ponto A.

Como apontamento registe-se o elevado grau de degradação do estado de conservação do parque imóvel bem como das instalações dos serviços administrativos da Empresa, com relevo para as da sede, como resultante duma política de gestão anterior às nacionalizações degradação essa que trasmitia uma imagem da Empresa necessariamente redutora da confiança dos utentes dos serviços e simultaneamente desmobilizadora da participação e criatividade dos trabalhadores.

Em termos de gastos essas acções tiveram a seguinte expressão:

I — Gastos com valorização do Activo
1. Obras 2.004 contos
2. Mobiliário e Equipamento 1.449 contos

II — Gastos/Despesas
1. Conservação de Imóveis 1.199 contos

O desenvolvimento das acções acabadas de referir sofreram à partida, as limitações decorrentes da situação financeira da Empresa em 1 de Janeiro de 1976.

Daí que só depois de dominadas as dificuldades desta área fosse possível uma activação mais concreta o que veio a suceder a partir do último trimestre da anuidade.

No capítulo de Gestão de Recursos Humanos caracterizadas que estavam as carências através do Relatório de 1975 da CAP, considerou-se como prioritário e coerente com a realidade desta área, o progressivo reforço do Quadro de Trabalhadores por forma a repor um mínimo de capacidade técnica e operacional.

A rotação do Quadro de Trabalhadores da Empresa, considerando as entradas e saídas verificadas a partir das nacionalizações, foi o seguinte:

Entradas		
1976	25	trabalhadores
Saídas		
1975	13	trabalhadores
1976	7	trabalhadores
	20	trabalhadores

Não pode evitar-se contudo um certo desequilíbrio qualitativo entre as unidades entradas e as saídas, dado que estas últimas, na sua maioria, eram constituídas por Quadros Superiores, enquanto que nas primeiras se registava o nível de estagiários como nota dominante.

Deu-se no entanto uma acentuada melhoria no nível etário do Quadro de Trabalhadores, pelo facto de se constatar que 50 por cento das saídas expressavam reformas por velhice.

Conclusões

Dominadas que foram, no fundamental, as grandes áreas estratégicas, da Empresa — Técnica, Económica, Financeira —, das quais dependia o ritmo do processo de investimento no reforço da capacidade produtiva e melhoria de qualidade de serviços prestados, foi possível, no limiar do final do exercício de 1976 a projecção dum Plano de Acção Global capaz de dar resposta a estas linhas de força.

Definiu-se assim a metodologia a seguir no domínio do planeamento da actividade a desenvolver durante a anuidade de 1977, deixando como grandes directrizes:

1. a nível de instalações dos serviços administrativos
   - 1.1 revisão global da localização das diversas secções e serviços no edifício Sede e planeamento das obras necessárias a concretizar
   - 1.2 instalação de novos serviços em áreas recuperadas no edifício Sede
2. a nível de reforço da produtividade de trabalho
   - 2.1 formação e reciclagem acentuadamente desenvolvida por acções internas devidamente programadas
   - 2.2 planeamento de investimentos minimamente necessários a dotar os sectores de meios materiais capazes de reforçar a capacidade produtiva do trabalho

Estão, portanto, criadas as condições para seguir uma trajectória definida na declaração de princípios do Conselho de Gestão no recente Plenário a nível nacional que se efectuou, bem como na concretização dos objectivos previstos no Relatório do Orçamento para 1977, ao mesmo tempo que se contribui para a consolidação das nacionalizações de seguros colocando esta unidade apta a responder à questão fundamental, que é a Reestruturação da Indústria.

2.4.2 Serviços Comerciais

2.4.2.1 Caracterização Genérica

A promulgação das normas indispensáveis à moralização da Indústria Seguradora, emitidas logo após a sua nacionalização, condicionaram, como é óbvio, toda a rede comercial da Companhia. Entretanto, também a saída do director comercial, que se demitiu, e de dois «delegados» (Porto e Aveiro, respectivamente por reforma e falecimento), causou perturbações em todo o conjunto sectorial

Impôs-se, assim, como tarefa prioritária, o reajustamento de toda a actividade externa, criando-se esquemas adequados às possibilidades e condicionalismos existentes, quer próprios da Companhia quer do «mercado»

Neste sentido, delinearam-se programas de acção tanto para as delegações como para as Redes de Lisboa, procurando-se sempre a melhor utilização dos meios humanos disponíveis o que permitiu transformar o zero de aumento de carteira que se registava em Abril, nos 15,6 por cento finais. Assim, enquanto as Redes de Lisboa aumentaram a sua produção em 42 por cento de 1975 para 1976, as Delegações fizeram, neste ano, mais 72 por cento de produção que no ano anterior.

Verificou-se, entretanto, uma falta de capacidade de resposta substancial da rede agenciária da província, o que, aliás, não constitui surpresa, face ao prévio conhecimento do seu «envelhecimento» e falta de oportuna renovação, à incompleta implantação de agências em tempos iniciada, a que se aliou, admite-se, a falta de adaptação dos agentes aos condicionamentos das normas que passaram a reger a sua actividade.

No que se refere às Delegações, regista-se a expressiva positividade da sua colaboração, tendo merecido as diversas dependências uma atenção muito especial, reflectida não só na nova esquematização de trabalho, ainda em curso de implantação, mas também na melhoria de instalações e reforço de quadros de pessoal, quer por admissão de trabalhadores quer por reajustamento de categorias profissionais compatíveis com as funções efectivamente desempenhadas.

Foram igualmente ultrapassadas as dificuldades surgidas na gestão das Delegações de Aveiro e do Porto, nesta última com uma situação provisória inicial cuja aplicação definitiva, após ajustamentos necessários, está agora em prática, e da qual se esperam os resultados que esta dependência, pela sua real capacidade, pode proporcionar.

Regista-se por último, quanto a Delegações, que também a da Madeira sofreu transformações na sua gestão, estas impostas pela legislação sindical em vigor.

Aguardando-se a breve saída do «estatuto do mediador», admite-se que, relativamente à rede agenciária, possam surgir dificuldades para a Companhia na sua implantação regional. Se assim for, impor-se-á a imediata tomada de medidas tendentes a ultrapassar este obstáculo.

Igualmente terá que se ultrapassar o «contencioso» existente com alguns colaboradores agenciários, por dificuldades decorrentes da adaptação das suas estruturas às normas vigentes, salientando-se neste capítulo a firma Leonel Andrade, que tem sido objecto de diversas conversações e trocas de correspondência através de um processo participativo dos trabalhadores de «A Nacional» e daquela Agência, inteiramente acompanhado pelo INS.

2.4.2.2 Situação das agências em difícil situação financeira

Importa pelas repercussões de ordem financeira e comercial, actuais e futuras, que algumas agências têm na Companhia, adiantar mais alguns elementos sobre o último parágrafo do ponto anterior.

«A Nacional» tem alguns agentes que pela sua dimensão representam um peso elevado na sua actividade comercial, em particular a agência Leonel de Andrade que só por si movimenta cerca de 25 por cento da carteira global da Companhia, com um peso ainda mais elevado quanto ao ramo Automóvel. A Companhia concedia a este colaborador excepcionais condições de comissionamento e pagamentos a título de despesas que por efeito das medidas de normalização de comissões e outras formas particulares de remuneração a agentes. adoptadas na indústria posteriormente à nacionalização originou nestes agentes situação de difícil equilíbrio económico e financeiro, constatando-se inclusivamente que os custos mínimos (pessoal) são muito elevados e superiores às comissões actualmente fixadas.

Desde o seu início, primeiro pela CA depois pelo CG que o assunto tem sido objecto de cuidada e permanente caracterização com os próprios agentes, comissões de trabalhadores, CRIS e INS. Nesse sentido parece-nos oportuno num relatório sobre o exercício de 1976 salientar alguns aspectos da «apreciação do Conselho de Gestão sobre a análise da situação financeira da agência do sr. Leonel Andrade efectuada pela Inspecção de Seguros», no cumprimento dum despacho do Senhor Subsecretário de Estado dos Seguros de 13.5.76:

«(...) é incontroverso a conclusão da análise efectuada pela Inspecção de Seguros, de que a agência com base nas actuais condições de comissionamento e mantendo-se invariantes as suas estruturas e as perspectivas de actividade dos mediadores, tem um «deficit» de exploração elevado.»

«(...) parece-nos importante evidenciar que o problema é essencialmente de natureza económica, como aliás tem sido exaustivamente salientado pela «A Nacional» e pelo sr. Leonel Andrade nas entrevistas que teve com a CA e na generalidade constantes da sua proposta de reconversão apresentada em 25.7.75. Na sua essência a questão pode muito simplesmente caracterizar-se como o resultado do sr. Leonel Andrade ter criado uma estrutura pesadíssima e onerosa que apenas se pode entender como um investimento capaz de ser rentável, em condições normais e razoáveis de remuneração com um volume mais elevado de produção, o que se admite pudesse ser atingido a médio prazo. No entanto, sob esta óptica, teremos assim um investimento financiado pela «A Nacional» através de comissões tecnicamente insustentáveis e que a nacionalização e consequente normalização veio interromper. Admite-se que o empreendimento arrojado em que o sr. Leonel Andrade se comprometeu, poderia atingir uma dimensão e importância que as condições de exploração da Indústria antes do 25 de Abril justificavam e talvez estimulassem. Desconhecem-se as razões que levaram a Companhia a alimentar (incentivar?) esta orientação na medida em que tecnicamente não tinha condições para o fazer; basta referir que para além dos resultados técnicos negativos que a Companhia apresentou nos últimos anos, concedeu comissões superiores às que tinha nos seus contratos de resseguro. No entanto, é evidente, que se a «expansão» da carteira da agência do sr. Leonel Andrade decorre da sua capacidade de iniciativa e risco, também é certo que ela representa neste momento uma percentagem elevada da carteira de «A Nacional», cerca de 25 por cento no total, com valores mais elevados nalguns ramos, pelo que as medidas que vierem a ser tomadas superiormente naquela agência terão repercussões importantes no equilíbrio (ou na sua procura) de «A Nacional», decorrente imediatamente que não poderão ser tomadas orientações (ou medidas) que se projectem negativamente na Companhia, sem prévia análise das suas consequências técnicas, económicas e financeiras na «A Nacional», e portanto sem ser ouvido este Conselho de Gestão.»

E na citada apreciação do CG sobre uma possibilidade de revisão das actuais condições de comissionamento afirmávamos:

«(...) não nos é possível enquadrá-la dentro do pressuposto que a actividade de seguros em geral deve preencher, e o equilíbrio económico e financeiro de cada Companhia em particular tem de alcançar. Honestamente, escapa-nos todo o seu alcance e as suas imprevisíveis consequências.

Assim a simples previsão de se voltar a conceder as anteriores comissões significa simplesmente aceitar que o «deficit» presumível que a agência terá, nas condições anteriores de funcionamento irá ser suportado pela Companhia (pelo Estado) porque nem esta Companhia nem qualquer outra tem condições de exploração que permita conceder as seguintes comissões, que a agência auferia e que pela análise efectuada pela Inspecção de Seguros se torna praticamente necessário manter:

Vida	80% + 4 × 12% + 2% até final do contrato
Ac. Trabalho	15% + 10% + 6,5% = 31,5%
Ac. Pessoais	20% + 15% + 6,5% = 41,5%
Fogo, Agrícola e Diversos	20% + 20% + 6,5% = 46,5%
Marítimo, Transportes e Aéreo	15% + 10% + 6,5% = 31,5%
Automóveis	20% + 7,5% + 6,5% = 34%

Continua na pág. 10

COMPANHIA DE SEGUROS "A NACIONAL"

Continuação da pág. 9

Nota-se que na carteira desta agência o ramo Automóvel representa cerca de 65%, e sendo a sinistralidade média neste ramo aproximadamente 90%.

Entretanto, vem a propósito referir que existem outras situações idênticas às do sr. Leonel Andrade, embora individualmente com menos peso absoluto mas com uma posição global relativamente elevada, e que certamente iriam ser resolvidas por arrastamento de forma semelhante à preconizada: «revisão das anteriores condições de comissionamento determinadas pela CCRIS».

Acresce, ainda que as condições de comissionamento que esta Companhia concebia para alguns agentes, não eram únicas no «mercado», o que dentro da objectividade e transparência que os contratos com a Indústria nacionalizada devem obedecer não se vê como evitar um alastramento igualitário de condições de comissionamento, niveladas pelo valor mais alto o que grosso modo poderemos prever atinja um agravamento de várias centenas de milhares de contos na Indústria, sem qualquer contrapartida de melhoria de serviços prestados aos segurados ou às Companhias, e até mesmo de qualquer serviço.»

E concluindo-se nessa apreciação que:

«(...)a situação em que se encontra a agência do sr. Leonel Andrade apenas se pode entender como uma consequência exemplar da desordenada e degradada exploração que a Indústria atingiu antes da nacionalização e que aliás é um dos fundamentos do Decreto-Lei n.º 135-A/75.
Quanto à solução deste caso e de outros idênticos que existem parece-nos apenas poder ser equacionada numa perspectiva global e dentro da regularização da actividade de mediador que urge lançar mão com determinação e rapidez, como aliás desde o início tem sido preconizado.»

....Entretanto a questão tem-se mantido numa situação de impasse, apesar dos nossos esforços de a ultrapassar, tendo originado pelo menos a partir de Junho de 1976 que a Companhia apresente nas suas contas a acumulação de saldos devedores por «retenção» de valores devidos à Companhia no montante que ultrapassa 10.000 contos, o que não podemos deixar de encarar com apreensão, tendo presente que os esforços efectuados para equilibrar económica e financeiramente foram e são excepcionais.

2.4.2.3 Conclusões

Os objectivos a atingir em 1977, 300.000 contos de carteira, vão obrigar ao apuramento dos esquemas de trabalho existentes e à melhoria da acção de todos os trabalhadores neles inseridos.

Neste momento, e na sequência das linhas de orientação oportunamente traçadas, estão em organização cursos de reciclagem de pessoal, no intuito de motivar estes colaboradores a uma mais eficiente acção prospectora baseada num melhor apetrechamento técnicc. com o apoio das redes de Lisboa.

Outras acções se preparam, nomeadamente as actualizações de carteira e o estudo de modalidades que permitam enfrentar com maior positividade a concorrência que, infelizmente, mantêm sob diversos aspectos o cariz semelhante à anterior à nacionalização. É de salientar, todavia, que a «A Nacional» se manteve no intransigente cumprimento das normas das entidades gestoras da Indústria, essencialmente quanto a transferências, nomeação de agentes, e condições de remuneração, embora com a percepção exacta de possíveis desvantagens materiais resultantes dessa atitude.

As transformações que, entretanto, a Indústria Seguradora em geral e cada Companhia em particular, irão sofrendo, no interesse da sua adaptação às realidades nacionais, constituirão outro obstáculo a vencer. Mas se se ultrapassou positivamente o «salto no desconhecido» que constituiu, na actividade comercial, e não só, o exercício de 1976, com maior confiança se encara o ano em curso, não porque exista já uma concreta definição do futuro, mas porque se conhece a realidade que a «A Nacional» constitui no presente.

2.4.3 Serviço de Informática

Conforme se salientava no relatório de 1975 o equipamento mecanográfico de há muito que se apresentava em risco de ruptura definitiva por causas diversas que ultrapassavam a Companhia e a própria firma fornecedora do equipamento. Acrescia ainda que por saturação o centro mecanográfico não fornecia de todo ou não fornecia em tempo útil (de valor praticamente idêntico) as informações imprescindíveis para a gestão e tomada de decisões correctas a diversos níveis da Companhia.

Neste contexto e porque o compromisso quanto ao equipamento previsto para a substituição do existente firmado ainda entre a ex-administração e a Univac terminava em 31.5 com condições de preço e assistência julgadas vantajosas e que a partir dessa data não poderiam ser mantidas, decidiu-se a renovação do equipamento não só pelas razões expostas mas ainda por ser a solução que se mostrava mais compatível com a experiência dos nossos próprios trabalhadores, com a grande gama de serviços e rotinas integradas e ainda por não se revelar incompatível com as perspectivas de reestruturação e respectivo calendário de implantação presumidas para a Indústria.

É nossa convicção que o novo equipamento e ainda o esforço de valorização profissional da generalidade dos trabalhadores que se verifica, o ajustamento de orgânica dos serviços da Companhia permitirá uma melhoria de qualidade de serviços dentro dos objectivos que nos foram cometidos a acreditarmos compatíveis com as decisões de reestruturação que o Governo vier a decidir, dentro do mecanismo institucional já definido.

Porém como é evidente, os resultados obtidos da máquina dependem decisivamente da capacidade dos utilizadores conhecerem não só as suas necessidades a satisfazer pela máquina mas ainda do conhecimento das possibilidades, limitações e «custos» do próprio equipamento. Neste sentido além da realização dum seminário sobre «Bases de Informática» extensiva a todos os trabalhadores da Sede como primeira etapa na criação dum estado de espírito generalizado sensível à informática estão em desenvolvimento todo um conjunto de «cursos» e acções de formação específicas dirigidas em particular aos trabalhadores do Centro Mecanográfico e a preparação da equipa de programadores contando no essencial com os recursos humanos da própria Companhia. Nota-se que toda esta imensa tarefa foi feita em simultâneo com a prestação dos serviços normais e ainda com recuperação dos atrasos tradicionais, o que exigiu um esforço suplementar considerável aos trabalhadores.

Entretanto o equipamento está praticamente instalado, e estão em curso muito adiantado a reconversão de ficheiros, rotinas e programas dentro da planificação previamente estabelecida.

2.4.4 Serviços Financeiros e Contabilidade

Os objectivos inevitáveis a atingir imperativamente em 1976, face à situação existente do antecedente e largamente caracterizada, foram os seguintes:

A— no Plano Financeiro
- obter um desejável equilíbrio de Tesouraria
- constituir um indispensável fundo de maneio
- amortizar e regularizar encargos existentes (em Bancos, sinistros e Resseguradores)

B— na Organização dos Serviços
- recuperar os atrasos em particular no sector de Contabilidade
- rever circuitos, simplificar alguns serviços e criar uma capacidade de resposta regular nos serviços de cobrança de forma a atingir os objectivos previstos no plano financeiro e na recuperação da Contabilidade.

Quanto aos resultados obtidos no plano financeiro podemos afirmar que foram amplamente positivos por efeito da sensível melhoria das cobranças, com redução do saldo de Prémios em Cobrança, e ainda naturalmente, da melhoria de resultados técnicos da Companhia.

Quanto às acções na área da organização dos serviços e recuperação dos atrasos os resultados foram também excepcionais em particular quanto a este último aspecto, mencionando-se como destaque na organização dos serviços a reestruturação do sector genérico de cobranças e manutenção de carteira, estando em curso de estudo projectos de revisão de circuitos e serviços na secção de Contabilidade e Tesouraria.

2.4.5 Serviços Técnicos

Conforme decorrente da situação da Companhia largamente caracterizada no Relatório da CA e neste próprio relatório, no aspecto técnico defrontava-se a necessidade de tomar as acções em duas direcções:

a) Melhorar por um lado a capacidade técnica de cada sector (ramo) no sentido de obter uma melhor apreciação e tarifação de riscos e uma correcta análise das participações dos sinistros e regularização das consequentes indemnizações.
Melhorar por outro lado e dentro das limitações dos próprios serviços, face às carências técnicas e de recursos humanos existentes, a capacidade de resposta dos ramos às actualizações e revisões de coberturas e modalidades que os segurados e o público em geral exigem, e em muitos casos já largamente «exploradas» por outras Companhias.

b) Adequar os serviços com a organização mínima indispensável e os meios técnicos e humanos possíveis, no sentido de concretizar os objectivos expressos na alínea a) e recuperar situações de atraso, nalguns casos muito significativas, e ainda assegurar uma mais rápida e eficaz execução do expediente diário e sobretudo superar as ausências de quadros que alguns sectores apresentam, em particular nos casos entretanto surgidos por reforma.

É nossa convicção que na generalidade o computo das acções desenvolvidas e das medidas tomadas, algumas precárias outras em curso, são positivas. É, certo que nalguns sectores, como no caso da secção do ramo Fogo, os esforços de vária ordem desenvolvidos de início se revelaram de escassos resultados e por vezes até contraproducentes face a uma pouco clara e transparente caracterização da situação e tomada de posição dos próprios trabalhadores do sector apesar das diversas reuniões havidas, e dos relatórios expressamente solicitados aos coordenadores com eventual participação dos trabalhadores, embora neste sector no final do exercício se possa considerar que apresenta já uma capacidade técnica e de organização aceitáveis.

No entanto, importa referir dois sectores que por razões diversas e pela sua natureza dificilmente serão equilibrados ao nível das acções e possibilidades da própria Companhia, e pensamos serem idênticos à generalidade das Companhias.

Ramo Vida

Não dispõe de um director técnico que a dimensão do ramo na Companhia e a sua especificidade técnica justificaria, que acresce as reformas do actuário e do chefe de actuariado lugares actualmente ainda, como é natural, insuficientemente supridos com a transferência para esta função de um trabalhador da Companhia que dispõe dos conhecimentos teóricos em princípio indispensáveis.

Na generalidade a exploração dos seguros de Vida na «A Nacional» mostra-se desfasado relativamente à generalidade do mercado, quer as modalidades tradicionais quer sobretudo em relação ao seguro de Grupo, quanto a este com praticamente nula experiência na Companhia. Assim, os aspectos a estudar são de diversa ordem e importa dominar técnica, administrativa e comercialmente todas as suas incidências. Há questões que exigem mesmo complexos e demorados estudos actuariais (alteração de tábuas de mortalidade, já autorizadas), ponderada reflexão e estudo (novas condições gerais, especiais e particulares), criatividade e empenho de diversos sectores («sugestões» de venda, esclarecimentos e divulgação de modalidades dirigidas a vários níveis — promotores, segurados, público em geral).

Assim, face aos meios que a Companhia dispõe, a única solução que nos parece possível é de introduzir sucessivas melhorias, com ponderada prioridade, quer no seu lançamento quer relativamente aos estudos convenientes e organização de eventuais processos de autorização de alterações e/ou novas modalidades.

Parece-nos, no entanto importante, não perder de vista os problemas técnicos do ramo numa perspectiva global, continuando ainda como documentos importantes de referência, os estudos técnicos promovidos no âmbito do ex-Grémio relativamente a novas bases técnicas e Condições Gerais, e mais recentemente os documentos dimanados do Grupo de Trabalho Vida que desenvolveu a sua actividade até à tomada de posse da CIINS em Janeiro de 1976, bem como o desenvolvimento, necessariamente ao nível do INS, dos estudos e serviços indispensáveis para recuperar e actualizar a exploração do ramo Vida e que pela sua dimensão e natureza ultrapassa a capacidade das Companhias da dimensão de «A Nacional» e até mesmo de qualquer Companhia existente.

Ramo Automóvel

O ramo apresenta-se em princípio dispondo de quadros em número suficiente face a carências evidentes noutros sectores técnicos. É o único que mantém uma estrutura de direcção e obteve desde o início uma participação efectiva dos trabalhadores do sector de sinistros no estudo e discussão das acções a caracterizar sobre a «reestruturação de serviços» que apresentaram ao Conselho de Gestão estando em curso de implantação as medidas que foram preconizadas nesse levantamento, e possíveis dentro do quadro global de limitações da Companhia.

Porém,

— a dimensão relativa do ramo Automóvel na Companhia; a elevada e crescente sinistralidade que apresenta com reflexos imediatos no equilíbrio financeiro e económico da Empresa; as repercussões importantes que as rotinas e organização dos seus serviços têm quanto à implantação e manutenção de correctas e boas relações com os segurados, mediadores e restantes sectores da Companhia, em particular no que respeita a decisões e critérios sobre aceitações, alterações e anulações de coberturas e apólices; implicam que neste ramo se tenha de considerar permanentemente todas estas questões quando se trata de adequar rotinas e procedimentos de serviços;

— a precaridade e permanente expectativa que tem existido quanto à implantação de medidas de fundo neste ramo em especial à entrada em vigor do seguro obrigatório;

Não permitiu apesar dos esforços desenvolvidos pelos trabalhores do sector, dominar de imediato os problemas de organização e técnicos que este ramo apresentava, em particular no que respeita ao serviço de peritagens, autonomia, subdelegação de competências ao nível dos sectores desta direcção e coordenação com as acções a desenvolver pelas delegações

....Conclusões

Como remate das acções, esforços de organização, dos serviços, reforço e clarificação das funções sectoriais, definiu-se formalmente com o rigor possível e os cuidados indispensáveis «Normas genéricas sobre organização de processos de sinistros», «delegação personalizada de competências para aceitar riscos» em condições e níveis definidos, «delegação personalizada de competências para promover despesas e regularizar processos de sinistros» em condições e níveis definidos formalmente. Trata-se de um passo decisivo na descentralização de funções e autonomia dos serviços que em nossa convicção terá certamente resultados positivos. Numa 2.ª fase procurar-se-á após a análise da capacidade técnica específica de cada delegação e com a coordenação dos próprios sectores técnicos promover uma descentralização em termos idênticos para as Delegações.

No entanto, as questões técnicas que actualmente se põem ao nível de cada Companhia apenas terão satisfatória resolução numa óptica global como aliás está previsto no âmbito do INS e desde a nacionalização tem constituído permanente expectativa.

3 — ACTIVIDADE NAS EX-COLÓNIAS

....**3.1** Angola

A Companhia não tinha representação directa em Angola, porém detinha uma posição maioritária na «A Nacional de Angola» (72 por cento) a que acresce a participação da «Vitalícia» (9 por cento) e uma interligação de serviços além de ser a única resseguradora de «A Nacional de Angola» confundindo nos seus próprios tratados de resseguro as retrocessões de cedências provenientes de Angola.

Como se notava no relatório da CA relativo a 1975 «A Nacional», «Vitalícia» e «A Nacional de Angola» constituiam de facto um «grupo segurador» em que as interdependências existentes permitiam «transferir» e valorizar por vezes de forma economicamente artificial os respectivos resultados e patrimónios.

Assim importa apreciar mais em detalhe esta interdependência e avaliar as suas repercussões actuais ou futuras na própria «A Nacional» na medida em que «A Nacional de Angola» a partir de 31.12.76 foi cancelado o seu alvará por despacho do Senhor Ministro das Finanças e Coordenação Económica da República Popular de Angola, e deverá por consequência em 1977 promover a elaboração do seu balanço de liquidação com reflexos patrimoniais porventura a registar na «A Nacional» no próximo exercício, na sua dupla qualidade como resseguradora (neste momento com saldo credor elevado e accionista maioritário — valor de indemnizações havidas da sua participação financeira — 19.755 contos — valor de inventário).

3.1.1 Responsabilidades de «A Nacional de Angola» com «A Nacional»

....1) Saldos de Resseguro
«A Nacional de Angola» era largamente devedora à «A Nacional» à data da nacionalização com um saldo que se elevou em 31.12.75 para 8884 contos e que em 1976 apresentava um montante de 13.031 contos. Nota-se que entretanto «A Nacional» teve de suportar os custos de retrocessões aos seus resseguradores num montante que podemos estimar em cerca de 60 por cento deste valor.

2) Conta Caucionada
«A Nacional de Angola» tinha uma linha de crédito no Banco de Angola utilizado no montante de 4200 contos caucionada com valores de «A Nacional» Lisboa (5000 acções da própria «A Nacional de Angola»)

3.1.2 Situação económica e financeira de «A Nacional de Angola» em 15 de Junho de 1975

Pode-se considerar crítica a situação da Companhia onde além de acumulados saldos negativos nos últimos exercícios apresenta dificuldades de Tesouraria prementes, a que obrigava ao recurso a linhas de crédito bancárias de que ainda canalizava parte para outras empresas pertencentes ao grupo.

Acresce, a incorrecta valorização de algumas contas além da existência em carteira de participações financeiras de discutível (?) validade, e ainda a insuficiência de valores próprios para caucionamento das respectivas Reservas, supridas com valores de «A Nacional» e «Vitalícia».

Importa portanto clarificar algumas destas contas, na medida em que se projectam de forma imediata aquando da elaboração do respectivo balanço de liquidação.

— Devedores Gerais
- valores irrecuperáveis — cerca de 5000 contos (incluem-se 3820 da Safari)
- valores a extinguir por débito de Ganhos e Perdas — 4500 contos (respeitam a valores incorrectamente, sob um ponto de vista de balanço, mantidos nesta conta do activo, nomeadamente aquisição de carteira 2265 contos; despesas de instalação 1500 contos; obras 500 contos).

— Credores Gerais
- Banco de Angola conta caucionada 4.200.000$00
  (crédito em conta corrente findo em 1968)
- Banco de Crédito Comercial e Industrial 762.182$90
  (remanescente dum empréstimo contraído em Fevereiro de 1974)
- Banco Pinto e Sotto Mayor 2.550.000$00
  (letras de favor descontadas em que foram intervenientes a Safari e a Sociedade Pecuária da Fazenda Morte-Verde)

— Títulos de Créditos Livres

O valor desta conta não tem praticamente qualquer significado económico. Respeita no essencial ao capital subscrito da Safari pela «A Nacional de Angola» no montante de 29.650 contos em 1973 por «compensação» da dívida que aquela empresa tinha com a Companhia.

— Credores por Valores em Depósito

Nesta conta incluem-se valores no montante de 37.812.500$00 correspondentes a 1375 acções da Companhia de Seguros «A Nacional» cedidas pela Companhia de Seguros «Vitalícia» para caucionamento da reserva de «A Nacional de Angola» junto da Inspecção de Crédito e Seguros.

— Indemnizações a Pagar

De forma semelhante ao que se passava na «A Nacional» e noutras Companhias a apreciação do seu montante absoluto e relativo permite admitir que eram efectuadas reservas inferiores aos valores presumíveis dos respectivos sinistros.

Conclusões

Se ao prejuízo do ano de 1974 de 12.520.235$90 adicionarmos o prejuízo estimado para o 1.º semestre de 1975 e considerando ainda as «regularizações» acima descritas, pelo menos as mais evidentes, teremos que o défice real da Companhia à data da nacionalização da Companhia de Seguros «A Nacional» ultrapassaria os 30 000 contos de difícil recuperação face à exiguidade do seu capital próprio.

....**3.1.3** Apreciação sumária da gestão de «A Nacional de Angola» nos últimos anos

Embora uma apreciação mais detalhada ultrapasse a intenção deste Relatório e até mesmo não seja possível efectuar com os elementos que se dispõe, parece-nos suficientemente esclarecedor o alinhamento de algumas contas respeitantes aos últimos exercícios anteriores à nacionalização de «A Nacional».

ACTIVO (EM CONTOS)

DESCRIÇÃO	1971	1972	1973	1974
Valores Emp. Reservas				
Próprios	1.297	1.202	18.743 (a)	2.208
Dos Resseguradores	8.540	26.232	19.730	38.099 (b)
Devedores Gerais				
Ressegurados	2.181	2.468	590	3.238
Resseguradores	3.760	4.207	6.870	2.505
Outros	33.310 (c)	35.219 (c)	32.364 (c)	6.970 (d)
Títulos Crédito	305	305	552	30.290 (e)
Sit. Líquida Passiva				
Ganhos e Perdas	- 578	1.726	1.086	12.520

PASSIVO

DESCRIÇÃO	1971	1972	1973	1974
Credores Gerais				
Ressegurados	1.395	2.076	—	2.169
Resseguradores	10.235	6.940	8.451	4.425
Outros	5.018	8.658	17.772 (e)	9.452
Diversos	—	—	5.288	—
Indemnizações a Pagar	5.125	12.467	8.928	13.271
Prov. Pr.os em Cob.	998	1.255	1.582	5.388
Sit. Líquida Activa				
Capital	27.500	27.500	27.500	27.500
Fundo Res. Legal	367	396	396	396
Fundo Res. Livre	—	—	564	564
Ganhos e Perdas	—	—	—	—

Notas

a) Trata-se da aquisição em Dezembro de 1973 por 16.900 contos de 605 acções de «A Nacional» e «Vitalícia» que figurava no balanço desta Companhia por 1 786 contos e posteriormente vendidas à «Vitalícia» no mês seguinte pela mesma importância; como se poderá de imediato concluir representa uma forma de fazer «realizar» por parte da «Vitalícia» uma receita fictícia de cerca de 14.000 contos.

b) Inclui o lote de acções de «A Nacional» pertencentes à «Vitalícia» e que continuou em Angola e aceite (?) pela Inspecção de Seguros para caucionamento das Reservas de «A Nacional de Angola».

c) Traduz no essencial financiamentos efectuados pela «A Nacional de Angola» à empresa Safari.

d) A diferença registada nesta conta em 1974 deve-se ao facto de a Safari ter aumentado o seu capital de 1000 para 30.000 contos ficando a «A Nacional de Angola» com 29.625 contos, em «troca» do crédito que tinha sobre esta empresa. De qualquer modo o financiamento como seria natural continuou a realizar-se.

e) Trata-se do valor da «aquisição» do lote de acções à «Vitalícia» referida em a) e que como é evidente não foi pago.

Conclusão

As variações das contas ao longo dos 4 exercícios mostram-se pouco normais, sem referir as presumíveis (pelo seu montante absoluto e relativo) subavaliação das contas de Provisão para Prémios em Cobrança e Indemnizações a Pagar. O papel de financiador que a Companhia representava relativamente a empresas ou «negócios» que os seus administradores estavam interessados em manter ou desenvolver como o caso da Safari.

A interligação com «A Nacional de Angola» e «Vitalícia», permitindo não só «influenciar à margem de actividade seguradora normal» os respectivos resultados, mas ainda obter não só financiamentos e valores para caucionamento das suas reservas.

3.1.4 Acções desenvolvidas e perspectivas para 1977

Foram muito limitadas as relações desenvolvidas em 1976 com aquela Companhia. Procurou-se na medida do possível obter-se o máximo de elementos sobre os riscos em curso e abrangidos pelos contratos de resseguro de «A Nacional». Entretanto desde praticamente Setembro de 1975, pela situação existente em Angola e por regresso a Portugal da maior parte dos seus trabalhadores, quadros em particular, os contactos foram apenas esporádicos e limitados, tendo-se registado a partir do ano de 1976 uma abertura na clarificação da situação através das comunicações feitas pelo Instituto Nacional de Seguros decorrentes dos encontros havidos entre o INS e delegações angolanas.

Quanto a 1977, por efeito do já citado despacho que encerra a Companhia terá de ser efectuada a respectiva clarificação técnica, económica e financeira e elaborado o competente balanço de liquidação, problemas complexos que têm sido estudados e encaminhados localmente por representação do INS, com o conhecimento de «A Nacional».

Importa, no entanto salientar que se estas tarefas forem conseguidas, muito se deverá aos 4 ou 5 portugueses que entretanto ainda se mantêm em Angola com um extraordinário espírito de sacrifício e esforço credor da nossa maior compreensão.

Continua na pág. 11

COMPANHIA DE SEGUROS "A NACIONAL"

Continuação da pág. 10

3.2 Moçambique

3.2.1 Caracterização genérica

A resolução do futuro da actividade seguradora em Moçambique arrasta-se praticamente desde a independência daquela ex-colónia em Junho de 1975 e manteve-se (mantem-se) durante o ano de 1976, em largos períodos, numa situação de impasse com graves e difíceis questões e consequentes decisões daí decorrentes. Toda a problemática sobre esta questão é simultaneamente de natureza técnica e política, tendo sido desde o primeiro momento entendido como de resolução global ao nível do sector de seguros e compatível com o encaminhamento das vastas questões emergentes entre os dois estados após a independência.

Quanto à delegação de «A Nacional» em Maputo e coerente com as linhas globais de actuação fixadas para a actividade seguradora nacionalizada em Moçambique procurou-se uma clarificação de todos os assuntos pendentes quanto a créditos e débitos por regularizar, processos de sinistros em curso e inventário da carteira de seguros tendo em vista o presumível e já concretizado encerramento da actividade da delegação. Simultaneamente houve que dominar não só as já «tradicionais» carências de liquidez da delegação mas agora acrescidas com a exigibilidade imediata de responsabilidades.

Entretanto, as condições difíceis de trabalho que os trabalhadores defrontavam, não só decorrentes da nova situação política, mas também resultantes dos problemas de liquidez diária, da expectativa quanto ao seu futuro após o inevitável encerramento da delegação e ainda das sucessivas representações da Companhia em Moçambique por regresso a Portugal de alguns trabalhadores tornava delicadas e difíceis as decisões sobre todas estas questões, de que em larga medida os seus parâmetros essenciais nos escapavam. E sob este aspecto e em particular sob as questões da situação futura dos trabalhadores, o problema apresentou por vezes «afloramentos dramatizados» e pressionantes de tomada de decisões e de «princípios» imediatos de que a origem e as intenções quer locais quer em Portugal nos ultrapassavam e ainda hoje as desconhecemos.

De qualquer modo a situação global da delegação está praticamente dominada, com a generalidade de todos os problemas ou resolvidos ou em curso fácil de resolução, incluindo a normalização da Contabilidade.

3.2.2 Situação Financeira

A delegação da Companhia em Moçambique apresentava à data da nacionalização, como aliás em toda a Companhia, graves rupturas de Tesouraria, existindo um financiamento bancário de 1490 contos além de um montante elevado, cerca de 5000 contos, de sinistros por regularizar. A situação sob o ponto de vista financeiro agravou-se, quer por redução muito acentuada da carteira por motivos óbvios, quer por pressão dos segurados do ramo Vida pretenderem realizar os resgates das respectivas apólices o que exigia naturalmente a disponibilidade de meios líquidos suficientes o que não era possível, até pela constituição das inerentes reservas matemáticas em Portugal, o que sob este aspecto pouco adiantaria se assim não acontecesse.

Acresce a esta situação de extrema pressão de Tesouraria, a imposição no final do mês de Dezembro de 1975 por parte da Inspecção de Seguros de Moçambique do depósito em numerário do montante de 5.209.746$00 relativamente às variações das reservas de 1974 e dos sinistros em suspenso, conforme as disposições legais. O depósito foi feito com prévia aprovação do Senhor Subsecretário de Estado de Seguros em Janeiro de 1976, mediante a subscrição duma livrança no Banco Pinto e Sotto Mayor daquele montante à taxa de juro de 11,5 por cento.

Como decorre da discussão sumária apresentada, as necessidades de Tesouraria cada vez mais exigentes, as receitas tendem para zero, as exigibilidades quanto a sinistros pendentes, resgates e salários do pessoal além dos juros cada vez mais acrescidos dos financiamentos obtidos da Banca originam uma permanente pressão de imediata solução colocada pelos trabalhadores da Delegação que denunciam até temer pela sua segurança física face à declaração que têm de apresentar aos segurados, terceiros e demais entidades de que «não têm dinheiro».

Assim, procurou-se com a rapidez possível e utilizando os meios mais expeditos e com o acompanhamento permanente do INS e do Governo obter os financiamentos bancários indispensáveis que totalizam em 31.12.76, 8.199.746$00 e que se mostram ainda insuficientes para pagamento dos juros dos empréstimos bancários, quer para pagamento de sinistros e resgates, e salários em cerca de 5.000 contos, montante neste momento em curso de negociações.

3.2.3 Resultados da actividade da Delegação

A Delegação apresenta um saldo negativo de 1.095.325$39 em larga medida devido aos encargos financeiros das livranças e ainda da despesa de manutenção da Delegação a partir pelo menos de meados de 1976 sem movimento justificativo.

4 — BALANÇO E CONTAS DO EXERCÍCIO — CRÍTICA SUMÁRIA

4.1 Saldo da Conta Ganhos e Perdas

Os resultados do exercício em apreciação, já deduzido o prejuízo da Delegação de Moçambique de 1.095.325$39, foram positivos em 24.899.041$54. Assim, o saldo negativo de Exercícios Anteriores no montante de 109.385.675$06 transita para o exercício seguinte por 84.486.633$52.

Embora na generalidade dos ramos os resultados tenham sido positivos por menor sinistralidade (cf. 4.3.3) contribuiu de forma muito significativa para o saldo apresentado as normas agora adoptadas para a constituição da Provisão para Prémios em Cobrança que conduziu relativamente à aplicação do critério anterior a uma redução de 20.610.087$70 , o que originará ainda, mesmo que essas normas não fossem adoptadas um saldo positivo de 4.288.953$84.

Importa ainda salientar, conforme se constata na análise das contas de resultados (anexo n.º2) a redução nas despesas de aquisição, adiante clarificada (cf. 4.3.2) e as repercussões negativas quanto à comparticipação na Reserva de Garantia do aumento dos planos de «A Nacional» (cf. 4.2.2).

4.2 Exploração Técnica

4.2.1 Seguro Directo

O crescimento dos prémios de seguros directos foi de cerca de 16 por cento o que é mais baixo que o registado nos últimos dois anos na Companhia e admite-se ligeiramente inferior à média da Indústria. Porém neste decrescimento contribui decisivamente o reduzido crescimento do ramo Automóvel o que se revela portanto como elemento favorável no equilíbrio da composição da sua carteira global (cf. quadro anexo n.º 3).

Notamos que em certa medida este decrescimento decorre da adopção de maior controlo na aceitação de riscos com a intenção de procurar o equilíbrio da sua carteira tradicionalmente desiquilibrada por «facilidades» invocadas a pretexto de pressões da concorrência por agentes, segurados e até por parte dos próprios serviços comerciais da Companhia, o que afinal se reflectia no volume de indemnizações, mais elevadas que a média do mercado e que era (é) factor principal nos resultados negativos que a Companhia apresenta nos últimos exercícios. E, sob este ponto de vista embora não seja correcto efectuar extrapolação com base apenas na acção desenvolvida em 1975 e 1976 poder-se-á afirmar que a redução significativa de indemnizações que se regista permite validar a orientação adoptada. Reconhece-se no entanto que para 1977 haverá, que melhorar e sistematizar os critérios de aceitação e efectuar um esforço importante de formação e renovação das redes comerciais e na generalidade dos serviços técnicos e comerciais da Companhia.

4.2.1.1 Automóveis

O ramo apresenta uma queda no seu crescimento, em larga medida por reduzida canalização para a Companhia dos produtores tradicionais deste ramo. Quanto à sinistralidade apresenta uma taxa mais baixa que a verificada nos últimos exercícios, expressa em % dos prémios processados resultante no essencial por redução do número de sinistros participados, na medida em que continuaram a aumentar os «custos» que afectam os sinistros.

4.2.1.2 Acidentes de Trabalho

Como em 1975, embora mais atenuado por razões conhecidas, o crescimento registado em 1976 (31 %) é sobretudo resultado de ajustamentos salariais e uma maior moralização nas declarações às Companhias, admite-se por maior controlo dos próprios trabalhadores. No entanto verificou-se um aumento substancial de apólices temporárias.

Quanto a sinistros apresenta-se em níveis idênticos aos dos anos anteriores, não se tendo registado acontecimentos catastróficos de grande gravidade que possam influenciar significativamente o contrato de resseguro. Porém, as despesas correntes com sinistros foram afectadas com a permanente subida dos custos de assistência médica, hospitalar e ainda nas zonas urbanas, com o preço dos transportes e hospedagem. A este propósito reafirma-se a necessidade de se encontrar uma solução para os graves problemas de assistência a sinistrados, a nível global da Indústria, em particular com a instalação de postos médicos junto das zonas industriais e nas periferias das grandes cidades com benefícios evidentes quer para os próprios sinistrados, economia do ramo e diminuição de perda de milhares de «horas de trabalho» em arrastamento de assistência (baixa) e transportes.

4.2.1.3 Vida

Mantiveram-se em 1976 as condicionantes que afectam este ramo quer próprias quer do próprio mercado. As anulações revelam-se superiores às emissões de seguros novos, embora quanto à carteira de Portugal se tenha atenuado quanto a resgates a grande pressão que se verificava em 1976, que apresenta valores mais reduzidos que naquele ano.

Importa porém salientar a necessidade de ao nível da Indústria, e no âmbito do INS e/ou da Inspecção de Seguros, rever as bases técnicas de exploração do seguro individual, e estimular o lançamento dos seguros de risco, capitais e rendas, bem como coordenar e apoiar tecnicamente as companhias mais pequenas no campo do seguro de Grupo. E sob este aspecto revela-se de grande acuidade a articulação das operações de seguro e das operações de depósito e crédito por intermédio dos Bancos e Caixa Geral de Depósitos.

4.2.1.4 Marítimo e Transportes

Uma análise sumária dos resultados deste exercício pode deixar pressupor certa consolidação da carteira. Aliás, o aumento relativamente elevado que apresenta quanto aos prémios e até quanto ao resultado técnico dos ramos, constituirá, talvez, sintomas para se extrair essa conclusão, o que não é no entanto a expressão correcta da realidade. Assim o facto de um segurado e os organismos estatais absorverem globalmente cerca de 60 % dos prémios processados é significativo. Esta percentagem confirma sobretudo a composição muito débil do ramo e a sua reduzida implantação no mercado, com sempre previsíveis aspectos de grande instabilidade, com reflexos acrescidos do regime de tarifação livre vigente no ramo.

Como se notou no Relatório do exercício de 1975 é na ausência de uma tarifação de prémios de aplicação obrigatória e ainda a subscrição arbitrária de coberturas que reside no essencial a deterioração gradual dos negócios a que acresce o factor concorrencial «anárquico» muito facilitado pela discutível flexibilidade de critérios a que o ramo se presta, no que respeita à avaliação de riscos e sobre a responsabilidade de sinistros

4.2.1.5 Acidentes Pessoais

Manteve-se o nível de crescimento elevado que este ramo apresenta na Companhia com um aumento relativo de posição no conjunto da carteira da Companhia de 3,5 % para 3,8 %.

Quanto à sinistralidade esta representou 39 % da carteira de prémios ligeiramente superior ao verificado no exercício anterior e para que contribuiu a existência de um sinistro de morte grave (1000 contos) Nota-se quanto às causas dos sinistros um peso crescente de acidentes de viação, tendo-se verificado na cobertura de morte 11 sinistros, por acidentes de viação, o que deverá estimular o alargamento de acções de Prevenção Rodoviária.

4.2.1.6 Fogo

Manteve-se a taxa reduzida de crescimento idêntico à verificada no ano anterior (12 %) Admite-se no entanto a superação relativa de algumas carências de organização e quadros que a secção apresentava bem como a possível explpração de modalidades multirriscos mais adequadas às necessidades que o mercado manifesta e que muitas congéneres já exploram com experiência positiva possa para 1977 ter efeitos positivos e aumentar o nível de crescimento.

Quanto a sinistralidade verificou-se um nível extraordinariamente bom de resultados, com uma percentagem em relação a prémios de 13,3 %, o que além da evidente «chance» quanto à não ocorrência de sinistros graves revela ainda uma mais cuidada selecção e avaliação de riscos aceites e em carteira bem como uma mais correcta avaliação das responsabilidades por sinistros, objectivos fixados em 1975 e 1976.

4.2.1.7 Diversos

Importa no conjunto dos ramos salientar pela sua importância o ramo Roubo. Este ramo continua a apresentar um crescimento de prémios elevado, porém agora como no exercício anterior reflectidos numa mais correcta avaliação e selecção de riscos.

Quanto à sinistralidade cumpriu-se o objectivo fixado no início do exercício de reduzir drasticamente o seu nível para 100 % da carteira ao atingir-se 98 %. Nota-se a este respeito que em 1974 e 1975 apresentaram respectivamente 243,2 % e 203,5 %. Admite-se que as medidas tomadas quanto à selecção de riscos, exigência de sistemas de segurança e condições de tarifação se revelassem por vezes empíricas e pouco adequados a alguns riscos, pelo que para 1977 se procurará rever a tarifa em coordenação se possível com orientações idênticas implantadas por outras Companhias e/ou INS condições de imprescindível articulação.

4.2.2 Resseguro

4.2.2.1 Resseguro Aceite

O grande volume de aceitações provém de «A Nacional de Angola». Com o encerramento da actividade daquela Companhia a partir de 31.12.76 além da quebra de alimento do resseguro aceite de «A Nacional», será certamente, durante o exercício de 1977 clarificada a sua carteira de prémios e recuperada a sua contabilidade o que conduzirá à anulação de muitos seguros ainda mantidos em carteira, por ausência de elementos desde Julho de 1975, o que terá repercussões nas retrocessões que eventualmente hajam sido efectuadas.

Além das aceitações de «A Nacional de Angola», merece referência embora pouco significativos, um tratado obrigatório e algumas aceitações facultativas, nomeadamente à União — referente a negócios da Sacor — Companhia de Seguros Ourique, e à Continental de Resseguros — negócios no ramo Marítimo — Carga.

4.2.2.2 Resseguro Cedido

Como o ano da 1976 foi francamente bom quanto a sinistralidade os nossos contactos com os resseguradores decorreram sem «a problemática» que sempre surge quando os resultados são menos favoráveis, o que acontecia frequentemente nos anos anteriores. Importa no entanto sublinhar que as relações com os nossos resseguradores sempre foram muito cordiais e colaborantes.

Para 1977, e dentro da expectativa existente sobre uma coordenação global da actividade de resseguro ao nível do INS, foram mantidos sem alteração os contratos existentes nos diversos ramos.

Em 1976 por efeito do aumento de planos de retenção da Companhia acordados no final de 1975, regista-se uma diminuição no volume de prémios cedidos o que neste exercício originou repercussões financeiras negativas por diminuição das quotas-partes nas reservas de Garantia.

4.3 Apreciação mais detalhada de algumas Contas

4.3.1 Despesas Gerais

As Despesas Gerais aumentaram 33,1 % em relação a 1975 com um montante de 73.481 contos. No entanto, faz-se notar que esse aumento reside, essencialmente, nas rubricas «Pessoal» e «Encargos Fiscais e Parafiscais» as quais constituem 88 % da citada verba, rubricas afectadas neste exercício por valores provenientes do antecedente, como sejam o pagamento de duas fracções de retroactivos acordados em 1975 e que por dificuldades financeiras foram pagas com o acordo dos trabalhadores neste exercício e ainda a integração da comparticipação no Imposto Complementar, tradicionalmente pago pela Companhia e que deveria ter tido efeito em 1.1.75, além da contabilização agora efectuada em Despesas Gerais, dos vencimentos dos empregados de serviços externos do antecedente relevados em Despesas de Aquisição (cf. 4.3.2).

Quanto à distribuição pelas diferentes rubricas (cf. mapa anexo n.º4) nota-se que além das explicações já referidas sobre o aumento global das Despesas, a rubrica Despesas de Pessoal domina praticamente as Despesas Gerais.

4.3.2 Comissões de Seguros Directos e Despesas de Aquisição

Como resultado das normas de comissionamento o valor das comissões processadas é, praticamente, igual ao de 1975, não obstante o aumento que se verificou na carteira de prémios, na medida em que naquele ano elas apenas foram adoptadas em Junho de 1975.

Quanto às Despesas de Aquisição a sua redução atinge os 90 %, embora haja a considerar a não contabilização nesta conta dos ordenados dos empregados de serviços externos como foi prática até 1975. Assim em 1976 esta conta apresenta valores «normais» face ao comportamento anterior da Indústria e em particular por efeito das medidas tomadas ainda em 1975 e mantidas para 1976 por despacho do Senhor Subsecretário de Estado dos Seguros sobre comissionamento e outras despesas pagas aos agentes (cf. anexos n.º 1 e 2)

4.3.3 Indemnizações de Seguros Directos

O total das indemnizações processadas incluindo os reajustamentos a exercícios anteriores foi de 134.169 contos o que representa menos 20 % relativamente ao ano findo. Para esta redução contribuiram essencialmente os ramos Fogo, Automóvel e Diversos com diminuições percentuais de 56,5 %, 29,1 % e 33,1 %

No quadro seguinte analisa-se a participação de cada um dos ramos no total das indemnizações nos dois últimos exercícios, o que se revela conforme com os comentários efectuados sobre o comportamento de cada ramo (cf. 4.2)

Ramos	1975	1976
Vida	10,6 %	13,4 %
Ac. Trabalho	12,9	19,8
Ac. Pessoais	1,5	2,8
Fogo	4,7	2,6
Agrícola	0,2	0,1
Automóvel	64,7	57,4
Marítimo	1,6	0,9
Transp. Terrestres	0,8	0,5
Aéreo	0,05	0,006
Diversos	3	2,5

4.3.4 Prémios em Cobrança

O montante desta conta apresenta uma diminuição de 1.628.598$20 relativamente ao ano anterior o que tendo em atenção o crescimento da carteira reflecte de forma muito positiva o esforço de cobrança desencadeado a nível da Sede e delegações. Resultado tanto mais significativo quanto as difíceis condições conjunturais do País lhe eram desfavoráveis, bem como a tradicional indisciplina no pagamento de prémios de seguros por parte de muitos segurados que ainda se mantêm

4.3.5 Devedores e Credores Gerais

Estas contas continuam a ser influenciadas pela manutenção dos saldos da «Vitalícia» e de «A Nacional de Angola» de praticamente nula realização, pelo menos a curto prazo, conforme foi caracterizado no Relatório da CA relativo a 1975.

Quanto a correspondentes o aumento verificado decorre da questão pendente com alguns agentes relativamente à situação decorrente da aplicação das normas sobre comissionamento conforme se fez detalhada pormenorização neste relatório

4.3.6 Flutuação de Valores

Importa referir nesta conta o aumento do saldo negativo de 12.955.469$50 para 27 623.480$65 respectivamente apresentados em 1975 e 1976. Se em 1975 aquele saldo decorre das cotações de títulos de crédito fixadas pela Inspecção de Seguros em 1976 o aumento reflecte as descidas de cotações dos títulos de Estado verificadas e em particular os lotes das obrigações do Banco Nacional Ultramarino e dos consolidados.

5 — PERSPECTIVAS PARA 1977

Oportunamente apresentámos o Orçamento para 1977 e o respectivo Relatório com a fundamentação objectiva que os escassos meios e a experiência desta Companhia permitiam, conforme então se detalhava.

Os factores de realidade externos e internos da própria empresa, em particular das limitações estruturais que apresenta e largamente caracterizadas, não permitem sem «leviano» optimismo e em condições normais de sinistralidade, prever que no próximo exercício se atinjam os elevados resultados positivos apresentados em 1976, embora se admita como possível um desenvolvimento equilibrado da Companhia, desde que as condicionantes externas, socioeconómicas do País, reestruturação da Indústria, e internas se apresentem favoráveis.

De qualquer modo procurar-se-á desenvolver de forma sistemática as acções previstas na área de produtividade, alargamento da mecanização, novos métodos de trabalho, qualidade e competência de gestão a todos os níveis da Empresa — e na qualidade de serviços prestados — em particular eliminando ou reduzindo significativamente o que se considera «os mais serviços prestados»

6 — CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento detalhado, talvez excessivo, de algumas rubricas do presente Relatório com a extracção de frequentes conclusões parciais teve porventura escusados acrescidos comentários e reafirmações de princípios ou de intenções.

Importa no entanto sublinhar que os resultados apresentados e o esforço desenvolvido na melhoria dos serviços reflectem decisivamente o empenhamento e a cooperação da generalidade dos trabalhadores da Companhia e das boas relações e compreensão desenvolvidas com a generalidade dos nossos colaboradores, pese quanto a este aspecto as difíceis condicionantes que existem quanto a alguns agentes, de que somos alheios.

A finalizar permitimo-nos por continuarem pertinentes e porventura de maior acuidade face à conjuntura socioeconómica que o País defronta, repetir as mesmas considerações finais que produzimos no Relatório do Orçamento para 1977:

....«De parte do Conselho de Gestão reafirma-se que a actividade de «A Nacional» deverá respeitar os objectivos pretendidos com as nacionalizações das Companhias de Seguros o que pressupõe segundo o nosso entendimento «reestruturar a indústria, em particular o sector nacionalizado numa óptica socialista, o que implica a sua inserção numa planificação da economia, com definição de objectivos claros e compatíveis com as necessidades de coberturas que o País exige.»

....Porém, esta afirmação de princípios não deve afastar, antes pelo contrário, a implantação das medidas correctoras da situação herdada na «A Nacional» em 15.3.75, por mais difícil e certamente limitada que seja a margem de manobra que cada companhia isolada defronta, num mercado até agora caracterizado por forte interdependência com os grupos económico-financeiros que permitiu e estimulou facilidades extra-seguradoras a diversas companhias, conforme denuncia a C.A. no seu Relatório.

Importa ainda salientar a nossa orientação de estimular a competência e o controlo responsável de todos os trabalhadores como técnicos e profissionais. E, neste sentido só é técnico competente quem sabe utilizar técnicas segundo as necessidades, criticando métodos e escolhendo os mais adequados Entendendo-se ainda por competência ponderação na análise, coragem e objectividade na escolha de soluções e organização rigorosa de acção.»

Lisboa, 14 de Março de 1977

O Conselho de Gestão
Armando Vieira dos Santos Caeiro (Presidente)
Rui de Sousa Pacheco
João Fernandes Sarandeses
Silvino dos Santos Lopes
Herlander Henrique Caminho da Silva

ANEXOS

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS GERAIS E DE COMERCIALIZAÇÃO EM % DA RECEITA
(Continente e Ilhas)

DESCRIÇÃO	1972	1973	1974	1975	1976
1 — DESPESAS GERAIS / Pr. Seg. Dir.	% 23,0	% 24,0	% 27,5	% 24,7	% 29,4 (a)
2 — DESPESAS GERAIS / Pr. SD+ Pr. RA	21,4	22,2	25,2	23,3	28,6 (b)
3 — DESPESAS GERAIS / Pr. SD + Pr. RA-Pr.RC	30,9	27,8	31,8	28,4	33,4 (a)
4 — DESPESAS A). + COM.SD / Pr. Seg. Dir.	20,0	20,5	19,4	16,3	10
5 — DESP.A).+COM.SD+COM.RA / Pr. SD + Pr. RA	20,4	20,8	19,7	16,7	10,1 (b)
6 — DESP.A).+COM.(SD+RA-RC) / Pr.SD+Pr.RA-Pr.RC	15,0	19,0	17,3	14,3	7,1 (b)
7 — (1) + (4)	43	44,5	46,9	41,0	39,4 (b)
8 — (3) + (6)	45,9	46,8	49,1	42,7	40,5

a) Em 1976 as Despesas Gerais passaram a incluir os vencimentos dos Empregados Serviços Externos do antecedente contabilizados em Despesas de Aquisição.

b) Reflecte a não clarificação do R.A. proveniente da Nacional de Angola em particular por se terem processado essencialmente os prémios do Ramo Vida de que não origina praticamente comissões.

Continua na pág. 12

COMPANHIA DE SEGU

BALANÇO — SEDE

Continuação da pág. 11

ACTIVO	VIDA	ACIDENTES DE TRABALHO	RESTANTES RAMOS	CONTAS GERAIS	SUB-TOTAIS	TOTAIS
RESERVA MATEMÁTICA						
De Resseguros Cedidos	39.621.470$40	-$-	-$	-$-	-$-	39.621.470$40
RESERVA DE GARANTIA						
De Resseguros Cedidos	-$-	-$-	8.831.319$50	-$-	-$-	8.831.319$50
RESERVA DE SEGUROS VENCIDOS						
De Resseguros Cedidos	8.468$00	-$-	74.720$75	-$-	-$-	83.188$75
VALORES DE EMPREGO DAS RESERVAS						
Títulos de Crédito e Numerário						
Próprios	35.393.554$00	13.301.657$00	12.419.765$00	-$-	61.114.976$00	
De Resseguradores	9.321.875$00	-$-	-$-	-$-	9.321.875$00	
Imóveis	167.502.927$60	-$-	-$-	-$-	167.502.927$60	
Empréstimos s/Apólices	6.220.416$15	-$-	-$-	-$-	6.220.416$15	
Empréstimos Hipotecários	7.883.750$00	-$-	-$-	-$-	7.883.750$00	252.043.944$75
VALORES EM DEPÓSITO						
De Vários	-$-	-$-	-$-	16.288.128$80	16.288.128$80	
De Resseguradores	204.175$00	-$-	-$-	-$-	204.175$00	16.492.303$80
DEVEDORES POR VALORES EM DEPÓSITO						
Vários	-$-	-$-	-$-	22.744.540$00	22.744.540$00	
Resseguros	21.965.354$81	-$-	481.956$44	-$-	22.447.311$25	45.191.851$25
IMÓVEIS	-$-	-$-	-$-	12.181.403$00	-$-	12.181.403$00
MOBILIÁRIO E MATERIAL	-$-	-$-	-$-	7.421.308$30	7.421.308$30	
AMORTIZAÇÕES DE MOBILIÁRIO E MATERIAL	-$-	-$-	-$-	(-) 2.485.079$80	(-) 2.485.079$80	4.936.228$50
EMPRÉSTIMOS HIPOTECÁRIOS	-$-	-$-	-$-	925.000$00	-$-	925.000$00
EMPRÉSTIMOS S/TÍTULOS	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-
AGÊNCIAS NAS EX-COLÓNIAS						
Saldo das Agências	-$-	-$-	-$-	(-) 6.521.973$08	(-) 6.521.973$08	
Reservas Técnicas de Resseguros Cedidos	1.845.367$50	-$-	1.207$60	-$-	1.846.575$10	(-) 4.675.397$98
DEVEDORES GERAIS						
Segurados, Correspondentes e Angariadores	-$-	-$-	-$-	33.422.552$91	33.422.552$91	
Resseguradores	-$-	-$-	-$-	19.693.917$74	19.693.917$74	
Resseguradores	-$-	-$-	-$-	50.224.286$59	50.224.286$59	
Outros	-$-	-$-	-$-	7.056.854$03	7.056.854$03	110.397.611$27
QUOTAS PARTES DE INDEMNIZAÇÕES A RECEBER	1.273.072$31	1.996.534$70	25.203.063$25	-$-	-$-	28.472.670$26
PRÉMIOS EM COBRANÇA						
Na Sede	1.982.100$00	3.719.345$30	8.478.009$70	-$-	14.179.455$00	
Nos Correspondentes	4.395.373$74	29.635.626$90	39.637.423$66	-$-	73.668.424$30	87.847.879$30
LETRAS A RECEBER	-$-	-$-	-$-	2.340.587$70	-$-	2.340.587$70
TÍTULOS DE CRÉDITO	-$-	-$-	-$-	1.123.500$00	-$-	1.123.500$00
DEPÓSITOS EM BANCOS	-$-	-$-	-$-	26.243.128$64	-$-	26.243.128$64
CAIXA	-$-	-$-	-$-	64.717$00	-$-	64.717$00
SITUAÇÃO LÍQUIDA PASSIVA						
FLUTUAÇÃO DE VALORES						
De Títulos de Crédito	-$-	-$-	-$-	27.623.480$65	27.623.480$65	
De Câmbios	-$-	-$-	-$-	1.209.517$49	1.209.517$49	28.832.998$14
GANHOS E PERDAS						
De Exercícios Anteriores	-$-	-$-	-$-	109.385.675$06	109.385.675$06	
Do Exercício	-$-	-$-	-$-	(-) 24.899.041$54	(-) 24.899.041$54	84.486.633$52
TOTAIS	297.617.904$51	48.653.163$90	95.127.465$90	304.042.503$49		745.441.037$80
CONTAS DE ORDEM						
Letras Descontadas	-$-	-$-	-$-	6.252.532$00	-$-	6.252.532$00

DÉBITO	VIDA
Saldo do Exercício Anterior	-$-
RESERVA MATEMÁTICA	
De Seguros Directos	2.986.242$65
De Resseguros Aceites	1.309.600$99
De Resseguros Cedidos (Diminuição)	345.676$50
RESERVA DE GARANTIA	
De Seguros Directos	-$-
De Resseguros Aceites	-$-
De Resseguros Cedidos (Diminuição)	-$-
PROVISÕES	
Para Inc. Temporárias de Ac. Trabalho	-$-
Para Prémios em Cobrança	-$-
AMORTIZAÇÕES	-$-
COMISSÕES	
De Seguros Directos	1.433.307$80
De Resseguros Aceites	318.664$07
Despesas de Aquisição	116.395$40
INDEMNIZAÇÕES	
De Seguros Directos	
Do Exercício	17.929.491$84
De Exerc. Anteriores (Reajustamentos)	-$-
	17.929.491$84
De Resseguros Aceites	1.934.388$11
ENCARGOS DE RESSEGUROS CEDIDOS	
Prémios	3.728.052$95
Juros	1.135.441$12
DESPESAS GERAIS	
Órgãos Sociais	-$-
Pessoal	1.830.366$90
Publicidade	-$-
Outras Despesas de Administração	78.083$50
Encargos Fiscais	621.861$60
Encargos Parafiscais	343.184$50
ENCARGOS DIVERSOS	-$-
RESULTADOS DE AGÊNCIAS NAS EX-COLÓNIAS	
Transferido das Contas das Agências	3.200.295$30
De Resseguros Colocados Pela Sede	(-) 32.625$76
TOTAIS	37.278.227$47

PASSIVO	VIDA	ACIDENTES DE TRABALHO	RESTANTES RAMOS	CONTAS GERAIS	SUB-TOTAIS	TOTAIS
RESERVA MATEMÁTICA						
De Seguros Directos	170.100.787$60	74.703.296$70	-$-	-$-	244.804.084$30	
Da Resseguros Aceites	28.401.440$30	-$-	-$-	-$-	28.401.440$30	273.205.524$60
RESERVA DE GARANTIA						
De Seguros Directos	-$-	-$-	48.374.816$80	-$-	48.374.816$80	
De Resseguros Aceites	-$-	-$-	799.209$00	-$-	799.209$00	49.174.025$80
RESERVA DE SEGUROS VENCIDOS						
De Seguros Directos	106.086$90	-$-	90.319$10	-$-	196.406$00	
De Resseguros Aceites	15.106$40	-$-	5.856$51	-$-	20.962$91	217.368$91
CREDORES POR VALORES EM DEPÓSITO						
Vários	-$-	-$	-$-	16.680.812$24	16.680.812$24	
Resseguradores	37.993.339$05	1.472.140$68	21.192.685$68	-$-	60.658.165$41	77.338.977$65
CREDORES GERAIS						
Segurados, Correspondentes e Angariadores	-$-	-$-	-$-	9.506.238$37	9.506.238$37	
Resseguradores	-$-	-$-	-$-	5.872.564$88	5.872.564$88	
Resseguradores	-$-	-$-	-$-	30.454.032$01	30.454.032$01	
Outros	-$-	-$-	-$-	8.164.781$76	8.164.781$76	53.997.617$02
INDEMNIZAÇÕES A PAGAR						
De Seguros Directos	2.174.986$38	681.574$49	98.364.420$90	-$-	101.220.981$77	
De Resseguros Aceites	1.221.491$20	-$-	3.742.353$89	-$-	4.963.845$09	106.184.826$86
COMISSÕES A PAGAR	488.285$67	3.784.531$00	5.817.728$13	-$-	-$-	10.090.544$80
PROVISÕES						
Para Incapacidades Temporárias	-$-	7.815.837$60	-$-	-$-	7.815.837$60	
de Acidentes de Trabalho	1.916.112$90	8.838.062$20	7.188.118$20	-$-	17.942.293$30	
Para Prémios em Cobrança	-$-	-$-	-$-	7.745.914$90	7.745.914$90	33.504.045$80
Diversas						
SITUAÇÃO LÍQUIDA ACTIVA						
CAPITAL	-$-	-$-	-$-	27.500.000$00	27.500.000$00	
FUNDO DE RESERVA LEGAL	-$-	-$-	-$	5.600.000$00	5.600.000$00	
FUNDOS DE RESERVA LIVRES	-$-	-$-	-$-	65.270.405$01	65.270.405$01	
FLUTUAÇÃO DE VALORES						
De Imóveis	-$-	-$-	-$-	43.357.701$35	43.357.701$35	141.728.106$36
TOTAIS	242 417 636$40	97.295.442$67	185.575.508$21	220.152.450$52		745.441.037$80
CONTAS DE ORDEM						
Responsabilidades por Letras Descontadas	-$-	-$-	-$-	6.252.532$00	-$-	6.252.532$00

CRÉDITO	
RESERVA MATEMÁTICA	
De Seguros Directos (Diminuição)	-$-
De Resseguros Cedidos	-$-
RESERVA DE GARANTIA	
De Seguros Directos (Diminuição)	-$-
De Resseguros Aceites (Diminuição)	-$-
De Resseguros Cedidos	-$-
PROVISÕES	
Para Inc. Temporárias de Ac. Trabalho	-$-
Para Prémios em Cobrança	1.108.065$10
PRÉMIOS E SEUS ADICIONAIS	
De Seguros Directos	20.348.257$80
De Resseguros Aceites	3.157.058$47
RECEITA DE RESSEGUROS CEDIDOS	
Comissões	472.967$77
Indemnizações	4.521.144$43
RENDIMENTOS	
Das Reservas Técnicas de Seguros Directos	6.217.486$00
Das Reservas Técnicas de Resseguros Aceites	830.683$58
Dos Valores Livres	-$-
RECEITAS DIVERSAS	
Cargos Em Outras Sociedades	-$-
Outras	-$-
RESULTADOS DE AGÊNCIAS NAS EX-COLÓNIAS	
Transferido das Contas das Agências	3 291.060$40
De Resseguros Colocados Pela Sede	976.534$96
SALDO	-$-
TOTAIS	40.923.258$48

Lisboa, 31 de Dezembro de 1976

O CHEFE DA CONTABILIDADE
António Francisco Teixeira Escudero

CONSELHO DE GESTÃO
Armando Vieira dos Santos Caeiro (Presidente)
Rui de Sousa Pacheco
João Fernandes Sarandeses
Silvino dos Santos Lopes
Herlander Henrique Cantinho da Silva

Lisboa, 31 de Dezembro de 1976

GUROS "A NACIONAL"

CONTA DE GANHOS E PERDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1976

IDA	AC. TRABALHO	AC. PESSOAIS	FOGO	AGRÍCOLA	AUTOMÓVEIS E RESP. CIVIL	MARÍTIMO	TRANSPORTES TERRESTRES	AÉREO	DIVERSOS	CONTAS GERAIS	SUB-TOTAIS	TOTAIS
-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	109.385.675$06	-$-	109.385.675$06
3.242$65	8.536.018$50	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	11.522.261$15	
9.600$99	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	1.309.600$99	
5.676$50	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	345.676$50	13.177.538$64
-$-	-$-	669.639$90	914.447$90	108.702$10	2.725.963$40	171.299$00	11.761$90	-$-	352.085$90	-$-	4.953.900$10	
-$-	-$-	18.208$70	-$-	90.902$70	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	109.111$40	
-$-	-$-	-$-	786.090$50	-$-	673.926$90	245.522$90	-$-	31.329$30	5.155$90	-$-	1.741.025$50	6.804.037$00
-$-	1.849.915$70	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	1.849.915$70	
-$-	-$-	-$-	-$-	32.019$50	-$-	-$-	216.959$80	-$-	-$-	-$-	248.979$30	2.098.895$00
-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	1.484.261$70	-$-	1.484.261$70
8.307$80	7.028.483$70	861.868$70	3.727.506$60	225.683$40	8.988.056$40	641.380$90	230.073$50	12.813$40	730.193$80	-$-	23.879.353$20	
8.664$07	-$-	355.574$20	95.607$20	-$-	-$-	105.111$70	210$30	29$40	73.385$30	-$-	948.582$17	
3.395$40	194.921$00	47.013$30	142.230$80	-$-	637.079$30	13.554$90	2.944$10	58$60	48.786$00	-$-	1.202.983$40	26.030.918$77
9.491$84	26.525.758$68	3.568.752$60	3.114.654$90	160.414$20	81.205.538$50	1.788.312$40	750.422$00	13.089$30	3.550.672$10	-$-	138.607.106$52	
-$-	-$-	+ 163.294$80	+ 337.599$50	-$-	(-) 4.253.320$80	(-) 494.270$20	+ 27.330$10	(-) 3.852$70	(-) 214.905$10	-$-	(-) 4.438.124$40	
9.491$84	26.525.758$68	3.732.047$40	3.452.254$40	160.414$20	76.952.217$70	1.294.042$20	777.752$10	9.236$60	3.335.767$00		134.168.982$12	
4.388$11	-$-	506$20	66.166$83	233.997$30	6.129$90	84.856$33	11.022$60	11.347$10	81.379$90	-$-	2.429.793$27	136.598.775$39
8.052$95	1.349.140$10	5.024.961$10	13.552.480$80	1.614.344$80	2.619.502$90	4.228.990$10	1.465.569$00	50.803$20	2.937.243$20	-$-	36.570.887$95	
5.441$12	-$-	12.127$00	146.195$39	-$-	162.036$55	23.320$99	-$-	-$-	5.698$20	-$-	1.484.819$25	38.055.707$20
-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	
0.366$90	1.896.097$10	864.339$80	2.457.100$80	-$-	4.626.553$80	553.732$80	-$-	-$-	-$-	33.711.368$20	45.939.559$40	
-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	58.836$10	58.836$10	
8.083$50	777.146$30	39.991$70	104.693$60	9.188$70	442.295$50	13.297$00	3.088$60	300$90	20.122$80	7.084.140$40	8.572.347$00	
1.661$60	2.254.548$10	313.077$30	2.364.005$80	71.838$20	3.908.481$20	169.471$70	48.122$40	2.984$80	157.881$90	1.094.257$70	11.006.330$70	
3.184$50	403.102$50	161.700$60	426.395$50	-$-	864.131$90	104.595$20	-$-	-$-	-$-	5.800.802$40	7.903.912$60	73.480.985$80
-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	85.089$79	85.089$79	85.089$79
0.295$30	322.382$70	33.941$50	209.512$30	-$-	1.403.026$26	134.515$00	3.734$00	84$00	(-) 46.257$10	2.094.919$32	7.356.153$28	
2.625$76	-$-	3.622$70	359.189$90	-$-	(-) 47.836$90	(-) 153.408$50	-$-	-$-	(-) 82.104$50	-$-	46.836$94	7.402.990$22
3.227$47	51.137.514$38	12.138.620$10	28.802.877$12	2.547.090$90	103.961.564$81	7.630.262$22	2.771.236$30	118.787$30	7.619.343$30	160.579.350$67		414.584.874$57

-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	
-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	
-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	2.383$50	-$-	-$-	2.383$50	
-$-	-$-	-$-	999.891$90	-$-	468.465$60	488.088$00	25.925$80	70.276$90	142.438$60	-$-	2.195.086$80	
-$-	-$-	89.681$80	-$-	153.143$90	-$-	-$-	6.813$00	-$-	75.930$60	-$-	325.569$30	2 523.039$60
-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	
8.065$10	5.918.805$60	714.571$00	3.295.080$50	-$-	12.952.988$00	1.017.373$90	-$-	-$-	772.156$10	-$-	25.778.840$20	25.778.840$20
8.257$80	78.158.375$10	9.573.331$10	25.877.251$90	1.471.780$00	101.185.301$10	5.585.566$30	1.775.119$80	102.820$90	5.789.586$70	-$-	249.867.390$70	
7.058$47	-$-	1.184.878$40	242.815$50	1.240.650$60	61$80	525.575$20	1.423$80	98.890$54	223.985$40	-$-	6.675.339$71	256.542.730$41
2.967$77	-$-	2.301.750$20	4.825.670$50	5.198$40	-$-	1.451.259$93	439.689$00	15.207$20	967.525$70	-$-	10.479.268$70	
1.144$43	3.586.246$40	2.433.375$10	2.269.414$70	389.358$20	(-) 1.796.338$20	762.076$80	767.970$80	10.086$20	1.903.872$70	-$-	14.847.205$13	25.326.473$63
7.486$00	2.339.184$80	111.373$60	311.547$20	5.500$60	3.333.065$30	51.680$30	44.500$70	582$30	96.266$00	-$-	12.511.186$80	
0.683$55	-$-	-$-	968$47	-$-	-$-	55$00	-$-	-$-	14.873$90	-$-	846.580$92	
-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	226.262$26	226.262$26	13 584.029$98
-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	14.250$00	14.250$00	
-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	5.258$90	-$-	-$-	-$-	-$-	15 953$30	21.212$20	35.462$20
1.060$40	488.416$20	88.292$90	576.986$70	-$-	549.413$40	160 623$80	5 738$90	8.337$10	6.585$60	120.332$10	5.295.782$10	
6.534$96	-$-	3 012$77	120.279$90	-$-	52 028$10	(-) 64.880$90	-$-	-$-	(-) 75.092$10	-$-	1.011.882$73	6.307.664$83
-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$	-$-	-$-	84.486.633$52		84.486 633$52
3.258$48	90.490.828$10	16.500.266$87	38.519.907$27	3.265.629$70	116.750.244$00	9 977.418$33	3.067 176$80	308.584$64	9.918.129$20	84.863.431$18		414.584.874$57

O CHEFE DA CONTABILIDADE
António Francisco Teixeira Escudero

CONSELHO DE GESTÃO
Armando Vieira dos Santos Caeiro (Presidente)
Rui de Sousa Pacheco
João Fernandes Sarandeses
Silvino dos Santos Lopes
Herlander Henrique Cantinho da Silva

Continua na pág. 14

COMPANHIA DE SEGUROS "A NACIONAL"

Continuação da pág. 13

ANÁLISE DAS CONTAS DE RESULTADOS (Continente e Ilhas) (CONTOS)

DISCRIMINAÇÃO	1972	1973	1974	1975	1976
+ Prémios Seguros Directos	127.055	144.113	175.607	215.967	249.867
- Comissões	16.175	18.678	22.145	23.688(a)	23.879
- Despesas Aquisição	9.219	10.825	11.952	12.427	1.203
Prémios líquidos SD	101.661	114.610	141.510	179.852	224.785
- Indemnizações					
Do Exercício	71.313	87.083	104.026	136.859	138.607
De Ex. Anteriores	1.201	4.339	9.944	+ 31.033(a)	- 4.438
MARGEM BRUTA SEG. DIR.	29.147	23.188	27.540	11.961	90.616
+ Prémios Resseguro Aceite	9.971	11.656	13.694	12.579	6.675
Comissões Resseg. Aceite	2.550	2.964	3.269	2.899	949
Prémios líquidos RA	7.421	8.692	10.425	9.680	5.726
- Indem. Res. Aceites	15.802	7.821	5.468	2.851	2.410
MARGEM BRUTA RA	- 8.381	871	4.957	6.829(b)	3.296(c)
- Encargos Res.Cedido(Prs)	42.254	31.433	37.604	40.719	36.571
+ Receita Resseg. Cedidos					
Comissões	13.753	8.892	11.157	11.310	10.479
Indemnizações	39.500	31.415	37.402	38.343(a)	14.847
MARGEM BRUTA RC	-10.999	- 8.874	-10.955	- 8.934(b)	11.245
+ Margem Bruta SD	29.147	23.188	27.540	11.961	90.616
+ Margem Bruta RA	- 8.381	871	4.957	6.829	3.296
- Margem Bruta RC	-10.381	- 8.874	-10.955	- 8.934	+11.245
CASH FLOW Seg.Dir.Res.Ac.	31.765	32.933	43.452	47.724	82.667
- Despesas Gerais	29.283	34.615	48.266	55.213(a)	73.481
- Encargos Diversos	61	6	44	(a) 2.474(b)	65
+ Rendimentos	12.796	12.856	14.088	13.197(b)	13.584
- Juros Resseg. Cedido	1.358	1.581	1.480	1.466	1.485
Receitas Diversas	1.177	14.644	1.004	275(b)	35
CASH FLOW LIQUIDO	15.036	24.231	8.754	-17.954	21.255
- Amortizações		404		597	1.484
- Provisão Pr. em cobrança	195	784	621	39.747(a)	-25.530
- Prov.Incap.Ac.Trabalho	955	76	899	1.614	1.850
- Resª. Mat.Seg.Directo	9.849	11.549	17.841	22.193(a)	11.522
- Resª. Mat.Resseg.Aceite	347	119	1.805	1.475	1.309
+ Resª. Mat.Resseg.Cedido	993	1.243	1.296	- 1.119	- 346
- Resª Garantia Seg.Directo	4.511	4.773	6.407	8.182	4.951
- Resª. Garantia RA	- 404	142	609	165	- 2.086
+ Resª. Garantia RC	1.746	- 4.179	1.817	1.103	- 1.415
SALDO	2.322	3.457	-16.315	-91.942	25.994
+ Res. Deleg. Moçambique	- 431	- 1.010	- 3.028	+ 411	- 1.095
SALDO GLOBAL	1.891	2.447	-19.343	-91.529	24.899
Res. do Ex. Ant.	+ 533	+ 760	+ 1.488	-17.857	-109.386
SALDO BALANÇO	2.424	3.207	-17.855	-109.386	-84.487

(a) -Inclui valores respeitantes a exercícios anteriores

(b) -Rubricas em que foram (ou não) retexados movimentos patrimoniais de forma discutível e que têm repercussões económicas significativas

(c) -Tratam-se de valores que por ausencia de elementos recebidos de Angola poderão estar contabilizados por excesso.

DISTRIBUIÇÃO E CRESCIMENTO DA CARTEIRA NOS DIVERSOS RAMOS (Continente e Ilhas)

SEGURO DIRECTO (contos)

RAMOS	1972	% Aumento % Total	1973	% Aumento % Total	1974	% Aumento % Total	1975	% Aumento % Total	1976	% Aumento % Total
Vida	19.008	14,9	20.622	8,5 14,3	22.428	8,7 12,7	21.940	-2,1 10,1	20.348	-7,3 8,1
Ac. Trabalho	33.776	26,5	34.536	2,2 23,9	43.523	26 24,7	59.659	37 27,6	78.158	31 31,3
Ac. Pessoais	3.194	2,5	3.890	21,7 2,7	5.955	53 3,4	7.564	27 3,5	9.573	26,6 3,8
Fogo	15.345	12	17.961	17 12,4	20.694	15,2 11,7	23.134	11,7 9,7	25.877	11,9 10,4
Agrícola	166	0,13	231	37,5 0,16	367	58,9 0,21	385	4,9 0,18	1.472	282,3 0,6
Automóveis e Resp. Civil	51.123	40,2	61.368	20 42,5	73.582	199 41,9	93.007	26 43,1	101.185	8,8 40,5
Marítimo	2.500	1,9	2.869	14,7 1,9	4.616	60,9 2,6	3.795	-17,7 1,7	5.586	47,2 2,2
Transportes Terrestres	217	0,17	290	33,6 0,22	477	64,4 0,27	1.658	247,5 0,77	1.775	7,1 0,7
Aéreo	71	0,06	113	59,1 0,08	172	52,2 0,1	127	-26,1 0,06	103	-18,9 0,04
Diversos	1.654	1,3	2.233	35 1,5	3.792	69,8 2,1	4.698	23,9 2,1	5.790	23,2 2,3
TOTAL	127.055		144.113	13,4	175.607	21,8	215.967	22,9	249.867	15,7

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS GERAIS (Continente e Ilhas)

-Contos-

RUBRICAS	1972	% Aumento % Total	1973	% Aumento % Total	1974	% Aumento % Total	1975	% Aumento % Total	1976	% Aumento % Total
1.Orgãos Sociais	1.153	3,9	1.562	35,4 4,5	1.397	- 10,5 2,9	229	- 83,6 0,4	-.-	- 100 -.-
2. Pessoal	16.308(a)	55,7	18.438 (a)	13,1 53,3	27.759(a)	50,6 57,5	41.787(a)	14,5 57,6	45.940	44,5 62,5
3. Publicidade	277	0,9	640	21 1,8	544	- 15 1,1	258	- 52,5 0,5	59	- 77,1 0,08
4. Uras desp.Adm.	3.229	11	4.708	45,8 13,6	6.233	32,4 12,9	7.868 (b)	26,2 14,2	8.573	8,9 11,7
5.Encargos Fiscais	5.520	18,8	6.039	9,4 17,4	7.348	21,6 15,2	8.959	21,9 16,2	11.006	22,9 15
6.Encargos parafiscais	2.798	9,5	3.229	15,4 9,3	4.984	54,3 10,3	6.108	22,5 11	7.904	29,3 10,8
TOTAL...	29.283		34.615	18,2	48.266	39,4	55.209	14,4	73.481	33,1

a) - (1) NÃo inclui os vencimentos dos E.S.E.
(2) Inclui os encargos com os Reformados

b) - Em 1975 é afectada por regularizações imputáveis a Exercícios anteriores

EVOLUÇÃO DAS CONTAS DEVEDORES E CREDORES (Continente e Ilhas)

DEVEDORES GERAIS	1972	1973	1974	1975	1976
1-Segurados, Corresp., Ang riad.	28.431	30.904	40.985	15.411	33.423
(Segurados)	2.612	3.422	3.356	5.074	13.180
(Correspondentes)	24.624	26.407	36.596	9.365	19.808
(Angariadores)	1.195	1.074	1.133	973	435
2-Resseguradas	12.438	13.692	9.037	15.672	19.694
(A Nacional de Angola)	7.183	10.462	6.147	13.803	17.536
3-Resseguradores	8.488	37.713	39.100	46.965	50.224
(Vitalícia)	3.112	28.787	31.265	32.691	34.127
(A Nacional de Angola)	173	188	183	315	505
4-Outros	6.411	8.199	8.170	6.510	7.057
Total (1)+(2)+(3)+(4)	55.770	90.508	97.292	84.558	110.398
CREDORES GERAIS					
1-Segurados, Corresp., Angariad.	3.398	4.562	6.113	10.864	9.506
(Segurados)	706	843	1.159	2.248	1.184
(Correspondentes)	261	478	715	3.558	2.649
(Angariadores)	2.431	3.240	4.238	4.257	5.673
2-Resseguradas	13.473	11.757	5.588	4.893	5.873
(A Nacional de Angola)	10.248	9.239	3.960	3.603	3.509
3-Resseguradores	8.419	12.385	21.854	33.051	30.454
(Vitalícia)	1.055	492	9.053	8.552	5.881
(A Nacional de Angola)	731	934	1.146	1.631	1.501
4-Outros	6.548	9.145	10.010	4.911	8.165
Total (1)+(2)+(3)+(4)	31.837	37.849	43.565	53.719	53.998
DIFERENÇA	23.933	52.659	53.727	30.839	56.400
Retirando os saldos:					
Correspondentes (a)	-24.363	-25.929	-35.881	- 1.516	-.-
Nac.Ang.Resseguradas (b)	+ 3.065	- 1.223	- 2.187	-10.204	- 14.027
Nac.Ang.Resseguradores (b)	558	746	963	1.316	996
Vitalícia (b)	- 2.056	-28.295	-22.234	(c)-24.139	(c)- 28.246
	-1.137	- 2.042	- 5.610	- 3.700	15.123

(a) Saldo proveniente da prática de debitar em Conta Efectivo recibos com mais de 90 dias, no período anterior à Nacionalização

(b) Saldos não realizáveis a curto prazo

(c) Decréscimo aparente, proveniente da entrega à NACIONAL dum empréstimo contraído no Banco Fonsecas & Burnay de 7.000 contos.

INVENTÁRIO DAS PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS E OUTRAS APLICAÇÕES EM VALORES MOBILIÁRIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1976

DESIGNAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE COMPRA	COTAÇÃO	VALOR DE BALANÇO UNITÁRIO	VALOR DE BALANÇO TOTAL	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	FLUTUAÇÃO DE VALORES
PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS:								
Quotas		-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-
Acções								
Companhia de Seguros «Vitalícia	24.922	100$00	100$00	100$00	100$00	2.492.200$00	2.492.200$00	-$-
Companhia de Seguros «A Nacional de Angola»	19.755	1.000$00	1.002$40	1.000$00	1.000$00	19.755.000$00	19.803.705$20	(-) 48.705$20
	44.677	-$-	-$-	-$-	-$-	22.247.200$00	22.295.905$20	(-) 48.705$20
OUTRAS APLICAÇÕES:								
Títulos Nacionais:								
Títulos da dívida pública e Obrigações com garantia do Estado:								
Obrig. Tesouro - 3,5% - 1963	1.410	1.000$00	1.011$12	670$00	670$00	944.700$00	1.423.685$60	(-) 480.985$60
Obrig. Tesouro - 5% - 1967 - 2.ª Fase	678	1.000$00	1.000$37	800$00	800$00	542.400$00	678.255$40	(-) 135.855$40
Obrig. Tesouro - 5% - 1971	3.875	1.000$00	1.005$57	800$00	800$00	3.100.000$00	3.896.595$90	(-) 796.595$90
Obrig. Tesouro - 10% - 1975	3.008	500$00	500$00	505$00	505$00	1.519.040$00	1.504.000$00	15.040$00
Obrig. Tesouro - 6% 1976	1.228	500$00	500$00	500$00	500$00	614.000$00	614.000$00	-$-
Obrig. Tesouro - 10% - 1976	6.140	1.000$00	1.000$00	1.000$00	1.000$00	6.140.000$00	6.140.000$00	-$-
Obrig. Tesouro - Nacional - B.º Nacional Ultramarino	1.819	3.370$00	1.318$28	1.200$00	1.200$00	2.182.800$00	2.397.960$50	(-) 215.160$50
Obrig. Emprést. Consol. - 4% - 1940 (Centenários)	3.693	2.000$00	1.873$66	800$00	800$00	2.954.400$00	6.919.436$50	(-) 3.965.036$50
Obrig. Emprést. Consol. - 3 1/2% - 1941	2.859	1.000$00	929$13	350$00	350$00	1.000.650$00	2.656.389$50	(-) 1.655.739$50
Obrig. Emprést. Consol. - 3% - 1942	15.219	1.000$00	885$73	300$00	300$00	4.565.700$00	13.479.972$60	(-) 8.914.272$60
Obrig. Emprést. Consol. - 2 3/4% - 1943	7.696	1.000$00	877$91	275$00	275$00	2.116.400$00	6.756.400$60	(-) 4.640.000$60
Obrig. Tesouro de Angola - 5% - 1965	349	1.000$00	910$75	840$00	840$00	293.160$00	317.853$10	(-) 24.693$10
Obrig. Tesouro de Moçambique - 5%	670	1.000$00	1.011$16	840$00	840$00	562.800$00	677.481$80	(-) 114.681$80
Obrig. Câmara Municipal de Lisboa 5 3/4% - 1969	959	1.000$00	1.003$05	750$00	750$00	719.250$00	961.925$80	(-) 242.675$80
Obrig. Fomento Ultramarino - 6% - 1969 - Angola	275	1.000$00	1.000$00	840$00	840$00	231.000$00	275.000$00	(-) 44.000$00
Obrig. Fomento Ultramarino - 6% - 1969 - Moçambique	1.500	1.000$00	835$00	840$00	840$00	1 260.000$00	1.252.500$00	7.500$00
Obrig. Fundo Especial Transp. Terrestres - 4,5%	715	1.000$00	1.000$00	670$00	670$00	479.050$00	715.000$00	(-) 235.950$00
Obrig. Fundo Turismo - 5 3/4% - 1969/70	2 698	1.000$00	997$82	850$00	850$00	2.293.300$00	2.692.135$70	(-) 398.835$70
Obrig. Banco Fomento Nacional - 6 1/2% - 1973	5	1.000$00	1.000$00	800$00	800$00	4.000$00	5.000$00	(-) 1.000$00
Obrig. EPAL-Empresa Pública Águas Lx - 6% - 1968/9	30	1.000$00	919$48	725$00	725$00	21.750$00	27.584$40	(-) 5.834$40
Obrig. C.ª Caminhos de Ferro Portug. - 5 1/2% - 1968	4.070	1.000$00	1.001$19	660$00	660$00	2.686.200$00	4.074.863$80	(-) 1.388.663$80
Obrig. C.ª Caminhos de Ferro Portug. - 5 1/2% - 1969	8.200	1.000$00	1.001$92	660$00	660$00	5.412.000$00	8.215.748$50	(-) 2.803.748$50
Obrig. C.ª Caminhos de Ferro Portug. - 6 3/4% - 1970/1	90	1.000$00	1.021$27	755$00	755$00	67.950$00	91.914$80	(-) 23.964$80
Obrig. C.ª Geral Créd. Predial Portug. - 3 1/2% - 1944	1.050	90$00	89$38	37$00	37$00	38.850$00	93.852$10	(-) 55.002$10
Obrig. C.ª Nac. Caminhos Ferro - 4 1/2% - 1.ª Série (Cupão)	1	90$00	70$40	50$00	50$00	50$00	70$40	(-) 20$40
Obrig. Metropolitano de Lisboa - 5 3/4%	86	1.000$00	961$20	770$00	770$00	66.220$00	82.663$20	(-) 16.443$20
Obrig. Telefones de Lisboa e Porto - 5%	80	1.000$00	999$82	695$00	695$00	55.600$00	79.986$10	(-) 24.386$10
Obrig. Metropolitano de Lisboa - 6 3/4% - 1973	303	1.000$00	1.000$00	810$00	810$00	245 430$00	303.000$00	(-) 57.570$00
Acções								
Obrig. C.ª Seguro de Créditos	610	1.000$00	1.000$27	1.000$00	1.000$00	610.000$00	610.165$00	(-) 165$00
OUTRAS OBRIGAÇÕES:								
Obrig. C.ª Nacional de Electricidade - 5%	9	1.000$00	801$00	620$00	620$00	5.580$00	7.209$00	(-) 1.629$00
Obrig. C.ª Reunidas Gás e Electricidade - 3 1/2% - 1947	1	1.000$00	930$00	830$00	830$00	830$00	930$00	(-) 100$00
Obrig. C.ª Reunidas Gás e Electricidade - 4% - 1948	20	1.000$00	893$68	825$00	825$00	16.500$00	17.873$60	(-) 1.373$60
Obrig. Hidro Eléctrica do Cávado - 5%	259	1.000$00	994$66	690$00	690$00	178.710$00	257.619$00	(-) 78.909$00
Obrig. União Eléctrica Portuguesa - 7% - 1972	130	1.000$00	1.000$00	720$00	720$00	93.600$00	130.000$00	(-) 36.400$00
Acções								
Obrig. Banco da Agricultura	4	500$00	4.400$00	1.559$00	1.559$00	6.236$00	17.600$00	(-) 11.364$00
Obrig. Celuloses do Guadiana	160	1.000$00	5.498$91	4.106$00	4.106$00	656.960$00	879.827$00	(-) 222.867$00
Obrig. C.ª Diamantes de Angola (Títulos 10)	30	500$00	2.507$65	1.707$00	1.707$00	51.210$00	75.229$70	(-) 24.019$70
Obrig. C.ª Diamantes de Angola (Títulos 50)	150	500$00	2.199$41	1.707$00	1.707$00	256.050$00	329.911$90	(-) 73.861$90
Obrig. C.ª Diamantes de Angola (Títulos 100)	1.400	500$00	1.984$31	1.698$00	1.698$00	2.377.200$00	2.778.045$30	(-) 400.845$30
Obrig. C.ª Lezírias Tejo e Sado	155	20.000$00	63.826$99	65.000$00	65.000$00	10.075.000$00	9.893.184$40	181.815$60
Obrig. C.ª Nacional de Navegação (Port. Registadas)	10	1.000$00	3.500$00	2.800$00	2.800$00	28.000$00	35.000$00	(-) 7.000$00
Obrig. C.ª Portuguesa de Electricidade (Portador)	330	1.000$00	1.000$00	1.173$00	1.173$00	387.090$00	330.000$00	57.090$00
Obrig. C.ª Portuguesa de Electricidade (Port. Reg.)	7.895	1.000$00	1.261$11	1.173$00	1.173$00	9.260.835$00	9.956.478$00	(-) 695.643$00
Obrig. C.ª Portuguesa de Electricidade (Nominativ.)	1.302	1.000$00	1.187$91	1.173$00	1.173$00	1.527.246$00	1.546.668$70	(-) 19.422$70
Obrig. C.ª Sacor (Portador)	3	1.000$00	2.429$20	4.405$00	4.405$00	13.215$00	7.287$80	5.927$40
Obrig. C.ª Sacor (Nominativas)	262	1.000$00	3.375$32	4.017$00	4.017$00	1.052.454$00	884.336$10	168.117$90
Obrig. C.ª Safari	25	1.000$00	1.000$00	1.000$00	1.000$00	25.000$00	25.000$00	-$-
Obrig. C.ª Silo-Auto	87	500$00	500$00	500$00	500$00	43.500$00	43.500$00	-$-
Obrig. C.ª Sonefe	523	500$00	500$00	378$00	378$00	197.694$00	261.500$00	(-) 63.806$00
Obrig. C.ª TAP-Transportes Aéreos Portugueses	276	1.000$00	1.439$62	1.393$00	1.393$00	384.468$00	397.336$65	(-) 12.858$65
Obrig. C.ª Tellus	1.200	1.000$00	1.009$92	900$00	900$00	1 080.000$00	1.211.910$00	(-) 131.910$00
Obrig C.ª União Eléctrica Portuguesa	151	100$00	104$67	191$00	191$00	28.841$00	15.806$20	13.034$80
TOTAL	83.698	-$-	-$-	-$-	-$-	68.472.919$00	96.047.694$45	(-) 27.574.775$45
Títulos Estrangeiros								
Bilhetes do Tesouro e Outras Obrigações, emitidos por Estados Estrangeiros	—	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-
Outras Obrigações	—	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-
Acções	—	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-
TOTAL	—	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-
TOTAL GERAL	128.375	-$-	-$-	-$-	-$-	90.720.119$00	118.343.599$65	(-) 27.623.480$65

Lisboa, 31 de Dezembro de 1976

O CHEFE DA CONTABILIDADE
António Francisco Teixeira Escudero

CONSELHO DE GESTÃO
Armando Vieira dos Santos Caeiro (Presidente)
Rui de Sousa Pacheco
João Fernandes Sarandeses
Silvino dos Santos Lopes
Herlander Henrique Cantinho da Silva

HIROSHIMA

A memória e o betão

JEAN DE LA GUÉRIVIERE

Dominada por um arranha-céus em construção, a cúpula da bomba A parece muito baixa. Trata-se, no entanto, daquilo que resta de um dos edifícios mais imponentes da cidade, no dia 6 de Agosto de 1945, antes de o B-29 Enola Gay largar o seu engenho de morte. Foi dado o nome de cúpula às ruinas — as únicas que Hiroshima conservou — do antigo secretariado de promoção industrial, que, em parte, resistiu à explosão, embora estivesse situado na proximidade imediata do «hipocentro». O edifício marca a separação entre a cidade nova e o parque memorial da paz, uma pequena ilha entre dois braços do rio Otha, que foi completamente destruído e que continua a ser o único local inteiramente consagrado à recordação.

Passada a cúpula, é preciso um esforço de imaginação para conceber que nos encontramos no lugar onde morreram metade das setenta e oito mil pessoas que o *Little Boy* (nome do código da bomba) destruiu só nesse dia. A alguns metros do «hipocentro», a loja Van Cornell, frequentada pela juventude doirada vende «roupa chegada dos Estados Unidos», principalmente os fatos de desporto dos estudantes de Berkeley. Mais adiante uma «boîte» de «strip-tease» anuncia um programa permanente. Entre estes dois comércios, uma ampla avenida para peões, com lojas de ambos os lados, é percorrida por milhares de compradores a quem são propostos todos os produtos imagináveis da sociedade de consumo.

Este bairro, inteiramente reconstruído, foi feito à imagem do resto da cidade. No início da Segunda Guerra Mundial, a população de Hiroshima era de quatrocentos e vinte mil habitantes. Quando a bomba explodiu já não havia ali mais do que trezentos e setenta mil pessoas, incluindo os militares, numerosos estudantes que tinham vindo ajudar visto que se previam bombardeamentos «convencionais», coreanos alistados à força como auxiliares do exército japonês e também prisioneiros de guerra americanos, vinte dos quais seriam mortos pela arma atómica, e outros executados depois pelos guardas, segundo uma obra publicada no passado mês de Julho, em Londres: *Enola Gay*, de Gordon Thomas.

A cidade tem hoje à volta de um milhão de habitantes. Ela é uma das raras metrópoles japonesas onde o plano de urbanismo é quase racional. O betão aumenta incessantemente: Novos edifícios já substituem os que foram apressadamente construídos depois da guerra. Escritórios de grandes sociedades, no centro, fábricas de automóveis, indústrias químicas, estaleiros navais, na periferia, empregam uma mão-de-obra que abandonou as margens do mar interior para se estabelecer numa cidade que, de resto, viria a tomar-se um centro universitário muito activo.

No centro da cidade, por vezes paralisada pelos engarrafamentos, o Parque memorial da paz oferece uma calma e um ar puro que os namorados compartilham com os turistas. As árvores e os relvados têm melhor aspecto que os monumentos vários — de proporções, que, de resto, são modestas para o lugar. Destinado — segundo uma inscrição — a chamar a atenção para a «oração todas as manhãs às 8.15 h, no momento mortal da explosão» um relógio horroroso, cuja marca, Seiko, é bem visível — foi oferecido em 1967 ao município de Hiroshima pelo International Lions Club. Sem as flores comovedoras colocadas junto delas durante todo o ano, sem as canções das centenas de crianças japonesas, de uniforme, que ali são fotografadas, o Monumento da chama, a Fonte da oração e a estátua da Mãe e do Filho na tempestade, colocados em vários locais do parque, não seriam mais do que aquilo que são: más realizações cujo cimento banal não adquiriu uma boa *patine*.

O mesmo cimento cor de cinza foi utilizado para o museu consagrado ao dia em que a história da humanidade mudou de perspectiva. A primeira coisa que vê o visitante — equipado de um magnetofone portátil que lhe permite ouvir as explicações em seis línguas — é uma fotografia em tamanho natural da bomba, um pequeno engenho que, decididamente, parece bastante artesanal comparada com as «ogivas» de carga nuclear que agora desfilam nas festas nacionais. Há depois uma imagem da maqueta daquilo que era a cidade no dia 6 de Agosto de 1945 pela manhã, quadros que explicam as razões geográficas e meteorológicas por que Hiroshima foi a «escolhida». Nas vitrinas roupas vestidas pelas vítimas, pedras que estalaram sob o efeito da pressão, metais fundidos sob o efeito do calor, servem para ilustrar considerações técnicas.

Embora se quisesse que fossem «hiper-realistas», as figuras de cenas — uma mulher e os filhos com os cabelos queimados e a pele a cair aos bocados — parecem muito pouco reais junto das fotografias dos feridos graves que se encontravam nas escolas e nos quartéis. A película fixou tudo: a núvem atómica, vista do solo, chegando a uma casa dois minutos após a explosão, os primeiros gestos dos que escaparam e também os corpos inchados onde só os olhos parecem humanos. Há uma estética do horror: verifica-se isso ao observar o fascínio-repulsa que exercem nos visitantes as fotografias ao mesmo tempo intrépidas e perfeitas de Mitsuo e Yoshito Matsuhige ou de Sunkichi Kituchi. A visita termina nos degraus do banco Sumitomo (oferecidos há alguns anos ao museu por esse estabelecimento. A pedra conserva a sombra de um corpo humano que serviu de *écran* na altura em que o sopro da explosão, fez com que a temperatura do ar fosse de 6 000 graus.

Ao lado do museu, um edifício terminado em 1955, o Peace Memorial Hall, é utilizado para conferências e exposições. É ali projectado, cinco vezes por dia, um filme formado por actualidades feitas durante a chegada dos primeiros salvadores. Ao ouvir o comentário, tem-se a impressão de que a explosão foi uma catástrofe natural. Só muito evasivamente se alude aos acontecimentos que precederam o recurso à arma nuclear — a entrada do Japão na guerra, para fins imperialistas — e aos homens que fabricaram essa arma, os americanos, hoje aliados.

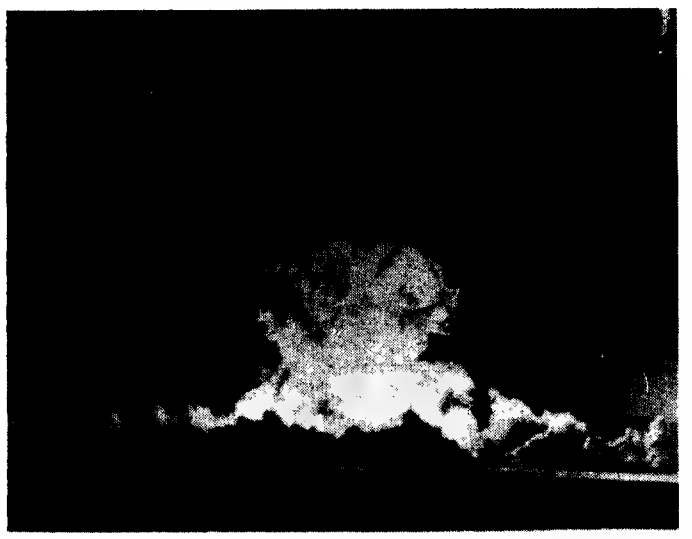
Logo no fim das hostilidades, nove dias após a explosão, alguns militares americanos foram enviados a Hiroshima para dispensar cuidados médicos, e auxílio alimentar, e também para tomar medidas de carácter científico. A 6 de Agosto de 1947, o general Douglas McArthur enviou uma mensagem de simpatia ao município de Hiroshima, que organizara uma cerimónia. Em 1951 alguns elementos das tropas americanas que tomaram parte no conflito coreano, assistiram mesmo a um serviço religioso, em Hiroshima, ao lado de crianças cujos pais haviam morrido seis anos antes.

Há hoje uma maioria de americanos entre os estrangeiros que querem ver Hiroshima. O livro *Hiroshima*, de John Hersey, prémio Pulitzer, está à venda nos grandes hoteis da cidade. É talvez a única lembrança do passado nesses estabelecimentos cujos clientes mais numerosos são homens de negócios. No Shinkansen, o comboio que liga Tóquio às grandes cidades da ilha Honshu, a duzentos quilómetros de média horária, carruagens inteiras são reservadas aos jovens estudantes que vão em peregrinação a Hiroshima com os seus professores, mas os passageiros adultos são, sobretudo, quadros em missão. Para eles, e para a maior parte da população que se estabeleceu recentemente em Hiroshima, esta é uma cidade como as outras. As «coisas da vida» dominaram as outras, tão depressa como as plantas e as árvores da Avenida da Paz.

No entanto, certos habitantes de Hiroshima ainda sofrem na sua própria carne. Eles fazem parte — com outros japoneses que vivem em todo o país — vítimas da «Bomb Disease» (a Doença da bomba A), que sofrem de «tumores» ou de leucemias atribuídas às radiações. Em Hiroshima, no edifício da comissão das vítimas da bomba atómica, algumas pessoas que se salvaram, continuam a ser submetidas a exames ou tratadas gratuitamente devido a uma legislação especial que entrou em vigor há sete anos. No museu, no quadro relativo às perdas de vidas humanas, um painel móvel permite actualizar diariamente o número das vítimas identificadas: até hoje oitenta e nove mil cento e trinta e quatro.

Foi por estas vítimas e por aquelas — quase tão numerosas — cujos corpos não foram reconhecidos, que no dia do trigésimo segundo aniversário da explosão, rezaram os cristãos reunidos na catedral da Paz, terminada em 1954 graças a uma dádiva do governo de Bona, por iniciativa de um jesuita alemão, ele próprio ferido durante a explosão. Os budistas, esses cantaram hinos religiosos nas margens do Otha, em cujas águas flutuavam milhares de lanternas lançadas à água durante a «cerimónia das almas» que todos os anos tem o seu início no crepúsculo de 6 de Agosto.

Le Monde



A NAVE "ENTERPRISE"

Uma nova fase da era espacial

A nave americana, que acaba de efectuar brilhantemente o primeiro voo livre, deverá inaugurar, no início da próxima década, o começo duma nova fase da era espacial. Capaz de transportar para fora da atmosfera terrestre várias dezenas de toneladas de materiais e meia dúzia de pessoas, abre as portas do espaço a numerosos «seres terrestres. A NASA dará certamente prioridade aos programas americanos. Mas procura desde já, activamente, clientes interessados em dispor de pelo menos uma parte do imenso paiol do engenho.

Os primeiros contactos que foram assinados comprometem os Estados Unidos com alguns países e, designadamente, com os que são membros da Agência Espacial Europeia. Logo nos seus primeiros voos a nave transportará o laboratório espacial europeu Spacelab. A NASA começou uma imensa campanha de propaganda virada para os principais países em vias de desenvolvimento, susceptíveis de se interessar, por exemplo, por satélites de telecomunicações. Nesta questão a concorrência entre os Estados Unidos e a Europa, que desenvolve por sua vez a nave espacial Ariane, promete ser dura.

Os cientistas, através do Spacelab ou, por exemplo, do grande telescópio orbital cuja construção acaba de ser aprovada pelo Congresso americano, serão certamente dos primeiros a utilizar e por menor meiros a utilizar as capacidades da nave. Graças a ela poderão mais facilmente e por menor custo evitar o écran formado pela atmosfera terrestre, situado entre o espaço longínquo e o nosso globo e libertar-se da gravidade. A astronomia tal como a física dos sólidos — por exemplo nas aplicações à electrónica dos semicondutores — poderiam encontrar aí uma fonte de progresso.

O entusiasmo dos clientes e das populações que parece renascer hoje — a avaliar pela presença na sexta-feira, na base californiana de Edwards onde a nave aterrou, de mais de cem mil pessoas, — não nos deve fazer esquecer um dado essencial: a natureza militar de espaço.

Há quase vinte anos, em 26 de Agosto de 1957, a agência TASS anunciava, no meio dum cepticismo geral, o lançamento dum «superfuso balístico intercontinental com diversos andares». Um mês e meio mais tarde, em 4 de Outubro, a União Soviética punha em órbita o primeiro satélite artificial o Sputenik-I. A corrida espacial tornar-se-ia a partir de então indissociável da corrida aos armamentos

O desenvolvimento da nave espacial não escapa a esta regra: uma parte importante das suas missões será puramente militar. E, sem o apoio do departamento de Defesa, interessado num «espaço barato», a NASA não teria pela certa obtido os créditos necessários a este novo e ambicioso programa.

A Imprensa americana especializada não é de resto avara em informações sobre o carácter militar de certos Cosmos soviéticos. Nela podemos tomar conhecimento do êxito ou do fracasso das missões dos satélites «destrutivos», lançados contra alvos que, de momento, se localizam no mesmo campo. O ano passado foi mesmo afirmado que satélites de observação americanos foram «cegados» pelos soviéticos. No momento em que em França alguns começam a reclamar o fabrico de satélites militares «nacionais» muito fica por dizer de um aspecto tantas vezes ignorado dos programas espaciais americanos.

O lançamento dum satélite inabitado já não atrai a atenção de ninguém. Quem sabe que nos últimos vinte anos foram enviados para o espaço uma média de dois objectos por semana?

No prazo de dez anos, os voos científicos habitados serão por sua vez, graças à nave espacial, acontecimentos banais. Certamente festejaremos dignamente o primeiro astronauta europeu e ainda mais o primeiro astronauta francês. Mas estara aí o essencial da corrida espacial?

Le Monde

Descrição sucinta da nave de "vai vem"

Prevista para ir e voltar umas cem vezes no espaço, a **navette** espacial será composta, nas suas partidas da terra, por quatro partes principais:

O **órbiter**, que é o engenho central habitado e em cujo paiol serão instalados equipamentos científicos, como o laboratório espacial europeu Spacelab, ou satélites civis ou militares destinados a ser largados no espaço.

Dois foguetões de combustível sólido, fixados ao **orbiter** e que serão largados pouco depois da partida para depois serem recuperados e reutilizados. Estes dois foguetões fornecerão a descolagem um impulso suplementar.

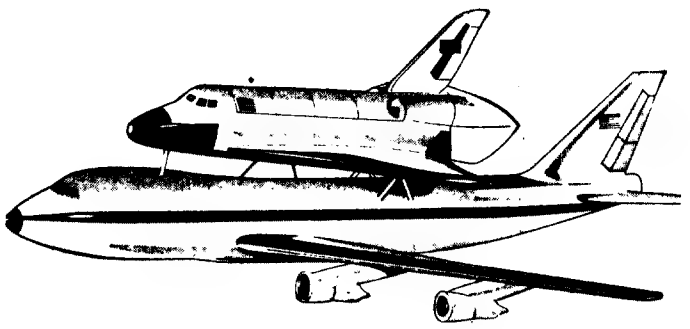
Um imenso reservatório de hidrogénio e oxigénio líquidos que alimentará os principais motores do engenho.

O **orbiter**, no qual podem viajar sete pessoas, tem aproximadamente o tamanho de um DC-9: 37,20 metros de comprimento, 23,80 metros de largura e 67,5 toneladas de peso, quando vazio.

O primeiro exemplar do **orbiter**, baptizado com o nome de **Enterprise**, saiu da fábrica em Setembro passado. Transportado para o centro de investigações de voo de Dryden, em Edwards, Califórnia, foi instalado sobre um Boing-747, especialmente estudado para esse efeito. A 15 de Fevereiro último fez os seus primeiros ensaios móveis em pista.

A 18 de Fevereiro, o **orbiter** subia pela primeira vez, sem equipagem, sempre sobre o 747 Até 2 de Março efectuou cinco voos, sem homens a bordo, em tais condições que um sexto ensaio, que fora previsto, foi considerado inútil.

Nos dias 18 e 28 de Junho, e a 28 de Julho, novos voos cativos se realizaram, sempre com dois homens a bordo. Continuaram a ser testadas as propriedades aerodinâmicas do **orbiter**. Foram utilizadas as direcções e os travões. Por fim,



durante os dois últimos voos, repetiram-se em pormenor as manobras preparativas da partida, colocou-se o trem de aterragem, e verificou-se o bom funcionamento dos sistemas de pilotagem e de aterragem automáticos que, com a ajuda de cinco computadores, formam a equipagem do engenho.

Estão previstos oito destes voos. Em Março de 1978, o **Enterprise** deverá ser transportado, sempre com a ajuda do 747, para o centro espacial Marshall, em Alabama, a fim de aí ser submetido, justamente com o seu reservatório e os seus foguetões, a experiências de vibração no solo.

(c Le Monde)

Em ALBUFEIRA, o DIÁRIO DE LISBOA encontra-se à venda no Largo Eng.º Duarte Pacheco (António Santos Labisa)

PUB

PORTUFRETE

RELATORIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:
Senhores Accionistas,
Para cumprimento do que a lei manda vimos apresentar o nosso relatório e contas referentes ao ano de 1976.
A situação que se apresentava em 1975 manteve-se em 1976 com a agravante dos transportes para Angola e Moçambique terem diminuido substancialmente.
Assim, verificou-se que as despesas resultantes da nossa actividade não foram cobertas pelas receitas correspondentes à nossa actividade, mas tendo em consideração as condições actuais do nosso mercado e a diminuição dos nosso encargos, espera-se que em 1977 os resultados sejam positivos.
Durante o ano de 1976 continuamos os nossos contactos com "brokers" estrangeiros e é com prazer que registamos o grau de consideração em que são tidos os nossos colaboradores.
Durante o exercício de 1976 o nosso Administrador-Delegado, Sr. Rolf Reksten, apresentou-nos o seu pedido de demissão, com efeitos a partir de 28 de Fevereiro de 1977, facto este que lamentamos sinceramente. O Sr. Rolf Reksten esteve ao serviço da empresa desde a sua fundação e a ele se fica a dever, em grande parte, o prestígio da nossa Companhia no estrangeiro.
Finalmente, e no que se refere ao prejuizo do exercício, propoe-se que o saldo negativo apresentado seja transferido para o resultado do exercício do ano seguinte.
Lisboa, 19 de Maio de 1977.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1976

A C T I V O

EXIGIVEL

Bancos	177.403$70	
Credores diversos	338.658$60	
Contas a pagar	911.899$80	1.427 961$90
Total do Passivo		1 427 961$90

SITUAÇÃO LIQUIDA ACTIVA

INICIAL		
Capital		1 000.000$00
ADQUIRIDA		
Reserva Legal	63.175$30	63.175$30
Total da situação líquida activa		1.063.175$30
Total		2.491.137$20

SITUAÇÃO LIQUIDA PASSIVA

Resultados dos exercícios anteriores	377.657$20	
Resultado do Exercício (Prejuízo)	714 728$66	
Total da Situação líquida passiva		1.092.386$10
Total		2.491.137$20

CONTAS DE ORDEM

Comissões a regularizar	5.723.330$60

O Técnico de Contas — A Administração

DESENVOLVIMENTO DA CONTA DE LUCROS E PERDAS
DO EXERCICIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1976.

	Custos	Proveitos
Corretagens e Comissões		5.679.885$30
Gastos Gerais Administrativos	5.554.342$86	
Contribuição Industrial 1975	309.063$00	
1976	172 845$00	
Imposto Complementar 1974	42.283$60	
1975	104 385$00	
1976	148.834$00	
Outros Impostos		
Imposto Complementar 1974 (pessoal)	53 876$10	
Imposto Incêndio	953$00	
	6 394.613$96	5.679.885$30
Prejuizo do Exercício		714.728$66
	6 394.613$96	6.394.613$96

O Técnico de Contas — A Administração

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas,
De acordo com a Lei e os Estatutos, vem este Conselho Fiscal apresentar o seu parecer sobre o relatório, balanço e contas do Conselho de Administração relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1976.
Ao abrigo do artº 13º do Decreto-Lei nº 49.381, o Conselho Fiscal contou com a assistência da firma de auditores Coopers & Lybrand no exame às contas do exercício.
Em consequência da execução das funções pelas quais o Conselho Fiscal é responsável, propõe a V. Exas.:
- Que aproveis o relatório, balanço e contas do exercício de 1976, tomando em consideração o parecer constante do relatório dos referidos auditores.

Lisboa, 19 de Maio de 1977.

O CONSELHO FISCAL
(Fiscal Único)

Samora Machel atacando os países ocidentais (como a França, por exemplo) que fornecem armas aos rodesianos

ÁFRICA: FRACASSO DA "APROXIMAÇÃO" FRANCESA

De Guiringaud abandona a Tanzânia devido às críticas à política colaboracionista de Paris

Louis de Guiringaud, ministro dos Negócios Estrangeiros da França, que desde há dias vem visitando os Estados progressistas africanos, defendendo teses de aproximação e ouvindo críticas duras (como, por exemplo, a de Samora Machel), sofreu um grave desaire quando pôs os pés na Tanzânia. Ao desembarcar no aeroporto de Dares-Salam para uma visita de três dias, foi vaiado por cerca de duzentos estudantes universitários, que protestavam contra as vendas de armas francesas à África do Sul. «Se não puder pôr cobro a isto, terminarei imediatamente a minha visita» — bradou ao seu anfitrião, o ministro dos Negócios Estrangeiros tanzaniano Benjamin Mkapa. Após dez minutos de discussão entre os dois ministros, Guiringaud acedeu a abandonar a sala dos «Vips» e a tomar lugar no automóvel que o levaria à cidade.

Os estudantes empunhavam cartazes em inglês e francês com dizeres como: «França, deixa de armar o pior inimogo da África», «França, fora da África», «O povo francês é contra o racismo». «Fim à colaboração», etc.

Faziam-se também ouvir canções revolucionárias africanas.

Pormenorizando: quando Guiringaud desceu do avião, os estudantes romperam os cordões da Polícia e adiantaram-se até cerca de 75 metros do aparelho, onde estacaram. O ministro francês foi cumprimentado por Mkapa com um polido aperto de mão. Quando a comitiva francesa se dirigia para a sala dos «Vips», os manifestantes bloqueaaram por breves momentos o caminho. Do interior da sala, eram perfeitamente audíveis as palavras de ordem dos estudantes. Quando Mkapa solicitou a Guiringaud que respondesse às perguntas dos representantes da Imprensa, o ministro francês declarou em tom vivo:

. «Primeiro mande essa gente embora».

Depois, apontando um dedo acusador ao ministro tanzaniano, acrescentou:

. «É de sua responsabilidade. Já visitei três países africanos e esta é a primeira vez que recebo um tal acolhimento».

Quando Mkapa, lhe lembrou que a Imprensa estava presente, ripostou:

. «Precisamente. Quero dizer à Imprensa que sou um representante da França. Nunca fui recebido assim em nenhuma parte».

Quando por fim, assomou à porta da sala dos «Vips», os estudantes acolheram-no com gritos de «Vai-te embora!» e Guiringaud assim fez: chegou esta manhã a Paris.

REACÇÃO DA IMPRENSA PARISIENSE

Os jornais parisienses escrevem que a missão do ministro dos Negócios Estrangeiros à Africa Oriental e Central terminou por um fracasso.

Um fracasso que é qualificado pelo «Quotidien de Paris» (independente de esquerda) como «redundante». Em Dar-Salam, escreve, a França não alcançou o objectivo que se tinha proposto atingir: Penetrar nessa parte de África e travar a maré soviética. A bofetada de Dar-Salam, após a de Maputo, na quarta-feira, terá certamente repercussões na África inteira.

Por seu lado, «Le Matin» (esquerda) escreve que o «chefe da diplomacia francesa já deve perceber hoje em dia que é difícil ter boas relações com a África progressista e manter relações privilegiadas com a África moderada. O nosso país, que provoca as iras de vários governos africanos, não é nem o principal fornecedor de arma à África do Sul, nem o seu principal parceiro económico. Esse papel de bode espiatório, a França deve-o à ambiguidade das suas posições e às suas faltas de tacto».

Para «L'Humanité» (comunista) «o ministro francês dos Negócios Estrangeiros não teve a paciência de escutar até ao fim o comunicado dos estudantes de Dar-Salam, verberando a colaboração com a África joguete dos interesses ocidentais». (Só depois da recusa do ministro francês em os escutar é que os estudantes se manifestaram). Quanto ao jornal «Libération» (extrema-esquerda), «o fracasso da visita deve-se em absoluto à ambiguidade da política francesa em África, nomeadamente na África Austral». (...) «Paris (escreve ainda o jornal) não pode esperar conciliar-se com os países da «linha da frente» enquanto desenvolve uma política de cooperação com a Rodésia».

Para já, o Qui d'Orsay mantém-se silencioso. Ignora-se, em suma, se haverá rompimento diplomático, entre os dois países. Uma coisa, no entanto, é certa: as autoridades tanzanianas «recusam-se a pedir desculpas ou a divulgarem uma declaração de pesar» (isso segundo Guiringaud).

A BOFETADA DE MAPUTO

Por sua vez, o influente jornal «Le Monde» escreve hoje que se o general De Gaulle ainda fosse vivo e presidente da França, teria chamado imediatamente o ministros dos Negócios Estrangeiros, quando, este, no Maputo, foi alvo de duras críticas por parte de Samora Machel. «Bofetada inqualificável» — escreve.

Palavras de Samora que «le Monde» relembra:

. «A França tomou o partido do crime em África. Bom seria que se arrependesse imediatamente de tal. Não faz sentido nenhum que armas francesas empunhadas pelos rodesianos, ataquem as nossas populações fronteiriças».

Segundo ultimas notícias procedentes de Dar-es-Salam, o ministro francês, depois da manifestação no aeroporto, chegou ao hotel de luxo que lhe estava destinado («Kilimanjaro»), mas não compareceu à reunião antecipadamente programada com Mkapa. Em vez disso enviou um delegado que exigiu o pedido de desculpa do Governo tanzaniano.

Quando a exigência foi recusada, o enviado regressou ao hotel e pouco tempo depois deslocou-se ao ministério com o pedido de uma declaração de «pesar».

Isto também foi recusado, e, pouco depois, o Governo tanzaniano anunciou o termo da visita.

O curto comunicado oficial não esclarece se De Guiringaud cancelou a visita unilateralmente ou por consentimento mútuo.

O comunicado acrescenta que a exigência de desculpas era «absolutamente inaceitável».

Sabe-se ainda que quem acompanhou o ministro francês ao avião que o levaria a Paris, foi Mkapa. Depois do avião ter largado, Mkapa disse aos jornalistas: «Não percebo porque motivo De Guemigaud se exaltou. O que aconteceu aqui, acontece muitas vezes em França».

Assim terminou (pelo menos para já) a visita de aproximação francesa à África progressista. Ainda Samora, quando do banquete oferecido a Guiringaud: «Ou se está com a justiça, ou se finge estar com a justiça. As duas coisas ao mesmo tempo é impossível.»

INGLATERRA

Vitória trabalhista em Birmingham

O Partido Trabalhista, que ocupa o Poder na Grã-Bretanha, defronta uma onda de violência de extremistas políticos, obteve hoje uma vitória eleitoral surpreendentemente significativa num círculo de Birmingham.

O candidato trabalhista John Sever manteve facilmente para o seu partido o círculo de Ladywood, gorando desafios, tanto de extremistas da esquerda como da direita, assim como do partido Conservador, da oposição.

Contudo, a Frente Nacional da extrema direita, embora conseguisse apenas obter seis por cento dos sufrágios pôde assegurar o terceiro lugar na eleição, logo a seguir aos candidatos trabalhist e conservador. Os liberais, que ocuparam durante breve tempo o lugar, no fim dos anos 60, tiveram de se contentar em ficar na quarta posição.

A campanha eleitoral teve a caracterizá-la um comício da Frente Nacional, interrompido por simpatizantes do partido dos Trabalhadores Socialistas (trotskysta).

Julgou-se possível que o apelo da Frente Nacional para repatriação maciça de imigrantesedosseusdescendentes(que abrangem cerca de 40 por cento do eleitorado de Ladywood), levaria o partido a ganhar mais de 10 por cento dos sufrágios, o que aconteceria pela primeira vez em qualquer círculo parlamentar.

Pensou-se também que a posição dos trabalhistas se achava ameaçada por apelos feitos por dirigentes dos imigrantes a eleitores asiáticos para não apoiarem o «labour», mas muitas das pessoas que afluiram ontem às urnas eram asiáticas e grande número delas continuou a votar trabalhistas.

A violência dominou os últimos dias da eleição, ocorrendo até no momento do resultado ser declarado.

Logo que uma funcionária dos serviços eleitorais disse estar prestes a fornecer o número de votos do candidato da Frente Nacional, registaram-se manifestações dentro do centro de contagem a favor do candidato desse partido e foram presas quatro pessoas.

O Partido dos Trabalhadores Socialistas, que tem sido a ponta de lança da campanha contra a Frente Nacional, nas últimas semanas, obteve apenas 152 votos menos de um por cento dos sufrágios.

Para o Partido Trabalhista foi uma noite feliz.

O resultado significa que os trabalhistas dispõem agora de 310 lugares na Câmara dos Comuns, os conservadores, de 279 e os Liberais, 13. Quatro outros pertencem a funcionários parlamentares sem direito a voto, enquanto deputados galeses, escoceses da Irlanda do Norte e independentes ocupam os restantes dos 635 lugares, com excepção de um, que se encontra vago.

Entretanto foi anunciado em Londres que o primeiro-ministro britânico, James Callaghan, travará conversações com o chanceler Helmut Schmidt da República Federal Alemã, em Bona, em 9 e 10 de Setembro, sobre relações entre o Leste e o Oeste, segurança europeia e problemas económicos mundiais.

EUA

Colaborador do presidente suspeito de corrupção

Lance

Robert Lance, director do Orçamento dos EUA, e amigo íntimo do presidente Carter, está a causar sérios problemas a esta Administração, que se queria incorrupta após o descalabro do segundo mandato de Nixon. As operações financeiras de Lance suscitaram sérias dúvidas, de modo que foi ordenado um inquérito. A Comissão Senatorial que se desincumbiu dessa tarefa concluiu pela inocência de Lance. Isso não impede, porém, que as autoridades administrativas prossigam as suas investigações acerca de certas operações financeiras levadas a cabo por Lance quando era director do Banco Nacional da Geórgia. Lance garante que não cometeu nada de ilegal.

Porém, como nota Henri Pierra, em «Le Monde», Lance geria os seus negócios de «modo dinâmico», não se atrapalhando com escrúpulos exagerados para jogar com a sua influência política e as suas relações, tirando partido de todas as ambiguidades da lei vigente para realizar transacções vantajosas, mas equívocas, ainda que, tecnicamente falando, não ferissem a lei.

O antigo banqueiro da Geórgia, amigo de longa data de Carter, passa por ser o seu conselheiro pessoal mais ouvido em matéria económica, o instigador da política de conservadorismo fiscal do Governo e é denunciado pelos sindicatos e pelos democratas liberais.

Numerosos observadores pensam que ele deverá pedir brevemente a demissão. Ao anunciar na semana passada que, doravante e enquanto decorresse o inquérito, se absteria de qualquer comentário público ou privado sobre as actividades passadas de Lance, o presidente Carter pô-lo incontestavelmente à distância.

COLONATOS JUDAICOS

Carter e Waldheim criticam Israel

O Departamento de Estado norte-americano condenou ontem (quinta-feira) simultaneamente a criação de novas colónias judaicas de povoamento na Cisjordânia e a extensão a este território dos serviços públicos existentes em Israel.

Referindo-se a este último aspecto, o Departameno de Estado afirmou, em comunicado, que «esta decisão dá a impressão de ocupação permanente de territórios que passaram para controlo israelita quando da guerra de Junho de 1967, o que não se pode considerar positivo».

Também o Governo britânico manifestou ontem (quinta-feira) a sua «inquietação» devido à decisão do Governo israelita de autorizar a criação de novas colónias de povoamento na Cisjordânia, e anunciou a intenção de abordar o problema com o Governo de Israel, segundo revelou um porta-voz do «Foreign Office».

Por sua vez, o secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim qualificou de «infeliz» a decisão israelita de legalizar outras três colónias já existentes e disse que isso só podia prejudicar as diligências em curso para reiniciar o processo negociador sobre o Médio Oriente.

O secretário-geral da ONU recorda a declaração formulada pelo presidente do Conselho de Segurança, no dia 11 de Novembro do ano passado, que reflectia o consenso dos seus 15 membros, solicitando a Israel que se abstivesse de toda a iniciativa nos territórios ocupados que pudesse retardar o reinício da Conferência de Genebra para a paz no Médio Oriente.

A declaração de Waldheim coincide com outra, de conteúdo semelhante, do presidente norte-americano Jimmy Carter, contida numa carta que enviou ao primeiro-ministro israelita, Menhahen Begin.

REACÇÕES ÁRABES

O Egipto considera os planos de Israel de criar mais três colonatos judaicos na margem ocidental ocupada do Jordão como «uma escalada e agressão sérias contra os direitos legítimos dos árabes», afirma hoje o semioficioso «Al-Ahram».

O ministro egípcio dos Negócios Estrangeiros, Ismail Fahmi anunciou que o Egipto efectuaria consultas com partes árabes envolvidas, incluindo a Organização de Libertação da Palestina, sobre a decisão israelita.

Fahmi convidou embaixadores europeus ocidentais a encontrarem-se com ele, na segunda-feira, para se discutir a medida e informá-los sobre o resultado da recente visita ao Médio Oriente do secretário norte-americano de Estado, Cyrus Vance, acrescenta o jornal.

Por sua vez, o Comité Executivo da Organização de Libertação da Palestina (OLP) condenou ontem firmemente a política norte-americana para o Médio Oriente e disse ir incrementar a actividade guerrilheira para contrariar a autorização israelita anunciada na quarta-feira passada para a instalação de três novos colonatos nos territórios árabes ocupados.

Finalmente, o general Hafez El Assad, da República Síria, reafirmou na quinta-feira em Damasco que uma «paz justa» não poderá efectivar-se no Médio Oriente sem a retirada israelita dos territórios árabes ocupados e a restauração dos direitos do povo palestiniano.

O "Rei do Rock" foi a enterrar

Elvis Presley ficou sepultado ontem a tarde no cemitério de Forest Hills, na Avenida Elvis Presley em Memphis. O cantor descansará ali num mausoléu de mármore cor-de-rosa perto da campa de sua mãe.

À cerimónia assistiram cinco dezenas de pessoas a família e raros amigos do artista, além de personalidades como John Wayne, Burt Reynolds, Jack Walch.

O préstito compreendia o carro fúnebre, todo branco, e quinze «Cadillacs» identicamente brancos, a cor preferida pelo «Rei do Rock».

Este repousava no seu pesado caixão de cobre e aço (à volta de 500 quilos segundo constai com um fato branco e camisa e gravata azuis, o último presente de Natal de seu pai.

O dia de ontem foi declarado de luto oficial nos Estados do Tennesse e do Mississipi. Em Memphis toda a gente se sentia atingida pela morte do cantor «primeiro filho adoptivo da cidade» com quem todos diziam ter relações familiares ou de amizade.

Durante a concentração em frente da casa do cantor, quando uma densa multidão aguardava a saída do féretro, um automóvel investiu sobre aquela massa humana, matando duas mulheres e ferindo outras quatro pessoas. O condutor do carro e os três passageiros foram presos.

OBEM AS VENDAS

Regressou-se à década de 50 no que respeita a vendas de discos de Elvis Presley.

Em todos os Estados Unidos os seus admiradores esvaziaram as discotecas de todos os albuns do falecido cançonetista.

A RCA companhia para a qual Elvis Presley gravava ha mais de 20 anos, declarou que o efeito da sua morte sobre os seus milhões de admiradores, criou um fenómeno sem precedentes nos anais da indústria do disco.

A companhia está a fazer todos os esforços para pôr à venda número suficiente de discos que satisfaçam a procura. À RCA recebeu encomendas de albuns de Presley no valor de 11 milhões de dólares nos últimos dois dias.

O "Carocha" vai desaparecer

Causou profunda preocupação em São Paulo (Brasil) a notícia chegada da República Federal Alemã de que a fábrica Volkswagen deixará de fabricar na Europa o seu modelo económico, o «Carocha».

A fábrica argumenta que o modelo já não interessa nos grandes centros consumidores da Europa e dos Estados Unidos e, assim, só continuará a ser fabricado no Brasil, México e na África.

O «Carocha» (em Portugal), «Fusca» (para os brasileiros), representa 70 por cento dos automóveis que circulam no Brasil onde a Volkswagen é a fábrica automobilística mais importante do país, que já ultrapassou a sua fronteira fabril para se dedicar à compra de grandes extensões de terra na Amazónia, onde se dedica a explorações agro-pecuárias.

Os especialistas brasileiros, que sempre consideraram a firma alemã como «um grande empório multinacional», temem que agora «todas as sobras técnicas alemãs», ao deixar de se produzir o «Carocha», sejam enviadas para o Brasil, aproveitando as franquias alfandegárias de que goza a Volkswagen, sob o pretexto de «renovar o parque industrial».

O «Carocha» será agora o «carro dos povos subdesenvolvidos», comenta-se no Brasil.

MADRID

"Bichas" enormes para comprar pão

Donas de casa fizeram hoje «bichas» à porta das padarias para comprar os primeiros pães feitos nesses estabelecimentos ocupados por ordem do governo, após a greve de ontem dos padeiros.

Sete padarias recusaram-se a aderir à paralisação e continuaram com o fabrico.

A greve foi de protesto contra a prisão de oito padeiros, incluindo o presidente da Associação Nacional da Classe, que reduziram o tamanho dos pães, após o governo se negar a autorizar aumentos de preços.

Em algumas padarias, a polícia teve de intervir para manter a ordem nas «bichas».

O trabalho nas padarias está a ser feito pelo pessoal normal. O alcaide de Madrid, Juan José Roson, disse que apenas pediria a intervenção do exército como último recurso.

Entretanto, os 1300 lixeiros de Madrid, que se puseram em greve na quarta-feira para reclamar a instalação de relógios de ponto, retomaram o trabalho na noite de quinta para sexta-feira depois de ter sido atendida a sua pretensão.

Com efeito, a empresa concessionária da recolha do lixo na capital espanhola, fez um acordo verbal com os representantes dos lixeiros.

De madrugada, setenta carros do lixo recomeçaram a percorrer as ruas da cidade.

McGovern a caminho de Moscovo

. O senador democrata americano, George Mac Govern, deixou Varsóvia a caminho de Moscovo, última escala da sua viagem pelos países da Europa de Leste, que já o levou à Jugoslávia, à Hungria e à Polónia. Falando à Imprensa no aeroporto, o ex-candidato à presidência dos Estados Unidos revelou que a Polónia deseja comprar cinco milhões de toneladas de cereais ao seu país este ano. Segundo o senador do Dakota do Sul, os Estados Unidos que dispõem de importantes reservas de grão do ano passado e que prevêem boa colheita este ano, estão interessados no pedido polaco.

Philip Agee chegou à Bélgica

Phillipe Agee, antigo membro da CIA expulso de França chegou ontem à noite a Turnai (Bélgica), segundo informou o serviço social belga para estrangeiros.

O seu advogado em Paris quer recorrer junto ao Tribunal Administrativo daquela cidade, da sentença de expulsão.

Soube-se, entretanto, que Philip Agee está a preparar a publicação de uma obra onde fará inportantes revelações sobre as operações da CIA na Europa Ocidental.

Eleições na Austrália?

Ante a crescente pressão que está a ser exercida sobre o governo do primeiro-ministro Malcolm Fraser, devido á sua alegada incapacidade de travar o desemprego galopante, acentuam-se as perspectivas de eleições legislativas antecipadas na Austrália.

Críticos de todas as tonalidades políticas consideram que as propostas governamentais da terça-feira só irão prepara o fim do ano ou princípios número de desempregados suba, no próximo ano, a cerca de 500.000 — mais de oito por cento da força activa.

Se Fraser confirmar os boatos e anunciar eleições gerais paa o fim do ano ou princípios de 1978, a taxa de desemprego — que aumentou de um por cento, totalizando 337.000 nos últimos doze meses — será, sem dúvida, o tema dominante do debate eleitoral.

Noticiário em colaboração com as agências ANOP, France Presse, Inter Press Service, Novosti, Prensa Latina e Reuter

GITUS 77

FÉRIAS PARA TRABALHADORES

VIAGEM À UNIÃO SOVIÉTICA

«O 7 DE NOVEMBRO»

29 Outubro — 12 dias

MOSCOVO LENINEGRADO — KIEV

Transportes, Visitas, Excursões, Encontros com Trabalhadores. Tudo incluido Esc. 17.390 por pessoa. Consulta-nos, pede programa. Participa.

Rua Victor Cordon n.º 1, 3.º andar — T. 365286

Av. Sidónio Pais, 4-A T. 539871

GONDOMAR

Cinco mil fogos até 1980

PORTO, 19 — Prevê-se que entre em execução ainda este ano um projecto recentemente aprovado pela Câmara Municipal de Gondomar que visa a construção de cinco mil fogos até 1980. A concretização do plano iniciar-se-á no lugar da Gandra, com a edificação de 200 habitações a obra esta que conta com a participação do Fundo de Fomento da Habitação.

NOTA OFICIOSA

Do Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção recebemos a seguinte nota oficiosa, sobre a segunda fase de atribuição de 2500 fogos do programa habitacional.

«1.º No dia 22 de Maio p.p. deu-se início ao lançamento da 1.ª fase de atribuição de fogos do programa habitacional extraordinário do Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção e do Comissariado para os Desalojados, englobando 1917 fogos implantados em 51 concelhos e 14 distritos do continente.

2.º Em cumprimento do programa segue-se a 2.ª fase de atribuição de cerca de 2500 fogos, abrangendo a quase totalidade dos dsitritos do País.

Estes fogos serão atribuídos por concurso, tal como na 1.ª fase de acordo com os critérios previstos no decreto regulamentar 50/77, de 11 de Agosto.

3.º Os fogos atribuídos no regime de propriedade resolúvel mediante o pagamento de 300 prestações mensais que incluem apenas amortização do capital e juros, as quais serão fixadas de acordo com a portaria 377/77, de 22 de Junho.

4.º Os moradores adquirentes poderão optar pelo pagamento de prestações constantes ou prestações crescentes e ficam seguros contra os riscos de vida, invalidez, doença e incêndio.

5.º Oportunamente serão divulgadas, através dos órgãos de comunicação social, os locais e datas de abertura desta 2.ª fase e prestados todos os esclarecimentos considerados necessários.»

MINISTÉRIO RESPONDE À CONFEDERAÇÃO

"Não se espera que os juízos da CIP coincidam com os objectivos do Plano"

«Não se espera que os objectivos propostos pelo Governo para o Plano 77/80 sejam coincidentes com os juízos de valor da CIP», diz o Ministério do Plano e Coordenação Económica numa nota ontem emitida comentando a posição tomada pela Confederação da Indústria face ao chamado diploma das Grandes Opções da Política Económica e Social do Plano, que se encontra para discussão na Assembleia da República.

O MPCE começa por estranhar que a CIP tenha vindo a tomar posição pública sobre a matéria em questão, de preferência a prosseguir um diálogo com o Governo iniciado em Novembro de 76 e prosseguido depois. A seguir admite que a proposta da Confederação seja a do regresso a um «passado recente» («manutenção de baixos salários, aceitação de formação de desigualdades profundas na distribuição dos rendimentos, e realização de lucros através de actividades especulativas não criadoras de riqueza para a comunidade»), e assevera: «Mesmo que seja esta a sua última proposta, é evidente que a orientação do Plano elaborado pelo Governo não tem de se apontar para os mesmos objectivos e métodos».

«O Governo tem de procurar ser coerente com o partido político que representa», diz o MPCE. «E é em relação ao programa de Governo que deve ser aferida a coerência das grandes opções da política económica e social do Plano.»

O ministério responde seguidamente a algumas questões pontuais levantadas pela posição da Confederação e conclui com três esclarecimentos.

Primeiro, diz, «a preocupação de contenção do processo de inflação está expressa na proposta de lei».

Depois, «o objectivo de criação de 200 mil empregos é compatível com a estratégia preconizada (a diferença para uma outra hipótese que figurou em trabalhos preliminares de criação de 400 mil postos de trabalho daí decorrentes deveriam destinar-se à absorção do subemprego existente no sector agrícola e por ter sido necessário proceder à compatibilização do nível geral do emprego com níveis de produtividade global e por sectores)».

Ainda para o MPCE, «não é sustentável a tese de que a um dado tipo de distribuição de recursos ao consumo e ao investimento é um maior ou menor estímulo à iniciativa e ao empreendimento e daí uma maior ou menor propensao a assumir riscos e a desenvolver um esforço produtivo», como pretende a CIP: «A veracidade da afirmação depende, fundamentalmente, da estrutura política e institucional da economia, não estando provada qualquer correlação entre uma pior distribuição de rendimento e um maior nível de investimento. Com efeito, para haver investimento é necessário haver procura e esta, dentro de certos limites, poderá mesmo ficar áquem do nível desejável, quando o rendimento disponível se não reparte equitativamente.»

Noutro passo, o ministério responde ao que parece ser uma das fundamentais objecções da CIP ao Plano: a importância e a definição de limites do sector privado. «Em nenhum dos capítulos do documento sobre as grandes opções do Plano se pôs em causa a importância e a função do sector privado na economia portuguesa», diz. Quanto aos limites o MPCE lembra que eles «estão definidos na Constituição e o Plano apenas se deve preocupar em enquadrar o livre exercício da iniciativa económica privada para que ela se exerça, nos termos constitucionais enquanto instrumento do progresso colectivo».

FOZ DO DOURO

Assembleia de Freguesia instaura inquérito ao presidente da Junta

. PORTO, 19 — A Assembleia da Freguesia da Foz do Douro aprovou ontem à noite uma proposta de abertura de inquérito administrativo à actividade do presidente da Junta, António Ferreira Malta (PS) acusado de ter passado um atestado de residência falso em nome de Rui Veloso, filho do presidente da Câmara Municipal, eng.º Aureliano Veloso.

O autor da proposta eng. Henrique Macedo, considerando embora que o presidente tenha agido de boa-fé, sublinhou que aquela atitude «põe em causa a idoneidade do presidente e a dignidade do poder local e da democracia».

O atestado — a que já tínhamos feito referência destinava-se a averbar a residência do jovem Rui Veloso na área pedagógica do liceu Garcia de Orta, onde ele pretendia fazer proximamente um exame do curso complementar dos liceus. A irregularidade foi notada, tendo havido a partir de então, um certo empolamento político do facto, sobretudo pelos representantes dos partidos à direita do PS-PSD e CDS.

O presidente da Junta reconhecendo a ilegalidade, ao abrigo do Art.º 527 do Código Administrativo afirmou que todavia agiu na melhor das intenções. A propósito apontou outro exemplo, o de um atestado que foi passado ao jornalista MarquesRocha para licença de porte de arma apenas com o carimbo da empresa onde trabalhava sediada fora da área da freguesia. Também este procedimento foi repudiado apesar das justificações de que a empresa — «O Comércio do Porto» — era idónea.

Por fim, após cerca de três horas de discussão, o presidente da Assembleia recusou uma proposta apresentada por um elemento do PS que pretendia a instauração de um processo pela Polícia Judiciária para averiguar qual dos vereadores tinha telefonado para os jornais alertando para a «ilegalidade». Justificando a sua atitude, o presidente afirmou que, como é óbvio qualquer cidadão pode fazer os telefonemas que muito bem entender.

O inquérito administrativo vai ser solicitado ao MAI, através do Governo Civil.

NA FIGUEIRA DA FOZ

Postura camarária de 1902 impede propaganda do PCP

Uma postura camarária de 1902, actualizada em 1923, relativa «a obras e andaimes e obras particulares na via pública», foi o argumento invocado pela Câmara Municpal da Figueira da Foz, — controlada pelo Partido Socialista — para notificar o PCP local no sentido de arrancar cartazes de propaganda colocados em vários pontos da cidade, anunciando um comício com Octávio Pato, a realizar amanhã à noite.

Num comunicado em que toma posição acerca deste facto, a Organização Regional das Beiras do PCP sublinha que «à semelhança do que tem vindo a acontecer em diferentes pontos do País, também nas Beiras se tem assistido a medidas restritivas do exercício das liberdades democráticas, medidas essas que em nada dignificam as estruturas que as tomam e que causam profundo repúdio a todo o nosso povo».

Depois de referir o prazo de 24 horas dado pela Câmara da Figueira da Foz (ou, de contrário, no prazo de 10 dias ter-se-ia que pagar uma multa) para arrancar os cartazes, a DORB do PCP indica que «procedimentos irregulares verificaram-se também em Coimbra quando se procedia à colagem de cartazes da festa do Avante, do Emigrante e do comício na Figueira da Foz».

«Por outo lado, em Seia», prossegue a nota, «o PSD-PPD anuncia num comunicado que a Câmara de Seia se prepara para 'limpar' a cidade utilizando para isso estrangeiros contratados pela Câmara, tendo sido essa 'limpeza' já efectuada, inscrevendo assim mais uma arbitrariedade na já longa lista de atentados às liberdades.»

. O comunicado do PCP cita ainda outros casos ocorridos aquando da discussão da Lei do Arrendamento e da Lei Barreto, e lembra o documento do CC de 31 de Julho, onde se afirma que «a limitação das liberdades e medidas repressivas são inseparáveis da política de recuperação capitalista, agrária e imperialista» e conclui que os comunistas «não renunciarão a nenhuma das liberdades e a nenhum dos direitos consignados na nossa Constituição».

Portugal-Angola

Parte para Luanda no próximo dia 23 uma missão técnica portuguesa que irá estudar problemas relacionados com os funcionários públicos portugueses que ficaram a prestar serviço na República Popular de Angola depois da independência deste país.

A missão estudará ainda problemas referentes à cooperação entre Portugal e Angola.

ESCOLA DE HOTELARIA E TURISMO DE LISBOA

Av. Ant.º Aug. Aguiar, 21-1.º
Telefones: 546806/555185

ANO LECTIVO 1977/78

1 — HOTELARIA

1.1 — CURSOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL
— COZINHA
— ECONOMATO

1.2 — CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO E RECICLAGEM
— ASSISTENTE DE DIRECÇÃO
— RECEPÇÃO E PORTARIA
— CONTABILIDADE (HOTELARIA)
— CONTROLE DE GESTÃO
— MARKETING
— MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS DE HOTEL
— MESA
— COZINHA
— ECONOMATO
— ESCANÇÕES
— BAR
— GOVERNANTE DE ANDARES
— EMPREGADA DE ANDARES

1.3 — CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO
— CAFETARIA, SNACK E SELF-SERVICE

1.4 — CURSOS RÁPIDOS DE ESPECIALIZAÇÃO
— SANDES E CANAPÉS
— SALADAS
— TRINCHADOR
— RECHAUDE

2 — TURISMO

2.1 — CURSOS DE ACTUALIZAÇÃO E RECICLAGEM
— MARKETING
— AGÊNCIAS DE VIAGENS
— INFORMAÇÃO TURÍSTICA

2.2 — CURSOS RÁPIDOS DE ESPECIALIZAÇÃO
— MARKETING
— TARIFAS
— I.T. TOURS
— CARGA
— RESERVAS

3 — GRUPOS DE DINAMIZAÇÃO DE GRUPOS E RELAÇÕES HUMANAS

— DOIS CURSOS PARA HOTELARIA E TURISMO

4 — CURSOS DE LÍNGUAS

— FRANCÊS
— INGLÊS
— ALEMÃO

NOTA: As inscrições encontram-se abertas para todos os profissionais de Hotelaria, Restauração e Similares e podem ser feitas na Secretaria da Escola de 2.ª a 6.ª das 09.00 às 12.00 e das 13.30 às 17.30 horas.

Aproveitamos para informar que, por ofício recebido nesta Escola, fomos informados pelo Centro Nacional de Formação Turística e Hoteleira, por despacho do sr. secretário de Estado do Turismo, que o início das aulas só terá lugar em Novembro e não em Outubro conforme previsto e que este Organismo não aprovou os Cursos de Formação Profissional.

O SECRETARIADO
(António Almeida)

ÁDÓQUE grupo de teatro

APRESENTA

HOJE

As 20.30 e 22.45

AS PIADAS MAIS FRESCAS

DESTE VERÃO MUITO MORNO

Ó CALINAS CALA A BOCA!

UMA REVISTA DE RISO ABERTO

MAIS UM ÊXITO ESPECTACULAR DO GRUPO ÁDÓQUE

MATINÉE no DOMINGO (18 horas). Não ac. m/18 anos
SEGUNDA-FEIRA : FOLGA

Em S. PEDRO DE MUEL o DIÁRIO DE LISBOA vende-se no CAFÉ CENTRAL

Canal da Crítica

MÁRIO CASTRIM

RAMIRO CORREIA? O ALVO É OUTRO...

Ontem consegui sofrear a minha indignação. Temi ser injusto por antecipação. Quem anda no ofício sabe como as coisas acontecem: a notícia apanha-nos de surpresa, o tratamento sai defeituoso, mas depois recupera-se, a notícia enriquece-se de pormenores, aprofunda-se no seu significado.

Pensei que pudesse ter acontecido assim, antes de ontem. Não, não era possível que a morte de Ramiro Correia merecesse apenas aquele tratamento frio, gelado, na voz em gume do Balsinha, ao longo de... 50 segundos. Exactamente na mesma emissão em que o Telejornal dedicava à morte de Elvis Presley nada menos de *seis* minutos — com direito a notícia, a comentário especializado, a reportagem viva, dinâmica, apaixonante...

Não era possível. A reacção instalada nos telejornais não chegaria a tanto. Há certas aparências, com os diabos, a salvaguardar. Certamente apanhado de chofre, o Departamento de Informação guardaria para mais tarde, guardaria para o dia seguinte, referência mais circunstanciada. Mais à altura da morte de um capitão de Abril.

MAGALHÃES MOTA: ESTRELA NO CAMPO PEQUENO

Esperei que passasse o Robinson Crusoe, esperei que passasse a conversa de Noronha Feio com o dr. Aníbal Costa e seus dois companheiros a respeito do *doping*, esperei que passasse a curiosíssima emissão da *operação Mag-oito*, onde a fantasia, o espectáculo e certos aspectos da actividade artística se ligam para prender a atenção dos jovens à arte ao seu alcance. A emissão ficou valorizada com a presença de Francisco Esteves e António Dias — e não se compreende como uma televisão tão pobre como a nossa possa passar-se sem a colaboração regular daqueles dois homens. Mistério!

. Esperei pelo primeiro *Telejornal*. A respeito do comandante Ramiro Correia, nem palavra. Como se nada tivesse acontecido...

Decidi-me a aguardar o último Telejornal, sei lá, não seria já muito certo, mas enfim, do mal o menos. E nesta espera se passou a *Gabriela* e a águia de *O Homem e a Terra*, a águia que, apesar da sua ferocidade é uma boa esposa e uma boa mãe, não desfazendo. Também se passaram as imagens para encher tempo de Roberta Flack, essa voz que é um notável instrumento, obsessiva, longos, longos minutos a perguntar onde estivera o seu amor no Inverno passado.

Decidi-me inclusivamente a gramar toda a primeira parte da corrida de toiros no Campo Pequeno onde a principal figura adivinhem quem foi...

Qual José Júlio, qual Mestre Baptista, qual carapuça! A principal figura da festa tauri-na foi Magalhães Mota apanhado nada menos de *sete vezes* pelas câmaras da reportagem!

Tive ainda de aguentar a *múmia do Norte*, Nuno Brás, símbolo de tudo quanto não é televisivo, ou seja: o próprio símbolo da RTP.

Finalmente, o *Telejornal*. E novamente o silêncio, a indiferença, o ostensivo e descarado esquecimento. Nem uma palavra sobre Ramiro Correia.

OS 55 SEGUNDOS E OS SEIS MINUTOS

Algumas pessoas não querem ainda admitir, às boas, que se deu em Portugal um dia chamado *25 de Abril* e que esse *25 de Abril* foi mesmo uma revolução, pois seria o passo decisivo para liquidar o fascismo, o regime terrorista do poder nas mãos dos monopólios. Algumas pessoas, saudosistas do passado escuro, ou projectistas de um futuro talvez mais negro ainda, não gostam portanto dos capitães de Abril e tudo fazem para diminuir, para anuviar a sua imagem face ao Povo Português.

O movimento para anular esta imagem não é recente. Recordemos a formidável campanha para que os militares regressassem aos quartéis (que é como quem diz: para que Abril regressasse ao calendário...) recordemos aquele comício do PS em S. Pedro de Alcântara quando se gritava: «O povo não está com o MFA...» Recordemos os ferozes ataques que prosseguem na actualidade) a outros membros do MFA e cuja finalidade de destruição de Abril está bem à vista.

O comportamento da Televisão portuguesa integra-se nitidamente nesse objectivo. Não é por acaso que se concedem algumas poucas palavras frias, desumanizadas, à morte de um capitão de Abril. Não é por acaso que a Televisão portuguesa favorece escandalosamente os partidos da direita, orienta uma informação e uma programação contrárias ao que obriga a própria Constituição Portuguesa, põe à disposição do Povo Português um produto de péssima qualidade, dá a imagem do reino implacável da incompetência. Não é por acaso que o capitão de Abril Ramiro Correia vale 50 segundos e o Elvis Presley vale *seis* minuto.

TV OPTA PELA REACÇÃO

O internacionalismo, o amor pela liberdade de todos os povos do mundo e a capacidade de a defender, não se verifica só quando se empunha uma metralhadora, quando se entra na guerrilha.

Como o imperialismo não se manifesta apenas pela exploração dos outros povos, pelo seu empobrecimento, pela criminalidade que introduz, pela corrupção que incentiva, pela droga com que envenena e destrói.

O comandante Ramiro Correia servia o internacionalismo com o seu trabalho de médico Elvis Presley servia o imperialismo pela manipulação da juventude segundo a ideologia e os interesses do imperialismo.

O comandante Ramiro Correia internacionalista combatente, através do seu trabalho, pela **liberdade de Moçambique teve 50 segundos na Televisão portuguesa; Presley, símbolo de** uma civilização podre desde a raiz, teve a enormidade de *seis* minutos na mesma televisão.

A RTP fez a sua opção clara. Pergunta-se:

. Onde estamos: em Portugal ou nos Estados Unidos?

. Onde se projecta o nome de Portugal: nos Estados Unidos ou em Moçambique?

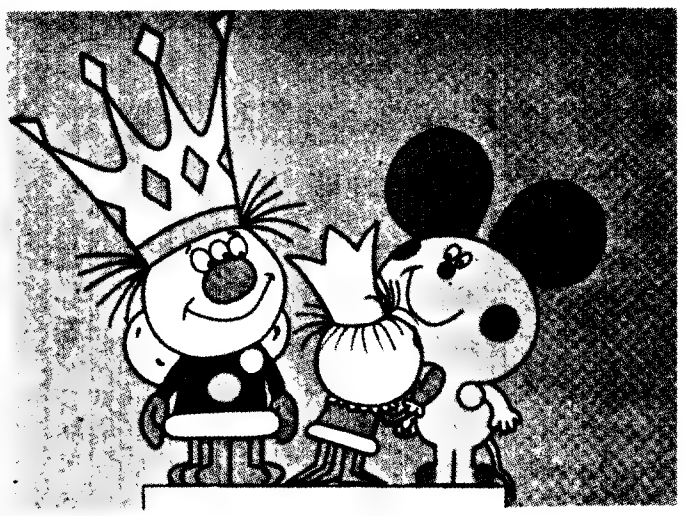
. Quem mais significa para o nosso próprio combate: Ramiro Correia ou Presley?

. Ninguém tenha a menor dúvida: o comportamento da Televisão portuguesa é um comportamento reaccionário, é uma cedência às forças mais reaccionárias do País, é um acto de hostilidade ao 25 de Abril e às suas conquistas, é uma ofensa aos homens que, como Ramiro Correia, derrubaram a ditadura e desejaram uma democracia social e não uma democracia formal, uma República de mangas arregaçadas e não uma «República» de colarinhos engomados.

Há muito tempo já vem a Televisão portuguesa a resvalar para o campo bem definido da antidemocracia. O nosso povo já traduz televisão por telereacção. Os ataques ao 25 de Abril assumem as mais variadas formas. Curiosamente, (simbolicamente?) as imagens e as vozes que mais entram hoje em nossas casas são as que, na nossa memória, mais se relacionam com o 24 de Abril...

O que acaba de suceder com a notícia da morte do comandante Ramiro Correia tem, e não o duvide ninguém, um alcance mais vasto. Não se fez, não, pontaria baixa: fez-se pontaria ao coração.

Hoje



Bonecos

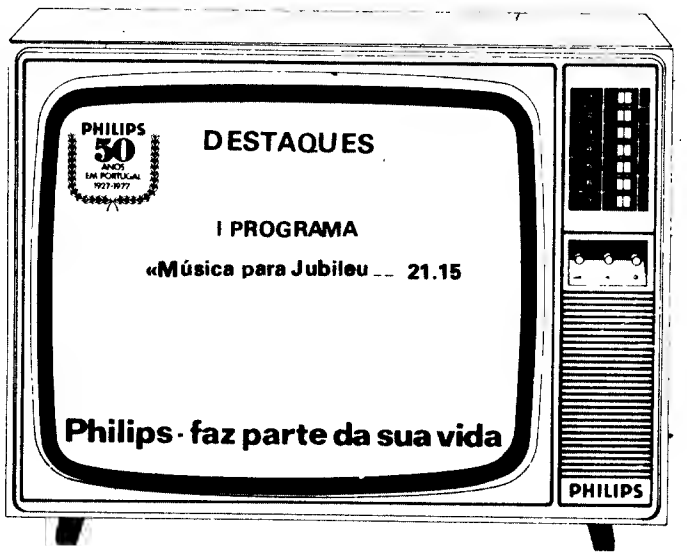
1.º PROGRAMA

18.30 Abertura
18.32 Telejornal — 1.ª edição
18.35 Bonecos
18.55 Abre-te Sésamo
19.30 A ideia e a imagem
20.00 Telejornal — 2.ª edição
20.35 Gabriela
21.10 Boletim Meteorológico
21.15 Música para o Jubileu
22.35 Volta a Portugal em Bicicleta
23.50 Telejornal — 3.ª edição
23.05 Fecho

TUDOR
BATERIAS · PILHAS

2.º PROGRAMA

21.00 Abertura
21.03 Telejornal — 2.ª edição
21.30 Gabriela
22.05 Histórias da Música
22.30 Histórias Insólitas
23.20 Fecho



Amanhã

14.00: Abertura; **14.02**: Telejornal; **14.15**: Ida e Volta; **14.45**: O Povo e a Música; **15.10**: Os Melchiores; **15.35**: Animação; **16.00**: Os Waltons; **16.55**: Telejornal; **17.00**: Jogos sem Fronteiras; **18.30**: Magazine; **19.30**: Espaço 1999; **20.30**: Telejornal; **21.05**: Boletim Metereológico; **21.10**: A Feira; **22.30**: Volta a Portugal em Bicicleta; **22.50**: Telejornal; **23.05**: Sábado Especial; **00.25**: Fecho.

2.º Programa

21.00: Abertura; **21.02**: Gabriela; **21.35**: Telejornal; **22.10**: Teatro; **23.20**: Fecho.

Academia Almadense
Telefone 2752127

ANTÓNIO ANJOS
no compère
na divertida mini-Revista de
JOSÉ VIANA
Atira o Barrete ao Ar!
com
VIANA — DULCE — DORA
e pela 1.ª vez neste género
ROGÉRIO PAULO
Sensacional ÊXITO da Cooperativa Teatro Popular de ALMADA
Às 21.30 - Aos domingos também às 16 horas
BILHETES NA ABEP

teatro do bairro alto

teatro da Cornucópia
Casimiro e Carolina
de Ödön von Horváth
2.º MÊS
HOJE ÀS 21 e 30
SÁBADO ÀS 18 e 21 e 30
DOMINGO SÓ ÀS 18
SUBSÍDIO DA SEC

IRENE ISIDRO
7 MESES EM CENA NO TEATRO LAURA ALVES
NA RUA DA PALMA
TEL. 864756
TODAS AS NOITES ÀS 21,30
MATINÉES: DOMINGOS ÀS 16 h.
ÀS 2.as FEIRAS NÃO HÁ ESPECTÁCULO
UMA COMÉDIA DE
José Vilhena
CALCINHAS AMARELAS
com
IRENE ISIDRO
BARROSO LOPES
MANUELA MARIA
LUIZ HORTA
CARLOS MIGUEL
TEREZA ZILOC
MARIA JOÃO
PAULA LIMÃO
80.000
ESPECTADORES JÁ VIRAM ESTAS CALCINHAS!

TEATRO ABERTO
telefone 77 09 69
P. de ESPANHA Metro - PALHAÇA

teatro da Cornucópia
As Músicas Mágicas
de Catherine Dasté
2.º MÊS
TODOS OS DOMINGOS ÀS 11.30 E QUARTAS ÀS 16
Subsídio da S.E.C

Alteração de Horários
A fim de se conseguir uma exploração mais racional foram alterados os horários de alguns dos comboios que circulavam aos sábados, domingos e feriados.
No que se refere aos dias úteis não houve quaisquer modificações.
A C. P. solicita e recomenda a todos os interessados que se informem, nas estações, das alterações introduzidas.
Caminhos de Ferro Portugueses

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV
SOS - CLÍNICA DE TELEVISÃO
COM RADIO TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA
DESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRATIS — SERVIÇO PERMANENTE
Telefs. 88 27 86 - 89 98 26
Avenida S. João de Deus, 13-B - Rua Macau, 8

Ciclismo juvenil no Estoril

Cerca de três centenas de ciclistas de palmo e meio («batatinhas»), rapazes e raparigas entre os 5 e os 16 anos, disputaram o I Circuito Estoril-Sol, na parte costeira daquela linha. A foto representa o «monte» que largou para a prova, na qual saíram vencedores António Manuel Martins e Carmen Bessa Gomes, respectivamente em rapazes e meninas com cinco anos, João Oliveira Duarte, em «pasteleiras», e também com cinco anos, bem como muitos outros, de acordo com as idades e, por exemplo, Paulo Rua, Miguel Reis, Victor Paulo, Paulo Monteiro dos Santos, Albertina de Jesus, Ana Cristinha dos Santos, Maria Dulce Rodrigues, António Ferreira Venâncio, Borges de Carvalho (Pedro José) e Paulino dos Santos

Associação inglesa convida seleccionador à experiência

Ron Greenwood, uma das mais respeitadas figuras do futebol britânico, foi nomeado treinador da selecção nacional britânica nos próximos três encontros, anunciou a Associação Britânica de Futebol. Greenwood, de 54 anos, técnico da equipa da primeira divisão West Ham, substitui Don Revie, que se demitiu no mês passado, a fim de prosseguir a carreira nos Emiratos Árabes Unidos.

Greenwood treinará a equipa britânica que defronta a Suiça, em encontro amigável, no próximo mês , e a Itália e o Luxemburgo, em duas cruciais partidas de qualificação para o Campeonatao Mundial de Futebol.

A Inglaterra, provavelmente, necessitará de uma convincente vitória sobre a Itália, em casa, em Novembro, para chegar às finais que se disputam na Argentina no próximo ano. Caso a inglaterra se qualifique para as finais do Campeonato Mundial, é quase certo que a Greenwood será oferecido o lugar com carácter permanente.

A nomeação foi bem recebida nos círculos futebolísticos , já que o West Ham se tem mostrado uma equipa com um estilo atractivo nos 16 anos em que Greenwood a treinou, muito embora poucas honras máximas tenha conquistado.

Em 1975, o West Ham venceu a taça da Associação de Futebol (Taça da Inglaterra) e chegou à final da Taça dos Vencedores das Taças na época seguinte, mas, o ano passado, esteve em risco de ser relegado para a Segunda Divisão.

Greenwood conquistou a reputação de se manter afastado da publicidade, e na sequência da demissão de Don Revie, aquele facto pode ter constituído factor para a sua nomeação. Contudo, é provável que a Associação de Futebol tenha ficado mais impressionada com o seu profundo conhecimento do futebel estrangeiro Sob a chefia de Greewood, a Inglaterra poderá adquirir um estilo mais «continental» de jogo que faça reviver o «onze» nacional em declínio desde que foi campeão mundial em 1966.

BASTIA

O Bastia, próximo adversário do Sporting na taça UEFA, foi derrotado pelo Nancy por 3 - 0, em desafio a contar para o campeonato Francês de futebor da Primeira Divisão. Os resultados da jornada foram os seguintes: Nantes, 3 - Nimes, 1; Nancy, 3 - Bastia, 0; Bordéus, 0 - Mónaco, 4; Reims, 0 - St. Étienne, 0; Estrasburgo, 1 - Paris Saint Germain,1; Marselha, 0 - Laval, 1; Valenciennes, 1 - Sochaux, 2; Lyons, 2 - Lens, 0; Nice, 1 - Metz, 1; e Rouen, 2 - Troyes, 1.

Na classificação geral o Bastia encontra-se no penúltimo lugar, com zero pontos (do mesmo modo que o Troyes). O Mónaco e o Lyon, ambos com 6 pontos , seguem na vanguarda.

GUIMARÃES

Menos afortunada que o Sporting, a equipa de Wilson não foi nada feliz na sua estreia, este ano, por terras espanholas, vindo a perder, ontem, no primeiro jogo do Torneio de Gijon, com a equipa local (4-1). No entanto, os vimaranenses chegaram a estar na posição de vencedores, entre os 10 e os 20 minutos da primeira parte, com um golo de Manè. Todavia, o internacional Quini e, depois, Abel e Ferrero (duas vezes) encarregaram-se de dar ao confronto a sua expressão final.

PORTIMONENSE

A equipa de Portimão (e de José Augusto) partiu, ontem, para Gyor, na Hungria, onde participa num torneio internacional quadrangular. Amanhã, mercê dessa distinção, a equipa algarvia defronta o Vasas local. O certame termina no domingo com encontros entre os vencidos, primeiramente, de sábado, e a fechar o torneio, entre os vencedores da jornada inaugural.

RANGERS

O Rangers, da Escócia, derrotou o Young Boys, da Suíça, por 1-0, no encontro da primeira mão da ronda preliminar da Taça Europeia dos Vencedores das Taças. O único tento da partida foi obtido na primeira parte, por Greig. Assistiram ao encontro 30 mil espectadores. A segunda mão disputa-se em Berna dentro de duas semanas.

SPORTING

Uma brincadeira da defensiva leonina (à segunda cai quem quer) acarretou a derrota do «Sporting-de-Paulo-Emílio» (que não esperava tanto da sua equipa!) na final do Torneio Internacional de Vigo. Isso aconteceu aos 38 minutos, quando Marinho aproveitou a «fífia» para se antecipar a Amândio e «fuzilar» Walter. A equipa de Alvalade alinhou: Walter; Artur, Laranjeira, Amândio e Da Costa; Barão (Freire), Fraguito e Vítor Gomes; Baltasar (Manaca); Keita e Manuel Fernandes. Reinaldo, o goleador do Atlético Mineiro, foi rendido. No outro jogo, o Torpedo ganhou, após marcação de grandes penalidades, ao Celta de Vigo (7-6) e classificou-se em terceiro lugar.

PUB

DIÁLOGO SIM MAS DENTRO DOS MECANISMOS DO ACTV/PRT

A TODOS OS TRABALHADORES
DA HOTELARIA
À OPINIÃO PUBLICA

Os Sindicatos de Hotelaria, Restaurantes e Similares do Continente, reunidos em 16 de Agosto para analisar a proposta feita pelos senhores secretários de Estado do Turismo e do Trabalho no passado dia 12 concluiram o seguinte:

1. Que no essencial, a proposta dos senhores secretários de Estado é igual à que as Associações fizeram aos Sindicatos e se recusaram a formalizar por escrito, quando para tal solicitadas, e era a seguinte:

a). Rever a matéria em litígio ou negociar um novo CCT no prazo de 30 dias;
b). As tabelas salariais não estariam em causa, mas algumas cláusulas que se traduzem em encargos, especialmente as que regulamentam a carreira profissional.

2. Que tendo em conta que não foram os Sindicatos mas sim as Associações quem sempre se recusou ao diálogo com os trabalhadores durante todo o processo de negociação contratual, e a continuação de posições provocatórias, agora, depois da publicação da convenção colectiva, mesmo ilegais, por incitamento ao não cumprimento da lei em vigor.

3. Que podendo a questão da «carreira profissional» ser objecto de um estudo negociável imediatamente, dentro dos mecanismos previstos na Convenção, cláusula 135.ª e ao qual os Sindicatos nunca se recusaram, continuando dispostos a iniciá-lo imediatamente, deparando todavia com a dificuldade intransponível da falta de nomeação dos representantes por parte das entidades patronais.

4. Que perante o exposto, os Sindicatos são obrigados a pensar que a táctica das Associações continua a ser a mesma tendo apenas mudado de roupagens e que é a seguinte:

a). Levar-nos àquilo a que tem chamado um diálogo prévio para admitirmos nós próprios o não reconhecimento da convenção;
b). Continuar a protelar o cumprimento do ACTV/PRT e a ganhar tempo que lhes permita obter os resultados dos recursos que fizeram, ou advir duma situação política mais favorável à repressão dos trabalhadores, através dos despedimentos e ao não cumprimento das leis vigentes e da própria Constituição. Desta vez, se aceitássemos a sua proposta as entidades patronais teriam um forte argumento para adiar o cumprimento da PRT, pois se desenrolavam negociações com o Governo e os Sindicatos. Que negociações? Prévias! Sem compromissos... de protelamento. Isto, quando a Convenção em vigor permite resolver aquilo a que os patrões têm vindo a chamar o maior problema para a sua aplicação: a carreira profissional.
c). Levar os Sindicatos a reconhecer, que o ACTV/PRT não é aplicável, não está em vigor e que é susceptível de ser alterado. Posição inversa à que as associações não queiram tomar. Nomear os seus representantes para a Comissão prevista na cláusula 135.ª, reconhecendo assim que a PRT existe, está em vigor e passem a cumpri-la funcionando dentro do seu âmbito.

5. Perante propostas de diálogo com tais características e objectivos, vindas da parte de entidades que ao longo dos 14 meses que durou o processo de revisão do CCTV de 1975, sempre se recusaram a qualquer tipo de diálogo, tendo tido sempre a oportunidade de o fazer dentro de todos os mecanismos legais desencadeados, tanto a instâncias do Governo como dos Sindicatos, declaramos:

a). Neste momento o diálogo com as associações patronais só pode ser um: Cumprimento imediato da legislação do trabalho em vigor;
b). Formação das Comissões Técnicas previstas e início do seu funcionamento imediato, sempre dentro dos mecanismos previstos na Convenção Colectiva, aliás como temos vindo a propor desde a sua publicação tanto ao Ministério do Trabalho como às associações patronais.

6. Finalmente os Sindicatos querem deixar bem claro que não tendo jamais a fuga ao diálogo, honesto e dentro dos mecanismos legais existentes, sido sua, mas sim do patronato, a sua paciência, tem contudo limites. Assim, se quando do próximo pagamento de salários aos trabalhadores não se verificar o cumprimento massivo do ACTV/PRT, será desencadeado o processo de luta necessário para obrigar as empresas renitentes a cumpri-lo, desta vez sem mais adiamentos.

EM LUTA PELO CUMPRIMENTO DO ACTV/PRT
OS TRABALHADORES UNIDOS VENCERÃO

Federação Hotelaria Sul
Federação Hotelaria Norte
Sindicato Hotelaria Sul
Sindicato Hotelaria Faro
Sindicato Hotelaria Porto
Sindicato Hotelaria Coimbra
Sindicato Hotelaria Viana do Castelo
Sindicato Hotelaria Braga
Sindicato Hotelaria Viseu
Sindicato Hotelaria Aveiro

LÁ FORA

FRISCHKNECHT

Paulo Frischknecht classificou-se em sexto lugar, com 59,98 segundos, na série dois dos 100 metros mariposa masculinos dos Campeonatos Europeus de Natação. Venceu a série o britânico Jon Mills, com 56.27. Entretanto, Sergei Russin (URSS) bateu o recorde da Europa dos 400 m livres, com 3.54.83. O antigo recorde (3.55.76) pertencia a Vladimir Raskatdu (URSS), desde os Jogos de Montreal. Com um total de 16 medalhas, entre as quais 8 de oiro, a Alemanha Democratica lidera o 14.º «Europeu» de natação que se está a disputar em Jonkoping, na Suécia. Seguem-se-lhe a Alemanha Federal com 10 medalhas (5 de oiro), e a União Soviética, com 12, sendo 4 de oiro.

«RECORDS»

Rui Abreu bateu o recorde português dos 400 metros livres, com 4.12,3, ao classificar-se em 7.º lugar nos «europeus» de Jonkoeping, nos quais somos um dos 25 países participantes. No entanto, na prova seguinte, esse recorde nacional baixaria para 4.11,10 por obra e mérito de Frischknecht. Venceram as respectivas séries Riner Strohbach, Frank Futze, Borut Petric e Frank Vennman, em homens, Arsen Niskarov, também em homens, mas nos 200 metros bruços, e Olga Klevakinha (400 metros mistos, senhoras) e Sharron Davies, da Grã-Bretanha, na segunda série da prova. Nos 200 metros mariposa, senhoras, impuseram-se na chegada, nas quatro eliminatórias, Patricia Clug (França), Susan Jenner (Grã-Bretanha), Anett Fiebig (RDA) e Andrea Pollack (RDA).

RFA

Atletas da Alemanha Federal estabeleceram novo recorde mundial dos 4x1500 metros masculinos, com o tempo de 14 minutos e 38,8 segundos. O quarteto, constituído por Thomas Wessinghage, Harald Hudak, Michael Lederer e Karl Fleschen, fixou aquela marca durante uma prova de exibição. O máximo anterior pertencia desde 1973 a uma equipa neo-zelandesa, com 14.40,4.

PORTUGAL

ATLETISMO

A Federação Portuguesa de Atletismo, na sua reunião de 8 do corrente, resolveu repescar, para os Campeonatos Europeus de Juniores, que decorrerão em Donetz, na URSS, os atletas Nora Araújo, do Benfica, Humberto Sequeira, do Sporting, e Fernando Miguel, do Estrela Azul. Aqueles atletas juntar-se-ão, assim, a João Campos, do Sporting, e Antônio Leitão, do Espinho. Manuel Campos, técnico, e Gaspar dos Santos, dirigente, acompanharão o quinteto.

FUTEBOL DE SALÃO

A bom ritmo (diariamente), prossegue o Torneio de Futebol de Salão promovido pelo Futebol Benfica. Resultados da jornada de ontem: «Papos Secos», 2-«A Dama», 1; «Solido», 3-«Ognis», 0; «Pink Floyd», 0-«Auto-Progresso» de Monte Pedral, 5 e Flor do Benfica, 6-Rocia, 0.

PAÇO DE ARCOS

Amanhã, domingo, e no fim da próxima semana, o Clube Desportivo Paço de Arcos leva a efeito o Torneio «Patrão Lopes-1977», integrado nos tradicionais festejos da localidade e no âmbito do calendário de regatas da Associação Regional de Vela, em número de seis e para as classes Vaurien, Snipe, Sharpie 12, Finn, 470, 420 e Laser.

XADREZ

Iniciou-se ontem a fase final do trigésimo terceiro Campeonato Nacional de Xadrez.

Na primeira jornada os resultados foram os seguintes: Série A (1.º ao 6.º lugares): **Carvalho e Rego - Joaquim Durao, 0,5-0,5; José Pereira dos Santos - Luís Santos, 0,5-0,5; Mário Morais - Fernando Silva (partida suspensa ao 57.º lance); Série B (7.º ao 12.º lugares): Antônio Pereira dos Santos - João Sequeira (suspensa ao 40.º lance); Pedro Palhares - Luís Ochoa, 1-0; e Silva Pereira - Martinho Lopes, suspensa ao 41.º lance; Série C (13.º ao 17.º lugares): Sílvio Santos - Mamede Diogo, 1-0; e Francisco Machadinho - Ernesto Santos, 0,5-0,5. A segunda jornada tem lugar hoje no Centro Social e Cultural dos Trabalhadores do Comércio, a partir das 19.30 horas**

39.ª VOLTA A PORTUGAL EM BICICLETA

Tormenta na estrada: um dia a ferro e fogo

Reportagem do nosso enviado especial NEVES DE SOUSA

Erro crasso, estupidez saltitante de sujeito episodicamente entronizado na condição de manda-chuva táctico da turma do Coelima, auxiliou a mudança da camisola amarela de Luís Teixeira para Adelino Teixeira, o rapaz do Lousa que (não sei se estão recordados) foi vítima, o ano passado, de uma queda monumental a caminho de Setúbal, que recolhendo de imediato à ambulância, viu roubado, no último dia da prova, o brilho de atingir Lisboa como finalista da Volta. Desta feita, na Guarda, assinou proeza inédita: a conquista do símbolo mais apetecido e, em charneira, o direito a inscrever-se na não muito pródiga lista dos «imortais do ciclismo português».

68 ciclistas arrancaram de Macedo de Cavaleiros para a Guarda: 163 quilómetros que seriam pachorrentamente vencidos à média irrisória que é de última apanha (32,708), francamente ultrapassada, anacrónica, e bem demonstrativa como a generalidade dos concorrentes ao nosso «tour» se apresenta, no exame máximo da temporada, a pedir aos seus santinhos que a roda da desfortuna não gire logo aos golpes iniciais.

Para a cidade mais alta da Europa, largou-se do Nordeste Transmontano quase a passo de ganso, o que não invalidaria (logo no ataque à contagem «Tebe» da Montanha, no alto de Bornes) que o sangalhense Páris Silva, rapazito colocado no sopé classificativo (67.º), a 25 minutos do líder, se imaginasse com forças e motivação para a galopada. E se bem o pensou melhor o fez: à frente de Raul Carvalho (S. Jorge/Fafe), do camisola amarela e de Joaquim Carvalho.

(Águias/Clock) arrebata os primeiros tostões equacionados na tirada e, ao mesmo tempo que Joaquim Colaço (Campinense/Marina) abria a longa série de velocipedistas tocados pelo azar de «furo» normalmente nos momentos de maior apuro, Páris Silva devorava o terreno ante a passividade conformista e contemporizadora dos que não viam no moço da Mealhada qualquer hipótese de perigo para os dois mais próximos.

O pelotão, economicamente comandado pelo louro Manuel Gomes (que novamente incluído na turma do Porto/Viauto, após a sua excursão internacional com a camisola do Sporting, não consegue rubricar qualquer êxito semelhante aos de um passado ainda recente), esfregava-se como quem abandona calmamente um sono de Verão.

Então, o Coelima José Sá diz adeus ao grande pelotão e começa, paulatina e metodicamente, a somar pontos. Lá para a frente, Páris Silva continuava a meter quilómetros no bornal: 8 minutos e 40 segundos de dianteira sobre o pelotão no Pocinho.

A equipa do Benfica que, mercê do esforço e escapada de Armindo Pereira (segundo na etapa de ontem, a 55s do vencedor, Adelino Teixeira), ascendeu ao 2.º lugar colectivamente e, curiosamente, a 2m e 24s da equipa do novo camisola-amarela (Lousa), o homem que se adiantou ao benfiquista na subida para a Guarda

José Sá bem apresentou as suas razões. Nada nem ninguém moveria Galdaméz, absolutamente descontrolado. A bicicleta de José Sá foi parar num vinhedo. A Imprensa comentava o caso, estranto e inédito espectáculo do enviado do patrão impedir um empregado de cumprir a sua missão. Ao pé disto, um carro da RDP lançava para os ares as vozes da dupla irritada.

Foi a queda abrupta e quase inacreditável, do sexteto Porto-Viauto, (agora mais do que nunca parecendo sem cabeça na sua orientação). Foi, por igual, o revalidar de credenciais que já tínhamos apetecido: Lousa e Benfica, mais o Bombattalense, a mostrarem como é perigoso o resguardo do Águias-Clock até ao contra-relógio final, só para que um homem de firma que se afirma concorrente não transporte no peito o nome de «Marina»...

Não há dúvida: a Volta promete. Galdaméz está no olho da rua e será extremamente difícil à Coelima explicar, porque andou um dia metido nisto o espanhol da injúria a José Sá. Adelino Teixeira, 23 anos, pedreiro, 380$00 diários e trabalhador em Setúbal, praticante puramente amador do desporto da pedalada, envergou o amarelo que roubou a outro Teixeira.

"Sprints"

ALÍVIO

Ontem, na Guarda, o controlo anti-«doping» abrangeu exclusivamente dois corredores: o vencedor da etapa e camisola amarela, Adelino Teixeira (Lousa), e, por sorteio, o corredor Celestino Severino (também do Lousa).

É caso para muitas equipas terem suspirado de alívio...

DO ANTIGAMENTE

Em Bragança, um festival com artistas que, aqui para nós, representa um único e largo sector da admiração popular (Max, Maria de Lurdes Resende, Natalina José, Armando Guerreiro, Zeca da Bateria, Lina Maria, Maria Leonor, Gina Maria, Fernanda Baptista, Margarida Amaral e a acordeonista Graciete de Vasconcelos), exibiram-se para um público «sui generis» muito bem à moda de um tempo antigo.

PRÉMIOS

Uma mão cheia de prémios esperava os ciclistas na Guarda: Mangualde, Viseu, outras terras ainda oferecem, já no comunicado elaborado ontem pela Federação de Ciclismo, outros aliciantes prémios em montantes que roçam quase a meia dezena de contos por cada cerca de 5 quilómetros percorridos. Isto é: a percorrer-se o trajecto inteiro, haverá prémios quase de 200 em 200 metros.

A Black & Decker oferece 1 berbequim eléctrico aos vencedores das etapas, por intermédio do «Diário de Lisboa».

ESPANTO

Há uns anos apareceu pelas nossas estradas o ciclista espanhol José Galdaméz. Nunca chegaria a vedeta, mas pela sua regularidade, pelo equilibrado doseamento do binómio obrigação-devoção, lá ia apanhando a vidinha, pedalada daqui, queda dacolá, fuga ao controlo anti-«doping», um pouco mais para além. Passaram tempos, deixámos de o ver no ciclismo activo e, ontem, a caminho da Guarda, vimo-lo ao volante de um carro de matrícula estrangeira, como protagonista de um caso que, longe de ser dignificante, é o espelho (exacto e correcto) das sujas manobras de bastidores que sujam a verdade desportiva.

CONGEMINAÇÃO

Resta dizer que a corrida prosseguiu, que Adelino Teixeira (lousa) e Armindo Pereira (Benfica), escapulidos ao grosso das hostes, iriam apanhar José Sá, e que depois, trio organizado, mas sempre comandado pelo homem do Lousa e o de águia ao peito, iria no encalço frutuoso de Páris Silva. A partir daí havia cá para trás uma movimentação dos diabos e, no topo, uma esgrima que, sucessivamente, fez afastar o sangalhense da louca odisseia, o Coelima a ficar vergado por inconcebíveis caprichos e, na ladeira da glória para o risco branco, soçobrar também Armindo Pereira, haver uma elegância clássica em cima de uma bicicleta (Adelino do Lousa) a furtar-lhe a graciosidade de um sucesso que a muitos apeteciam.

Galdamez: no olho da rua

A Volta a Portugal está a patentear o zero mais absoluto do ciclismo nacional: a falta, a carência, a inexistência de responsáveis à altura de poderem ser distinguidos com o título de técnicos ou de orientadores tácticos.

De facto, enquanto nos demais sectores das disciplinas desportivas (do futebol ao atletismo, do andebol ao basquete) há cursos que se torna obrigatório frequentar (e com bom aproveitamento), para se poder obter o cartão de profissional no ciclismo, a tal modalidade desportiva em que o responsável-mor nem sequer se dá ao luxo de visitar a Volta (ao menos para justificar o seu «cachet»), no ciclismo, repetimos, qualquer borra-botas, qualquer bicho careta, entra para um carro de apoio e, daí a instantes, perante o pasmo de quem está de fora, começa a dar berros e ordens, cada qual mais destemperada, inoportuna e vazia de sentido.

Ontem, por exemplo, na sequência do que já se contou, foi o que já se sabe: a caminho da Guarda, um sujeito espanhol (Galdamez de seu nome) impediu que José Sá, do Coelima, levasse o seu esforço até ao fim e conquistasse a camisola que é o símbolo mais apetecido. A pretexto de uma inexistente sapiência, defraudou a verdade do espectáculo, enganou o público, abjurou o esforço do atleta e achincalhou a verdade do desporto, que não se compadece com resultados forjados nos bastidores.

Daqui, portanto, aplaudimos a atitude da Federação de Ciclismo, quando, perante o péssimo exemplo de um episódico representante de turma concorrente à Volta a Portugal, não hesitou em corrê-lo pela porta fora logo que tomou conhecimento da forma como José Galdamez tentava falsificar os resultados, congeminando-os a bel-prazer.

Felizmente, e ao menos no desporto, nem tudo está podre neste nosso reino.

Classificação geral (individual)

	H.	M.	S.
1.º Adelino Teixeira (Lousa)	17	14	24
2.º C. Vitorino (Campinense)	17	18	27
3.º A. Pereira (Benfica)	17	18	33
4.º António Alves (Porto)	17	18	41
5.º F. Bernardino (Benfica)	17	18	44
6.º J. Andrade (Coimbrões)		m.	t.
7.º J. Carvalho (Águias)	17	18	45
8.º Marco Chagas (Águias)	17	18	48
9.º A. Fernandes (Porto)	17	18	49
10.º A. Cañago (Coimbrões)	17	18	50
11.º José S. Santos (Bombar.)	17	18	51
12.º Joaquim S. Santos (Bomb.)		m.	t.
13.º V. Fernandes (Porto)	17	18	53
14.º J. Madeira (Campinense)	17	18	54
15.º C. Severino (Lousa)	17	18	59
16.º A. Marçalo (Águias)	17	19	01
17.º A. Lúcio (Águias)	17	19	07
18.º A. Rua (Águias)	17	19	39
19.º J. Costa (Bombarralense)	17	20	02
20.º Abel Coelho (Lousa)	17	20	15
21.º José Sá (Coelima)	17	20	24
22.º F. Henriques (Sangalhos)	17	21	27
23.º J. Marta (Bombarralense)	17	21	36
24.º M. da Costa (S. Jorge)	17	21	40
25.º A. Gouveia (Águias)	17	21	53
26.º Carlos Santos (Benfica)	17	21	58
27.º M. Oliveira (Lousa)	17	22	01
28.º Manuel Silva (Trofa)	17	22	02
29.º João Sampaio (Coelima)	17	22	04
30.º J. Duarte (Bombarralense)	17	22	07
31.º Raul Terâncio (Lousa)	17	22	09
32.º Floriano Mendes (Porto)		m.	t.
33.º Manuel Pereira (Benfica)	17	22	12
34.º Raul Carvalho (S. Jorge)		m.	t.
35.º C. Vitorino (Campinense)		m.	t.
36.º J. L. Carvalho (Sangalhos)	17	22	14
37.º Manoel Martins (Coelima)	17	22	28
38.º F. Fernandes (Bombarra.)	17	23	03
39.º Luís Gregório (Sangalhos)	17	23	05
40.º José Amaro (Benfica)	17	25	01
41.º António Faia (S. Jorge)	17	25	10
42.º António Castro (Paredes)	17	25	29
43.º Guilherme Rocha (Porto)	17	25	31
44.º A. Nascimento (Almod.)	17	25	37
45.º M. Gonçalves (Campin.)	17	25	58
46.º Rui Azevedo (Benfica)	17	26	03
47.º J. Colaço (Campinense)	17	26	21
48.º Manuel Lote (Sangalhos)	17	26	23
49.º D. Barbosa (S. Jorge)	17	26	27
50.º António Brás (Lousa)	17	26	35
51.º M. Caetanita (Almodôvar)	17	27	01
52.º João Silva (Almodôvar)	17	27	50
53.º J. Pinto (Coimbrões)	17	29	24
54.º Fernando Costa (Trofa)	17	29	51
55.º A. Cardoso (S. Jorge)	17	30	35
56.º Manuel Gomes (Porto)	17	30	54
57.º R. Duque (Almodôvar)	17	31	01
58.º José Luís Pacheco (Trofa)	17	31	45
59.º Carlos Pereira (Paredes)	17	36	57
60.º Luís Silva (Trofa)	17	38	18
61.º António Ferreira (Coelima)	17	38	29
62.º José Monteiro (Paredes)	17	39	31
63.º J. Ferro (Almodôvar)	17	40	34
64.º António Ferreira (Paredes)	17	41	51
65.º Páris Silva (Sangalhos)	17	42	57
66.º Antón. Vieira (Almodôvar)	17	45	45
67.º José Afonso (Campinense)	17	48	24

Por equipas

	H.	M.	S.
1.º Lousa-Trinaranjus	51	52	53
2.º Benfica	51	55	17
3.º Bomberraiense-Sossilvas	51	56	06
4.º Porto-Viauto	51	56	15
5.º Águias-Clok	51	56	17
6.º Coelima	51	56	51
7.º Coimbrões-Arbo	52	01	04
8.º Campinense-Marina	52	08	55
9.º Sangalhos-Orbita	52	04	37
10.º S. Jorge-Fafe	52	08	02
11.º Almodôvar-Matimar	52	17	38
12.º Trofa-Ofa	52	23	38
13.º Paredes-Facar	52	31	30

Pontos

	Pts.
1.º Alexandre Rua (Águias)	28
2.º Luís Teixeira (Coelima)	17
3.º Adelino Teixeira (Lousa)	18
4.º Abel Coelho (Lousa)	18

Prémio da Montanha

	Pts.
1.º Luís Teixeira (Coelima)	14
2.º Adelino Teixeira (Lousa)	12
3.º Páris Silva (Sangalhos)	11
4.º Armindo Pereira (Benfica)	8

CLASSIFICAÇÃO NA ETAPA

	H.	M.	S.
1.º Adelino Teixeira (Lousa)	4	57	10
2.º Armindo Pereira (Benfica)	4	58	05
3.º José Sá (Coelima)	4	59	47
4.º Páris Silva (Sangalhos)	5	04	30
5.º Carlos Vitorino (Camp.)	5	04	51
6.º Firmino Bernardino (Benf.)	5	05	25
7.º Venceslau Fern. (Porto)		m.	t.
8.º António Faia (S. Jorge)		m.	t.
9.º Alexandre Rua (Águias)		m.	t.
10.º Joaquim Andrade (Coimb.)		m.	t.
11.º Raul Carvalho (S. Jorge)		m.	t.
12.º Luís Teixeira (Coelima)		m.	t.
13.º Celestino Severino (Lousa)		m.	t.
14.º António Marçalo (Águias)		m.	t.
15.º José Sousa Santos (Bomb.)		m.	t.
16.º Joaq. Sousa Santos (Bomb.)		m.	t.
17.º António Fernandes (Porto)		m.	t.
18.º Joaquim Carvalho (Águias)		m.	t.
19.º Manuel Pereira (Benf.)		m.	t.
20.º António Alves (Porto)		m.	t.
21.º Marco Chagas (Águias)		m.	t.
22.º José Madeira (Campin.)		m.	t.
23.º Carlos Santos (Benfica)		m.	t.
24.º António Brás (Lousa)		m.	t.
25.º João Sampaio (Coelima)		m.	t.
26.º Abel Coelho (Lousa)		m.	t.
27.º Manuel Silva (Trofa)		m.	t.
28.º José Amaro (Benfica)		m.	t.
29.º Manuel da Costa (S. Jorge)		m.	t.
30.º Guilherme Rocha (Porto)		m.	t.
31.º Floriano Mendes (Porto)		m.	t.
32.º Alvaro Cañago (Coimbrões)		m.	t.
33.º José L. Carvalho (Sang.)		m.	t.
34.º Flávio Henriques (Sang.)		m.	t.
35.º Armindo Lúcio (Águias)		m.	t.
36.º João Costa (Bombarralense)		m.	t.
37.º João Duarte (Bomb.)		m.	t.
38.º Luís Gregório (Sangalhos)		m.	t.
60.º António Faia (S. Jorge)	5	06	50
61.º José Luís Pacheco (Trofa)	5	06	55
62.º Joaquim Ferro (Alm.)		m.	t.
63.º Domingos Barbosa (S. Jorge)	5	07	35
64.º Luís Silva (Trofa)	5	09	08
65.º António Vitória (Alm.)	5	09	11
66.º António Ferreira (Coelima)	5	09	20

CAMPEONATO DO MUNDO DE FUTEBOL

DINAMARCA

●

PORTUGAL

VIAGEM ESPECIAL A COPENHAGUE

DE 6 a 10 DE OUTUBRO

por somente: 9 890$00

incluindo:
* avião a jacto ida e volta.
* transporte aerop./hotel/aerop.
* 4 noites de estadia em hotel de 2.ª central c/banho e peq. almoço.
* transporte hotel/estádio/hotel.
* bilhete para o jogo.
* guia permanente da nossa agência.

APOIE A NOSSA SELECÇÃO E VISITE A «CIDADE QUENTE»!

informações e reservas:

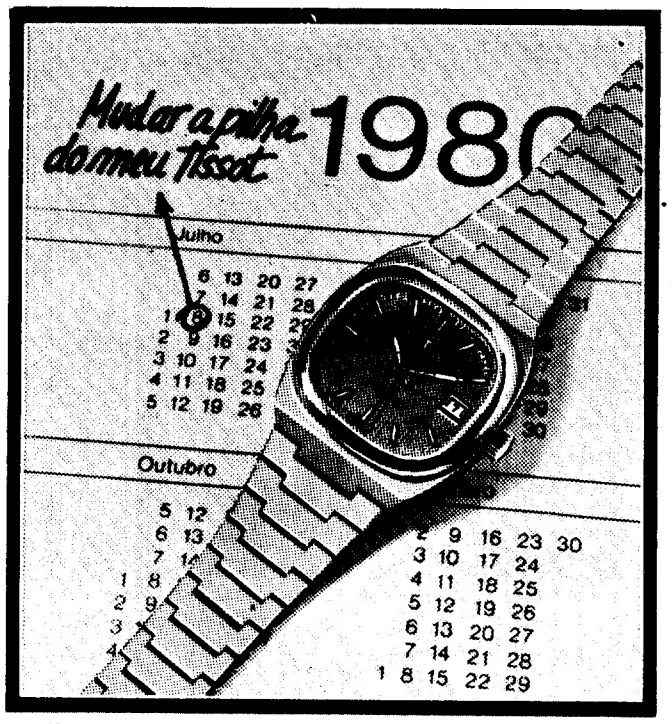
Av. Liberdade 232 Tel. 536121 Lisboa 2 Europeia

* ABERTOS À HORA DO ALMOÇO *

A equipa de reportagem do «DL» que acompanha a Volta a Portugal em Bicicleta viaja num automóvel

RENAULT

INDUSTRIAS LUSITANAS RENAULT S.A.R.L.



Este relógio "Tissot" funciona 1000 dias sem parar só em 1980 tem de mudar a pilha
Acerto da hora por segundos, por acção electrónica
Mudança da data
e do fuso horário sem influenciar a precisão

TISSOT

o gosto da performance

Leite "subsidiado" para o Algarve

Para subsidiar o leite ultrapasteurizado fornecido à União das Cooperativas dos Produtores de Liete do Algarve, o Fundo de Abastecimento deverá suportar, até ao fim deste ano, um encargo total de 1.082 contos.

O quantitativo de leite ultrapasteurizado a fornecer mensalmente ao Algarve, e destinado a suprir as carências de abastecimento naquela região, será da ordem dos 370 mil litros mensais. O abastecimento previsto será provenientes da Cooperativa Agrícola de Oliveira de Azeméis, de Lacticoop, da Central Leiteira de Portalegre e da Leitacor (Açores).

NOTARIADO PORTUGUÊS
Ferro e Correia, Limitada

. . Eu, abaixo assinado, ajudante do 20.º Cartório Notarial de Lisboa, sito na Avenida Almirante Reis, número 202, rés-do-chão, certifico para efeitos de publicação que por escritura de 23/6/77, lavrada nas notas deste Cartório no livro C-192 de Folhas 80 verso a folhas 82 verso, foi constituida entre Joaquim Lopes Correia e José Lopes Ferro uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se rege nos termos e condições constantes dos artigos seguintes:

. 1.º . . A sociedade girará sob a firma Ferro & Correia, Limitada vai ter a sua sede e principal estabelecimento na Avenida Almirante Reis, número 62-B, freguesia de Arroios, em Lisboa, e durará por tempo indeterminado, a contar de hoje.

2.º . . O objecto social é o comércio de frutas e hortaliças ou qualquer outro ramo em que os sócios acordem.

3.º . . O capital social é de 50.000$00, já integralmente realizado e representado por duas quotas de 25.000$00, uma de cada sócio.

§ único . . A quota do sócio Joaquim Lopes Correia foi realizada a dinheiro; a do sócio José Lopes Ferro con a entrada, que faz para a sociedade, com todo o seu activo e passivo do estabelecimento comercial instalado na loja com número 62-B do prédio sito na Avenida Almirante Reis, em Lisboa, inscrito na matriz da freguesia de Arroios no artigo três e descrito na Primeira Conservatória do Registo Predial de Lisboa sob o número 13189 do livro B-46.

4.º . . Dependem do consentimento da sociedade as cessões de quotas a estranhos.

5.º . . Ambos os sócios são gerentes, com dispensa de caução, e para que a sociedade se considere validamente obrigada é neressária a intervenção conjunta dos dois gerentes.

§ 1.º Os gerentes poderão delegar os seus poderes e a sociedade poderá constituir mandatários.

§ 2.º . . A sociedade não poderá ser obrigada em fianças, abonações, letras de favor e outros actos e contratos estranhos aos negócios sociais.

6.º . . Quando a lei não exigir outras formalidades e prazos, as reuniões de assembleia geral serão convocadas por meio de cartas registadas dirigidas aos sócios com, pelo menos oito dias de antecedência.

Para constar se passou a presente certidão de narrativa parcial e de teor parcial que vai conforme o original, no qual nada há em contrário ou além do que se certifica.

Lisboa, 2 de Julho de 1977.

A AJUDANTE
Fernanda Pavoeiro Louro de Oliveira Macedo

Desanexações em Aldeia Nova de S. Bento

. Um despacho do ministro da Agricultura, datado de 10 de Julho passado, determinou a desanexação das herdades Abóbora e Monte Novo e anexas que estavam integradas na UCP «Alvorada na Aldeia», na freguesia de Aldeia Nova de S. Bento. Os trabalhadores, no entanto, recusaram-se a entregar as terras em questão.

Já o eng.º Lopes Cardoso quando era ministro tentou desalojar os trabalhadores das referidas herdades. Na altura houve um plenário no qual se decidiu por unanimidade, rejeitar a proposta do MAP. E o ministro desistiu dos seus intentos. Entretanto mais uma vez o CRRA de Beja apareceu a exigir a entrega das herdades. E de novo os trabalhadores manifestaram a sua oposição. Apesar das terras terem sido propriedade do IRA já antes do 25 de Abril os trabalhadores conhecem o exemplo das herdades estatais, nomeadamente dos Machados, que apresentam um gráfico de produtividade baixo e só servem para arranjar conflitos.

Sobre este assunto a posição do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Beja ficou bem clara, através das palavras do seu porta-voz, José Soeiro que afirmou «dar todo o seu apoio aos trabalhadores da UCP «Alvorada na Aldeia».

Aliás José Soeiro sublinhou ainda que o Governo que tanto tem atacado a estatização da propriedade pela prática demonstra querer transformar o Alentejo em «granjas» do Estado. Recordemos os exemplos da herdade dos Machados, administrada por técnicos nomeados pelo Governo, e que apesar disso deve neste momento mais de 40 mil contos, o Monte do Outeiro, em Canhestros, a herdade das Donas Marias, em Santo Aleixo da Restauração e a herdade dos Lameirões em Safara. Nem sequer a herdade da Almocreva, uma das chamadas cooperativas «independentes e democráticas», integrada no MUC, escapou à estatização. Actualmente é gerida por engenheiros e doutores alheios aos problemas da terra e os trabalhadores existem lá apenas como simples acessórios de trabalho. O Governo dito socialista, rodeado de tecnocratas pretende reduzir os trabalhadores à condição de objectos. Para eles os trabalhadores não tem mais importância que um tractor ou qualquer outra alfaia agrícola.

Aos trabalhadores da «Alvorada da Aldeia» não lhes interessa que as herdades do Monte Novo e da Abóbora tivessem sido estatizadas pelo regime fascista. Foram eles que a fizeram progredir. Gastaram nelas muitas horas de trabalho e não está dispostos a permitir que os técnicos da Estação Agrária e da Intendência Pecuária de Serpa transformem essas herdades em estâncias de recreio.

Recital de canto na Torre de Belém

. No prosseguimento dos pequenos concertos organizados pela RDP em colaboração com a Direcção-Geral de Turismo, Administração-Geral do Porto de Lisboa e Câmara Municipal de Lisboa, tem lugar hoje pelas 21 e 30, na Torre de Belém um recital em que actuará o Duo de Canto e Guitarra Natália Matos-Paulo Valente Pereira.

Os bilhetes, ao preço de 20 escudos, estão à venda no Teatro de S. Luís (porta dos artistas) e na Torre de Belém.

COZINHEIRO DE 1.ª

Precisa-se, para chefiar refeitório, com profundos conhecimentos hoteleiros e de orientação de pessoal.

Zona **Vila Franca, Azambuja, Cartaxo**

ENTRADA IMEDIATA

Resposta pelo telefone 70 56 71 durante as horas de expediente ou a este jornal ao n.º 1935.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA METALÚRGICA E METALOMECÂNICA DO DISTRITO DE LISBOA

AOS ASSOCIADOS DO SINDICATO
AOS DELEGADOS SINDICAIS

CAMARADA,

Está a decorrer o prazo para entrega à entidade patronal, da Declaração de autorização do desconto no vencimento da quotização sindical, nos termos da Lei n.º 57/77.

O Sindicato editou um modelo dessa Declaração.

É necessário que a obtenhas na Secção de Apoio a Delegados do Sindicato, e que assegures a sua distribuição aos teus camaradas de trabalho.

A Direcção apela para o espírito de militância de todos os trabalhadores metalúrgicos, particularmente dos Delegados Sindicais, na realização desta tarefa de grande importância para a defesa e reforço do Sindicato.

Com o esforço e dedicação de todos, ultrapassaremos os obstáculos que se nos deparam.

Lisboa, 16 de Agosto de 1977

A DIRECÇÃO

tempo

Situação do tempo 09.00 H.

O céu estava muito nublado, a norte do Tejo e pouco nublado a sul e o vento era fraco.

TEMPERATURAS EXTREMAS

Máxima.....25,5º

PENHAS DA SAÚDE

Mínima.....4,5º

PREVISÃO GERAL ATÉ ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Céu geralmente muito nublado a norte do Tejo com possibilidade de períodos de chuva e pouco nublado a sul d mesmo rio. Vento fraco ou moderado, predominando de noroeste.

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H.

PORTO	16º
PENHAS DOURADAS	9º
COIMBRA	16º
PORTALEGRE	15º
LISBOA	18º
SAGRES	17º
FARO	19º
PONTA DELGADA	22º
FUNCHAL	23º

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
5.42	3,9 m	11.19	1,0 m
17.59	3,9 m	23.45	1,0 m
Dia 20			
6.24	3,8 m		
18.45	3,8 m	12.06	1,1 m
Dia 21			
7.14	3,6 m	0.36	1,2 m
19.42	3,6 m	13.03	1,3 m

AMANHÃ

NASCER ÀS .. 6.55
OCASO AS .. 20.25

Dia 22 Dia 28 Dia 5 Dia 13

palavras cruzadas

COM PROVÉRBIO

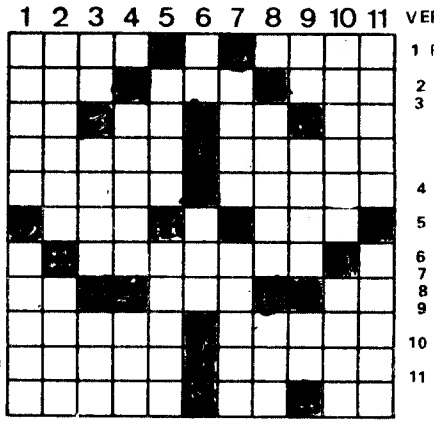
PROBLEMA N.º 11 818

HORIZONTAIS:

1 Aquele que. Omite (fig.)
2 Larva das feridas dos animais. Donzela de Orleães. Ruído.
3 Atmosfera. Amónio (s.q.) abreviatura que se usa em música. Batráquio.
4 Cidade da Cária, também conhecida por Jasso. Mamário.
5 Fechais as asas para descer mais depressa. Freguesia do concelho da Covilhã.
6 Senhor em inglês. Irmã da mãe.
7 O mesmo que oasiano (pl.).
8 Artigo indefinido. Anel. Compaixão.
9 Estado de espírito. Lamas.
10 Desenruga. Bailarina cigana, espanhola, já falecida.
11 Apelido Miriare. Senhor.

VERTICAIS:

1 Pronome relativo. Tomar rumo ou direcção.
2 Dais urros. Instigador (fig.).
3 Palavra latina pela qual começam muitos documentos pontifícios de interesse para Portugal. Vou para fora. Víscera dupla.
4 Agarrara. Guarneço de asas.
5 Patrões. Divisões de uma casa.
6 Senhor. Senhor em inglês.
7 Dissipa. Pegam.
8 Quebro. Magnete natural.
9 Ósmio (s.q.). Em mais alto grau. Ruim.
10 Residência. Numeral cardinal.
11 Mete em mala. Corar.



Resolveu completamente este problema?
Procure agora em segundo passatempo o PROVÉRBIO nele inscrito

NOVA MODALIDADE

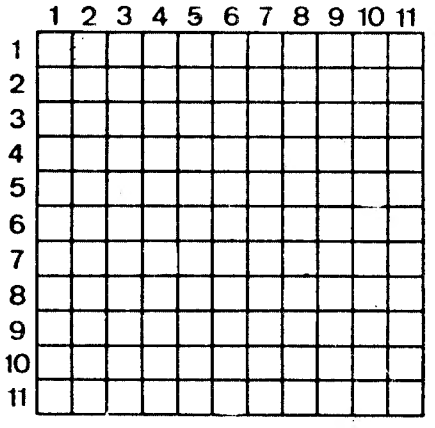
PROBLEMA N.º 7879

HORIZONTAIS:

1 Tostam. Berilo (s.q.). Brisa.
2 Óleo de sardinha (prov. minh.). Formiga branca de origem africana.
3 Nome de mulher. Aniversário.
4 Larva das feridas dos animais. Agora. Artigo.
5 Nota musical. Átomo (abrev.). Emas.
6 Seguias. Escudeiro. Brisa.
7 Interjeição designativa de vingança. Preposição.
8 Dá mios. Raladores.
9 Desejar. Tomara moça.
10 Concederão. Autores. Laço.
11 Época. Planeias (fig.).

VERTICAIS:

1 Avoquei. Moeda indiana.
2 Realçariam. Oceano.
3 Camada hipotética da Terra, subjacente ao sial, de natureza essencialmente basáltica. Adicionara.
4 Patrão. Zombara.
5 Assinalara. Sufixo que designa estado.
6 Ente. Seguia.
7 Bário (s.q.). Espaço de doze meses. Ratem.
8 Pronome pessoal. Cidade do Japão.
9 Nome científico do pato. Rei de Israel de 919 a 918 (AC).
10 Impulso. Torna morno.
11 Sobrar. Sadios.



SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11 817

HORIZONTAIS:

1 GALINHA. F.A.B.
2 Amara. Aviso.
3 Fila. Magia.
4 Agadir. Lar.
5 Ará. Acesas.
6 Ps. Sima. Se.
7 Sopa.
8 Doe. Sé. Orto.
9 Rata. Sarara.
10 Ene. Me.
11 Seneca. Lesa.

VERTICAIS:

1 Gafa. PEDRÈS.
2 Amigas. Então.
3 Lalar. Peten.
4 Iradas.
5 Na. MC.
6 Ramsès.
7 Aam. Cão. Ar.
8 VALE. POR.
9 Figas. Arame.
10 Asiras. TRÊS.
11 Boa. Seroa.

PROVÉRBIO: Galinha pedrês, vale por três.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7878

HORIZONTAIS:

1 Ca. Bota. Sai.
2 Aviar. Caída.
3 Cortaram. Og.
4 Rãs. Murro.
5 At. Apa.
6 El. Arrastar.
7 Ia. Luar. Iró.
8 Ris. Greta.
9 Avara. Mo. Sa.
10 Sora. Tombar.
11 Somais. Ela.

VERTICAIS:

1 Cachoeiras.
2 Avô. Laivos.
3 Irra! Saro.
4 Batatal. Mar.
5 Oras. Ruga.
6 ARAR. Ti.
7 Acamparemos.
8 Amuas. Tom.
9 Si. Be.
10 Adornar. Sal.
11 Lago. Roçara.

farmácias de serviço

LISBOA

(Até às 22 horas)

ALMEIDA — Rua Silva Carvalho, 136. Tel. 681726.
BERNA — Av. Berna, 44-A Tel. 773268.
BRISÁLIA — Av. Rio de Janeiro, 68, 66-A Tel. 722368.
CANTO — Estr. Laranjeiras, 202-B. Telfs. 780841-788904.
CARDOTE, LDA. — Av. Visconde Valmor, 28-A.-C. Tel. 772291.
CENTRAL DO AREEIRO — Av. de Paris. 2, 2-A Tel. 720820.
CENTRAL FARMACÊUTICA — Rua Portas de St.º Antão, 88. Tel. 321211.
DURÃO — Rua Garrett, 90-92. Tel. 324166.
ELMA — Rua D. Maria Pia, 328-A. Tel. 686176.
HIGIENE — Rua Cidade Vila Cabral, Lote 43 (Olivais) Tel. 310026.
IDEAL — Av. Almirante Gago Coutinho, 49-A. Tel. 892803.
LÍDIA ALMEIDA — Calç. da Ajuda, 170. Tel. 637318.
LYS — Rua da Esperança, 17-19. Tel. 660913.
MARLUZ — Calça. da Picheleira, 140-B-C Tels 720703-728395.
MARTINS LDA. — Rua Fernão de Magalhães, 33. Tel. 849448.
MONTE (do) — Rua Senhora do Monte, 30-A-B. Tel. 867842.
MUNDIAL, LDA. — Largo D. Estefânia, 10. Tel. 45578.
PATULEIA, Herd. — Alam. Linhas de Torres, 262-B. Tel. 790332.
PINTO — Rua Campolide, 11-A, Tel. 682610.
RIBEIRO E CASTRO — Rua Braancamp, 25-C Tel. 43409.
ROMA — Av. Roma, 85-B Tel. 772466.
ROMANO BAPTISTA — Rua Passos Manuel, 6-10. Tel. 570593.
SANTA CRUZ — Av. Gomes Pereira, 34-A. Tel. 704828.
SANTA LUZIA — Rua da Saudade, 2-B. Tel. 869831.
SANTO AMARO — Rua Filinto Elísio, 29-A-B. Tel. 637070.
S.Miguel — P.ª Francisco de Morais, 1. Tel. 771469.
SOUSA MARTINS — Rua Sousa Martins, 52. Tel. 553468.
ZIONAL — Rua Morais Soares 56-C. Tel. 847708.

(Permanente)

BERNA — Av. Berna, 44-B. Tel 773568.
CANTO — Est. das Laranjeiras, 202-B. Tel. 780841.
CENTRO FARMACÊUTICO — Rua Portas St.º Antão, 88. Tel. 321211.
ELMA — Rua D. Maria Pia, 358-A. Tel. 686176.
IDEAL — Av. Almirante Gago Coutinho — 49-A. Tel. 892803.
LÍDIA ALMEIDA — Calç. da Ajuda, 170 Tel. 637318.
LYS — Rua da Esperança. 17-19. Tel. 660913.
PATULEIA, H.ºs — Alam. Linhas de Torres, 262-B. Tel. 790332.
ROMA — Av. Roma, 85-B Tel. 772466.
SOUSA MARTINS — Rua Sousa Martins, 25. Tel. 553468.

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Cabrita — Miraflores (Telef. 2101486)
CAXIAS
Nova — R. Bernardim Ribeiro, 1-A (Telef. 242839)
S. DOMINGOS DE RANA
Godinho da Silveira — Av. Saboia, 29-B (Telef. 260085)
PAÇO DE ARCOS
Godinho da Silva — Av. Patrão Lopes, 4 (Telef. 2432039)
OEIRAS
Central — R. Conde Ferreira, 29 (Telef. 2430058)
PAREDE
Aisir — Av. Gago Coutinho-B.º das Caixas de Prev. (Telef. 2472948)
AMOREIRA
Amoreira — (Telefs. 262313-267314)
MONTE ESTORIL
Ostende — R. de Espinho, 1 (Telef. 260391)
CASCAIS
A. Costa — R. Freitas Reis, 24-C (Telef. 280214); Cordeiro — Av. Combatentes G. Guerra, 40 (Telef. 280170)

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Dias — Av. Marquês de Pombal, lote 9 (Telef. 934589). Permanente; Carmelo — R. Elias Garcia, lote 28 (Telef. 933303). Até às 22 horas
DAMAIA
Lemos — R. Goa, 21-A (Telef. 971121)
QUELUZ
Serra Pinto — Av. António C. Sá, lote 50-loja E (Telef. 957619)
CACÉM
Rodrigues Garcia — Av. dos Bons Amigos, lote 5-D
MEM MARTINS
Quimia — Est. de Mem Martins, 285 (Telef. 2910012)
RIO DE MOURO
Riomouro — Av. Óscar Monteiro Torres, 8 (Telef. 2960194)
SINTRA
Marrazes — Vila (Telef. 2930155)
S. PEDRO DE SINTRA
Valentim (Telef. 980456)
COLARES
Abreja (Telef. 299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Nunes — L. Coronel Ramos da Costa, 10 (Telef. 234137)
ALHOS VEDROS
Portugal — Av. da Bela Rosa, 8 (Telef. 204250)
ALMADA
Cristo-Rei — Av. do Cristo-Rei, 31-A (Telef. 2766498)
BAIXA DA BANHEIRA
Farmácia Aliança — B.º Moçambique, 84-B (Telef. 2040946)
BARREIRO
Moderna — R. D. Henriqueta Gomes de Araújo, 12 (Telef. 2073443)
COVA DA PIEDADE
J. Castro Rodrigues — Av. 5 de Outubro, 62-63 (Telef. 270121)
MOITA
Silva Rocha — P. da República, 16 (Telef. 239029)
MONTIJO
Montepio — R. Almirante Reis, 93 (Telef. 2310035)
SESIMBRA
Lopes — R. Cândido dos Reis, 21 (Telef. 2233028)
SETÚBAL
Bairros — B.º Santos Nicolau (Telef. 23330). Permanente; Bocagiana — R. do Romeu (Telef. 23425). Até às 22 horas
SEIXAL
Godinho — L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)
COSTA DA CAPARICA
Farmácia Carlos — Av. do Mar, 34-A — Quinta de St.º António

PORTO

(De dia e só até às 22 horas)

BONFIM — Rua do Bonfim, 73. Tel. 52444; **GUIMARÃES** — Rua de Francos, 37. Tel. 60103; **CASTRO CARNEIRO** — Rua do Padre Cruz, 146. Tel. 62092; **HENRIQUES** — Praça da Bata,ha, 64-A. Tel. 25173; **MORENO, LDA.** — Largo de S. Domingos, 44. Tel. 23545; **SERPA PINTO** — Rua de Serpa Pinto, 645. Tel. 488697; **VASQUES** — R. das Condominhas, 794. Tel. 62027.

(De dia e toda a noite)

VILARINHA — Rua da Vilarinha, 161, Tel. 68014; **LIGA ASS. SOC. MUTUOS** — Rua do Bonjardim, 286, Tel. 21711; **GUERRA** — Rua de Costa Cabral, 43, Tel. 480470 **LEMOS E FILHOS** — Praça de Carlos Alberto, 31 Tel. 21309.

COIMBRA

(Das 9 horas às 9 do dia seguinte)

PAIVA — P.ª do Comércio, Tel. 23231.

outros espectáculos

LISBOA/Teatros

QUARTETO
23.45 (18 anos)
«A Verdadeira História de Jack o Estripador»
ADOQUE
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Ó Calinas cala a boca»
LAURA ALVES
21.30 (18 anos)
«Calcinhas Amarelas»
TEATRO BAIRRO ALTO
21.30 (13 anos)
«Casimiro e Carolina»
VARIEDADES
21.30 (13 anos)
«Desculpa ó Caetano»
MONUMENTAL
21.15 (13 anos)
«Aqui quem manda sou eu»
TEATRO DA GRAÇA
21.30 (18 anos)
«A Estalajadeira»

LISBOA/Cinemas

MONUMENTAL
21.30 (18 anos)
«A voz do sangue»
CINE AUDITÓRIO
21.30 (18 anos)
«Divórcio à Italiana»
SATÉLITE
21.30 (Todos)
«A última Loucura de Mel Brook's»
CINEARTE
21.30 (13 anos)
«O Rebelde do Kansas»
RESTELO
21.30 (13 anos)
«Viagem ao Centro do Mundo»
PARIS
21.30 (18 anos)
«Lodo na Cidade»
CALEIDOSCOPIO
21.30 (6 anos)
«O Rei do Laço»
OLÍMPIA
21.30 (18 anos)
«Sex Concert»
VOX
21.15 (18 anos)
«O Mecânico»
CINEBOLSO
21.30 (18 anos)
«Exibição»
EUROPA
21.30 (18 anos)
«Desafio das Águias»
JARDIM
21.15 (18 anos)
«O Ladrão de Paris»
CAPITÓLIO
21.00 23.00 (18 anos)
«Os grandes calores»
QUARTETO
21.30 (13 anos)
«Destacamento de Mineiros»
Sala-2 21.30 (18 anos)
«Verão 42»
Sala-3
21 e 23 (18 anos)
«A Máscara»
Sala-4
21.00, 23.00 (18 anos)
«O Fantasma do Paraíso»

LINHA DE SINTRA

DAMAIA
D. João V
21.15 (18 anos)
«As Noites Árabes»
AMADORA
Recreios Desportivos
21.15 (18 anos)
«Bob e Carol, Ted e Alice
AMADORA
Lido
21.30 (13 anos)
«Voltar a Viver»
SINTRA
Carlos Manuel
21.30 (13 anos)
«O Caso Valachi»
AMADORA
Cinestúdio
21.30 (13 anos)
«Barry Lyndon»

LINHA DE CASCAIS

ESTORIL
Palácio
21.15 (18 anos)
«Táxi Driver»
CASCAIS
S. José
21.15 (13 anos)
«E Tudo o Vento Levou»

OUTRA BANDA

ALMADA
Academia
21.15
«Atira o Barrete ao Ar»
ALMADA
Academia Almadense
21.15 (10 anos)
«Agora Chamam-lhe Magnífico»
ALMADA
Incrível Almadense
21.15 (18 anos)
«Mac-Detective Acima da Lei»

PORTO/Cinemas

ESTÚDIO
21.30 (13 anos)
«Julie»
OLÍMPIA
21.30 (18 anos)
«Punição Diabólica»
PASSOS MANUEL
21.30 (18 anos)
«Decâmeron»
SALA BÉBE
21.30 (13 anos)
«Sementes de Violência»
JÚLIO DINIS
21.15 (13 anos)
«Os Canhões de Navarone»
RIVOLI
21.15 (6 anos)
«Os Demissionários»
TRINDADE
421.30 (13 anos)
«O Incorrigível»
CHARLOT
21.30 (18 anos)
«Fora de Estação»
COLISEU
21.15 (13 anos)
«Amor Eterno»
S. JOÃO
21.30 (13 anos)
«Ben-Hur»
BATALHA
21.30 (18 anos)
«Baía Sangrenta»
CHAPLIN
21.30 (13 anos)
«Zameer»
CARLOS ALBERTO
21.15 (18 anos)
«As Provocadoras»
VALE FORMOSO
21.15 (10 anos)
«Os Dez Mandamentos»
ESTÚDIO FOCO
21.15 (13 anos)
«Os maridos de Elizabete»
SA DA BANDEIRA
21.30 (18 anos)
«O Mais Quente Espectáculo do Mundo»
ESTÚDIO 400
21.30 (13 anos)
«Os Homens do Presidente»
ÁGUIA DE OURO
21.30 (18 anos)
«Pânico no Estádio»

COIMBRA

AVENIDA
21.15 (18 anos)
«Decameron n.º 2»
TIVOLI
21.15 (18 anos)
«Pânico no Estádio»

cinemas ● cinemas ● cinemas

ab CINE
13.15, 17.00, 19.00, 21.15 e 23.15
SALA A
(Para todos)
SERENATA À CHUVA
SALA B
4.ª Semana
12.30, 14.30, 16.30, 18.30, 21.30, 23.30
CARRIE
Int. a m. 18 anos

ALVALADE
T. 897480 — 21,30
Hoje estreia
Isaac Hayes em
A LEI DO MAIS FORTE
interdito a Menores 18 anos
Às 15.30, 18.30 últimas de
ZORRO E OS TRÊS MOSQUETEIROS

APOLO 70
Tel. 763319 14,00, 16,30, 19,00, 21,30
O filme musical do ano!
CAR WASH
Não acons. a men. de 13 anos
2.ª semana
Hoje às 24 horas
Grupo D (18 anos)
VIAGEM FANTÁSTICA
de Richard Fleischer

AVIS
Tel. 47163 — 15, 18.15 e 21.30
Não acons. a menores de 13 anos
O SOFRIMENTO DE AMOR
10.ª semana
o filme começa a projectar-se logo após o início da sessão

BERNA
Tel. 776098 14.00, 16.30, 19.00, 21.30
Lino Ventura, Jacques Brell, Caroline Cellier
O CHATO
de Edouard Molinaro
n. acos. menores 13 anos

CINEMATOGRAFO
Tel. 795093 14.00, 16,30, 19,00, 21.30
Festival Jerry Lewis
O REI DO LAÇO
Para todos
Só hoje

CASTIL
Tel. 530194 — 15, 17, 19, 21.30
N. ac. a men. 13 anos
A RAPARIGA DA PELE QUENTE
c/Zendi Araya/Beba Loucar/Ugo Pagliai
de Luigi Scattini
Às 24 h — Interd. M/18 anos
NÃO MUDES DE MÃO

CONDES
Tel. 322523 14.00, 16,30, 18.45 e 21.30
Interdito a menores de 18 anos
2.ª Semana
Colorido
A LEI DO ÓDIO
um filme de Larry Peerce
Com Charlton Heston, James Coburn

EDEN
Tel. 320768 14,00, 16,30, 19,00 21,30
Paul Smith, Michael Coby em
OS DOIS DE MISSIONÁRIOS
um filme de Anthony Ascott
Para todos
2.ª semana

ESTÚDIO
Tel. 535134 — Estreia — 21.30
Interd. M/18 anos
A REDENÇÃO DA CARNE
Às 15.30, 18.30 últimas de
SENTIMENTO
n. acos. M/18 anos

ESTÚDIO 444
Tel. 555134 — 21.45
Não acons. a menores de 13 anos
AS CRIATURAS
c/Catherine Deneuve Michel Picoli
Às 14.30 16.45 19 n./acons. M/13 anos
CORRIDA DE LOUCOS

IMPÉRIO
Tel. 5551345 — 15.15, 18.30 21.30
Grupo B — 10 anos
OLIVIER
70 mm
6 Óscars

LONDRES
Tel. 801313 14.15, 16.30, 18.45, e 21.30
Não acon. a men. 13 anos
VAMO-NOS AMAR
c/ Mariby Mouroe e Yves Montand

MUNDIAL
Tel. 538743 — 15.15, 18.30, 21.30
Não acons. men. 18 anos
ESCÂNDALO EM FAMÍLIA
c/ Glória Guida, Lucretia Love e Carlo Guijjre

NIMAS
Tel. 574362 14,30, 16.45, 19 e 21.30
Não acons. men. 13 anos
DAISY MILLER
um filme de Peter Bogdanovich
c/ Cybill Shepherd-Barry Brown
Às 24 h
Hoje
PÃO E CHOCOLATE
de Franco Brusati

ODEON
Tel. 326283 — 15.15, 18.15, 21.15
4.ª semana
Int. men. 18 anos
Colorido
EMANUELLE NEGRA N.º 2

PATHÉ
Tel. 821933 — 14,15, 17,45 e 21.30
Não acons. men. 18 anos
Em 4.ª semana
JURAMENTO DE AMOR
c/ Hema Malini, Ferroz Khan

POLITEAMA
Tel. 326305 — 14.15, 16.30, 19 e 21.30
Não acons. a men. de 13 anos
EXPLICADOR DE MATEMÁTICA
Às 21.30
A BELEZA FASCINANTE DE ROBERTA

RESTELO
Tel. 610275 — Às 21.30
VIAGEM AO CENTRO DO MUNDO
Não acons. men. 13 anos

ROMA
Tel. 887778 Às 15.30, 18.30 21.30 h
4.ª semana
Não acons. men. 18 anos
O ESPIÃO SEM AMANHÃ
24 horas para salvar a pele
c/Oliver Reed — Richard Widmark

ROXY
Tel. 48560 — 21.30
Estreia
AMOR E JUSTIÇA
n. acos. men. 18 anos
Às 14.15, 16.30 e 18.45 últimas de
HERDEIRA NA CAMA
Int. men 18 anos

S. JORGE
Tel. 579144 — 15.15, 18.15, 21.30
CARRIE
de Brian de Palma
em 4.ª semana
Interd. a men. de 18 anos

TIVOLI
Tel. 570595 — 15.15, 18.30 e 21.30h
Jane Powell/Howard Keel em
NOVE NOIVAS PARA SETE IRMÃOS
um filme de Stanley Donen
Para todos
5.ª semana

UNIVERSAL
Tel. 774402
Aceitam-se marcações pelo telefone
Às 15.00, 23.00 (M/12 anos)
MONTE WALSH
Grupo C 14 anos
17.00
DOIS VULTOS NA PAISAGEM
Às 19.00 n.acons. M/18 anos
OS RAPAZES DO GRUPO
Às 21.00 Grupo C 14 anos
YOJIMBO O INVENCÍVEL

D. JOÃO V — DAMAIA
Tel. 577294 — Às 21.15
Não acons. m/ 18 anos
AS NOITES ÁRABES
Comédia

rádio

1.º Programa

16.00: Musiv'ária; **17.00**: Canções da Europa; **17.30**: Orquestras; **18.00**: Música Portuguesa; **19.00**: A agricultura que nós temos; **19.45**: Música instrumental; **20.30**: Conjuntos instrumentais; **21.00**: 1.º episódio do folhetim «A Cidade e as Serras», de Eça de Queiroz; **21.15**: Orquestras; **21.30**: Transmissão da Sociedade Perpétua Azeitonense, de um programa de variedades; **23.30**: Desporto no Mundo; **24.00**: Fecho.

2.º Programa

16.00: Intercâmbio musical; **16.32**: Conjuntos de sopro; **17.00**: Música coral sinfónica; **19.00**: Poemas sinfónicos; **19.30**: Música portuguesa; **20.00**: Sonata para piano, K.280, em fá maior, de Mozart; **20.40**: A Orquestra Sinfónica de Londres; **22.00**: Hoje respondemos por música, por António Vitorino de Almeida; **23.00**: Festival Internacional de Música de Órgão em Magadino; **23.32**: Suites para orquestra; **01.00**: Fecho.

3.º Programa
Nacional e Regional (294 m)

16.00: Variante; **16.10**: Casos ao acaso, por Orlando Dias Agudo; **16.20**: Teatro em variante, por Fernando Midões; **16.40**: Mulher, agora e aqui, pela Comissão da Condição Feminina; **17.10**: Prevenção e saúde, pelo dr. Sousa Pereira; **18.00**: Contacto; **18.03**: Volta a Portugal em Bicicleta; **18.30**: Actualidade; **18.45**: Fórmula 1; **19.05**: Teatro trágico, pelos Parodiantes de Lisboa; **19.30**: Trabalho de fundo; **20.15**: Antologia; **20.30**: Pesquisa; **21.03**: Quando o telefone toca; **22.03**: Pedaladas da Volta; **22.30**: Quando o telefone toca; **23.03**: Nocturno; **24.00**: Nocturno; **00.15**: Dia a dia com o passado; **02.00**: Fecho.

3.º Programa
Local (187,5 m)

16.00: Variante; **18.00**: Compasso; **18.15**: Sal e pimenta; **19.45**: Romance de uma cidade; **20.10**: Aconteceu; **20.40**: Serviço de agenda; **20.45**: A voz da esperança; **21.00**: Fecho.

4.º Programa
Emissão Total em Estereofonia

16.00: Gong, realização de João David Nunes; **19.00**: Em órbita; **20.00**: Forum, realização de Jorge Lopes; **22.00**: Auditório; **23.00**: Música de jazz, programa de Paulo Gil e Rui Neves; **00.00** prisma, realização de Fernando Quinas; **02.00**: Fecho.

RÁDIO RENASCENÇA

16.05: Sequência da tarde; **18.08**: Apelos; **18.15**: Igreja em notícia — a palavra do dia; **18.30**: Transmissão do terço do Externato do Parque; **19.00**: Programa da Liga dos Amigos de Rádio Renascença; **20.00**: Objectivo; **20.53**: Apelos; **21.05**: Programa da Liga dos Amigos de Rádio Renascença; **22.00**: Quando o telefone toca; **22.30**: Temas vivos; **23.05**: Última hora; **23.30**: Actualidade económica; **23.56**: Meditando; **01.00**: Rotação; **02.00**: Fecho.

DL
RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO GERAL
RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º
TELEF. 654531/2/3/4
REDACÇÃO, SERVIÇOS TÉCNICOS
E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5, 320271/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. DIBOA TELEX 12363
LISBOA PORTUGAL

FINALMENTE

Autópsia de Caracol já chegou à Judiciária

. Dando razão às notícias que sobre este caso publicámos nas 'nossas duas últimas edições, o director da Polícia Judiciária, dr. Gomes Dias, confirmou já ter sido entregue na 3.ª Secção daquela Corporação o relatório da autópsia efectuada pelo Instituto de Medicina Legal ao corpo de Luís Augusto Caracol.

Alegando motivos de possível prejuízo para o prosseguimento das investigações, o dr. Gomes Dias declarou não poder, no entanto, revelar as conclusões a que chegaram os patologistas, referindo, porém, que a morte de Luís Caracol se ficou a dever a agressão violenta, o que, recorde-se, lança por terra a versão da PSP que apontava uma queda como causa da morte do jovem mecânico.

Referindo a dificuldade que a PJ tem encontrado na localização de testemunhas, o dr. Gomes Dias fez um apelo para que as pessoas que assistiram ao desenrolar dos factos entrem em contacto com os serviços daquela Corporação, na Rua Gomes Freire.

IFADAP dará apoio financeiro à Agro-Pecuária

«Uma instituição através da qual se garanta a conveniente mobilização dos recursos para o financiamento da agro-pecuária e das pescas, apoiando o sistema bancário no refinamento de operações realizadas a essas actividades» — assim apresenta o IFADAP, Instituto Financeiro de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas um decreto-lei publicado hoje na folha oficial criando-o e definindo-lhe os respectivos estatutos. No IFADAP — diz o diploma — «deverá ainda concentrar-se a prestação de garantias financeiras e a atribuição de subsídios».

De acordo com os estatutos, o IFADAP terá como objectivos «o refinanciamento de operações de crédito agrícola e piscatório, a curto, a médio ou a longo prazo, realizadas pelas instituições de crédito; prestação de garantias às instituições de crédito com vista a facilitar a realização daquelas operações de crédito; pagamento por conta do Estado ou do Banco de Portugal de bonificações de juros que as instituições de crédito pratiquem nas aludidas operações de crédito agrícola e piscatório; e pagamento de subsídios correntes a unidade produtivas dos mencionados sectores de actividade por intermédio do sistema bancário e em execução das decisões, caso a caso, do MAP, no âmbito de acções previstas no Plano ou inscritas no Orçamento Geral de Estado».

COMPRE
POR METADE DO PREÇO
restos de colecção
»oportunidade«
homem*senhora
CAMISARIA
Moderna
ROSSIO, 110
lisboa

O CANTEIRO
RESTAURANTE
SELF-SERVICE
SNACK-BAR
Aberto ao público a partir de 2.ª feira, dia 22, na
RUA VICTOR CORDON, 8-10 — LISBOA
Gerência de VENCESLAU e MANUEL COELHO

Representantes da Associação Nacional das Farmácias quando, na Conferência de Imprensa ontem realizada, afirmavam poder vir a suspender, a partir da próxima segunda-feira, os fornecimentos de medicamentos à Previdência

A PARTIR DE SEGUNDA-FEIRA

Farmácias ameaçam suspender fornecimentos à Previdência

Ontem mais uma vez, os representantes da Associação Nacional de Farmácias ameaçaram, no decorrer de uma Conferência de Imprensa, suspender, a partir da próxima segunda-feira e por um período de tempo indeterminado, os fornecimentos a crédito à Previdência «caso não sejam feitos até ao fim do mês em curso os pagamentos referentes aos meses de Maio e Junho e parte de Abril que ainda estão por efectuar».

«No entanto» declararam os respresentantes da Associação Nacional das Farmácias «tal medida poderá não ser tomada se, entretanto, a Comissão Instaladora dos Serviços Médi-Sociais garantir por escrito que os pagamentos serão efectivamente efectuados até ao fim do mês».

Explicando os objectivos perseguidos por este possível corte de fornecimento à Previdência, os farmacêuticos afirmaram ter por objectivo «a recomposição, a curto prazo, do estoque existente» garantindo também que se «tal medida tiver mesmo que vir a ser tomada» os doentes serão informados, no acto da compra dos medicamentos, da diferença que terão a receber dos Serviços Oficiais.

Referindo-se às razões que invocam para as decisões actuais, os dirigentes daquela Associação afirmaram têr ela raiz não só no pagamento dos atrasados mas também no facto da Previdência «não cumprir o acordo em vigor, « e no aumento dos preços dos medicamentos, resultante da desvalorização do escudo, o que implica que, para a manutenção de um mesmo estoque, se exija um investimento constante. Explicam-se também pelo alargamento do ambito assistencial dos serviços Médico-Sociais cuja orientação, cuja justiça, a associação não põe em causa, argumentando, contudo, que tal facto origina, na prática, que «o número de clientes a pagar a pronto se reduz drasticamente, aumentando na vertical os fornecimentos a crédito e a redução do prazo de pagamento, quer por parte dos armazenistas, quer por parte da produção».

Durante a conferência foi também dito que o Conselho Geral da Associação havia proposto, em Maio deste ano, à Comissão Instaladora dos Serviços Médicos Sociais, bem como ao Ministro responsável pelo sector, Armando Bacelar, três hipóteses que até ao momento, não foram aceites.

A primeira visava o pagamento a 30 dias, após a entrega da factura nas Caixas Distritais, conforme o que está estabelecido no acordo em vigor.

No caso da Previdência não poder aceitar esta sugestão, o Conselho Geral propunha a «negociação da Previdência ou do Governo com os laboratórios produtores, importadores e armazenistas, de modo a que as farmácias pudessem liquidar as suas facturas a 90 dias, sem perda das condições habituais de pagamento, nem cortes de fornecimento».

Se, por qualquer motivo, esta última proposta não pudesse ser aceite, era sugerida a «possibilidade das farmácias entregarem nas agências bancárias com quem trabalham, os recibos de forncimento á previdência, já vencidos, de modo a poderem emitir cheques exclusivamente para pagamento aos seus fornecedores ou trabalhos de trabalhadores».

Os dirigentes da Associação esclareceram a este propósito que, em caso de aceitação desta última hipótese, as «custas resultantes deste procedimento, casos as houvesse, seriam da responsabilidade dos Serviços Médico Sociais».

PAGAMENTOS INICIADOS EM BRAGA

Entretanto, os Serviços Médico Sociais de Braga iniciaram ontem à tarde o pagamento de mais de 12 milhões de escudos às farmácias do distrito, correspondentes à liquidação de 50 por cento dos débitos relativos ao mês de Maio passado.

Embora a quantia acima mencionada não venha satisfazer a totalidade da dívida contraída com as farmácias da região, tudo indica que a anunciada suspensão de fornecimentos de medicamentos aos beneficiários da Previdência, prevista para o próximo dia 22, não seja levada à prática.

tome nota

O MISTÉRIO

A revista da extrema-direita «Gazeta» tem estado a publicitar o seu último número na Imprensa — naturalmente naqueles jornais calculados como lugar de encontro (convergência) entre leitores potenciais a aliciar. Vimos sem estranheza de maior publicidade em jornais classificáveis de extrema-direita, direita, centro-direita, etc. Mas não foi sem alguma estranheza que a vimos também «A Luta». Estranheza tanto maior quanto a publicidade feita neste vespertino não é a mesma que nos demais. Nos demais são três rectângulos ao alto, um reproduzindo a capa, outro mencionando os nomes da «inteligentzia» salazarista que lá escreve, o terceiro constando dum retrato de Ramalho Eanes com uma (discreta ou indiscreta de qualquer modo misteriosa) inscrição no canto superior direito: «o professor de ginástica». «A Luta» estampa as duas primeiras partes e não a terceira. É evidente que não somos nós quem está mais habilitado a dizer porquê.

Um dos maiores sismos da História

Um sismo de intensidade 8,9 da escala internacional de Richter, com o epicentro localizado na região das Ilhas Tonga, a Leste da Austrália, foi registado hoje de manhã à 7 e 23 locais pelo Instituto Geofísico de Viena.

Tudo indica que este sismo é um dos mais violentos na história da humanidade.

O sismo foi igualmente registado pela Universidade Berkeley da Califórnia (EUA) que avaliou a sua intensidade no grau 7,75 da escala de Richter.

Se este sismo tivesse ocorrido numa região habitada, teria sido um dos mais destrutivos de sempre.

TIRAGEM MÉDIA DIÁRIA EM JULHO: 46 100 exs.
Hoje 24 páginas

Encerrado o XI Congresso do Partido Comunista Chinês

Está iminente o anúncio oficial em Pequim da realização do XI Congresso do Partido Comunista Chinês, que, segundo tudo indica, terá concluído já os seus trabalhos. O Congresso teria já terminado na passada segunda-feira, sendo imediatamente seguido duma reunião plenária do Comité Central do Partido.

As diversas agências de Imprensa assinalam os vários indícios demonstrativos da realização do Congresso: nas unidades militares, escolas e fábricas preparam-se activamente bandeiras, panos com inscrições, flores de papel, coroas e instrumentos de música para festejar o acontecimento. Por outro lado, realizaram-se ontem numerosos comícios e os altos funcionários, convidados para uma recepção na Embaixada da Argélia em Pequim, não compareceram, escusando-se à última hora.

Este Congresso — o primeiro que se efectua depois da morte de Mao — é considerado decisivo para o futuro próximo da China sendo o acontecimento do género mais importante depois do anterior (Agosto de 1973) e da Quarta Assembleia Nacional Popular (Janeiro de 1975).

Três pontos fundamentais figuravam na agenda dos trabalhos (que têm decorrido sob uma espessa cortina de silêncio oficial): 1 — aprovação do relatório do CC, com a consequente aprovação da linha adoptada pelo partido na sequência da queda do «grupo dos quatro»; 2 — modificação da constituição do Partido; 3 — eleição do novo CC.

Segundo informações colhidae em Pequim, o presidente Hua Kuo-feng teria sido confirmado na presidência da Comissão Política do CC, cujos vice-presidentes confirmados seriam o marechal Yeh Chien-Ying e Teng Hsiao-ping. Depois deste Congresso, espera-se que todosos partidários do «grupo dos quatro» sejam depurados dos seus postos.

Segundo a Reuter, Teng Hsiao-ping terá sido nomeado primeiro-ministro.